


DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA SP

COPA PRA QUEM?



**A COPA DO MUNDO
FIFA 2014 NUMA
PERSPECTIVA
ABAIXO E À ESQUERDA**

ELABORAÇÃO, EDIÇÃO E
REVISÃO:

Comitê Popular da Copa - SP

COLABORADORES:

Luciana Itikawa

Intervozes

Grupo Teatral Parlandas
Auditoria da Cidadã da Dívida

FOTOS:

Comitê Popular da Copa - SP
Grupo Teatral Parlandas



COMITEPOPULARSP.WORDPRESS.COM

COPAREBELDE.WORDPRESS.COM

FACEBOOK.COM/

COMITEPOPULARCOPASP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Copa pra quem? : dossiê do Comitê Popular da Copa SP : a Copa do Mundo FIFA 2014 numa perspectiva abaixo e à esquerda. -- São Paulo : Comitê Popular da Copa SP, 2015.

Bibliografia.

1. Brasil - Copa do Mundo (Futebol) - História
2. Copas do mundo (Futebol) - Legislação - Brasil
3. Copa do Mundo (Futebol) - História 4. Esportes -Leis e legislação
5. Esportes - Leis e legislação -Brasil.

15-02777

CDU-34:796(81)(094.46)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Lei Geral da Copa : Comentários :
Direito desportivo 34:796(81)(094.46)



“Esta obra pode e DEVE ser copiada e difundida para fins não-comerciais sem autorização prévia do coletivo-autor”

Sumário

- Introdução • **5**
- A regra é clara? • **14**
- A questão da moradia na Copa do Mundo 2014 em São Paulo: impactos e resistências • **28**
- Nós não vamos pagar nada! • **46**
- Povo da rua: o primeiro eliminado da Copa • **64**
- Ambulantes na Copa e a fórmula mágica da participação excludente: por trás do monopólio e da exploração, a conciliação e a subordinação • **80**
- Exploração sexual e a Copa do Mundo 2014 em São Paulo • **96**
- A Copa que a mídia não mostra • **118**
- A Copa do Mundo 2014 e a aceleração do processo de elitização do futebol no Brasil • **126**
- Tiro, porrada e bomba: as práticas repressivas alimentadas pela Copa do Mundo de 2014 • **144**







Introdução



COMITÊ POPULAR DA COPA - SP: UM HISTÓRICO

Desde o anúncio da escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014, noticiou-se na imprensa, tanto local quanto internacional, projetos e planos de intervenção do Estado, que seriam executados em parceria com a iniciativa privada, necessários para “preparar o país” para receber tal evento. Por um lado, foi construído o discurso “oficial”, a partir de declarações de gestores públicos, que se sustentava em promessas de desenvolvimento das cidades-sede através de grandes obras, geração de empregos e incremento do turismo, que culminariam na celebração da “paixão nacional” - o futebol - em uma grande festa, posicionando o país definitivamente no cenário mundial como potência econômica e política.

Por outro lado, diversas pessoas e grupos começavam a levantar questionamentos, desenvolver pesquisas e fazer críticas ao processo que se iniciava, mostrando preocupação face aos impactos sociais, políticos e econômicos esperados, tendo em vista o olhar sobre megaeventos esportivos anteriores ocorridos em outros países. Com o tempo, passaram a ser debatidas as remoções e deslocamentos forçados da população mais pobre para abrir espaço para obras de reestruturação urbana, o banimento de moradores/es em situação de rua das áreas mais centrais, a perseguição e violência contra as trabalhadoras e trabalhadoras/es ambulantes, entre outros temas que, apesar de já figurarem como efeitos de uma tradição de desigualdade social no país, eram debatidos mais intensamente em razão da preparação para sediar a Copa.

Em torno das discussões e dos primeiros efeitos, um grande leque de movimentos sociais e indivíduos se mobilizou e, nesse contexto, surgiu o **Comitê Popular da Copa - SP (CPC - SP)**, uma rede de articulação horizontal e apartidária, que reuniu diferentes atores para monitorar impactos e violações relacionados à Copa do Mundo, envolvendo as pessoas “atingidas”, com o fim de estimular a resistência e explicitar os impactos da Copa 2014 em São Paulo, fortalecendo as diversas lutas que são por ela atravessadas.

A história do CPC - SP começou a se desenhar em fevereiro de 2011, na 3ª Jornada de Moradia Digna em SP, evento com debates e um mutirão de atendimento jurídico promovido pela Defensoria Pública estadual e os movimentos de moradia, reunindo milhares de moradores/es de favelas, ocu-

pações e assentamentos informais de toda a cidade. Nessa 3ª Jornada, que teve como tema “O impacto dos megaprojetos e as violações do direito à cidade”, foi formado um fórum permanente de monitoramento e resistência aos megaprojetos, para pensar estratégias com relação à preparação da Copa FIFA 2014 em SP e seus impactos. A avaliação de que a Copa era uma pauta importante – e que guardava especial relação com os processos de transformação da cidade já em curso - corria entre os movimentos de moradia, nos assentamentos e favelas e na “fala do povo”. Em junho de 2011, esse grupo passou a se reunir com frequência e se constituiu como Comitê Popular da Copa SP, referenciado nos Comitês já formados no Rio de Janeiro e em Fortaleza.

Especialmente, o CPC - SP se constituiu como um espaço que articulou grupos político-culturais de campos distintos, sempre abaixo e à esquerda, mas que nem sempre haviam criado um diálogo anterior. Sua composição passou por movimentos de moradia tradicionais, trabalhadoras/es ambulantes, grupos de teatro, estudantes e pesquisadores, organizações não governamentais de defesa de direitos humanos, pastorais sociais, coletivos autônomos e anarquistas, militantes de partidos políticos de esquerda, organizações feministas, movimento da população de rua. Enfim, a composição do Comitê apresentou uma cartografia política nova, articulada localmente a partir de ocupações de sem-teto no centro de São Paulo, cidade marcada historicamente pela fragmentação dos movimentos e coletivos de resistência.

Numa escala nacional, o Comitê Popular se organizou junto a outros 11, cada um de uma cidade-sede, compondo a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP). A partir dessa articulação nacional em rede, o CPC-SP se fortaleceu e promoveu ações conjuntas de repercussão nacional e internacional, lado a lado com outros atores da escala global envolvidos nesse conflito.

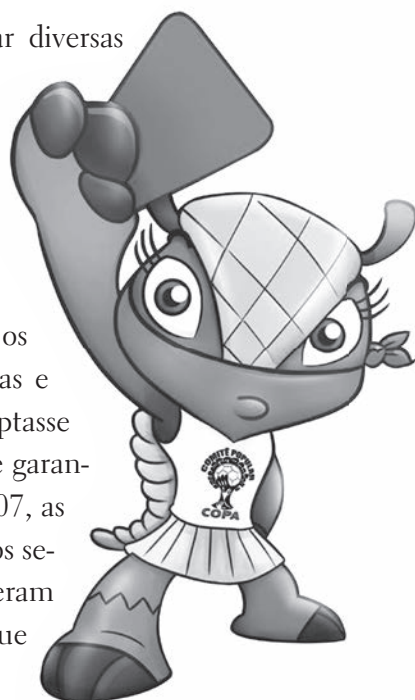
Assim, entre 2011 e 2014, foram realizadas diversas reuniões, manifestações de rua, atividades de formação, debates, produção e divulgação de informações sobre o tema. Em dezembro de 2012, o CPC - SP reuniu milhares de pessoas no centro da cidade no ato “Copa Pra Quem?”, que seguiu da Ocupação Mauá, na região da Luz, até o Anhembi, onde ocorria o sorteio das chaves de seleções da Copa das Confederações FIFA 2013. Esse ato marcou o início de uma nova fase de articulação mais ampliada, que se caracterizou, entre outras coisas, pela utilização de novas potencialidades da prática políti-

ca, como teatro, música e performances, buscando dialogar com a população e reinventar o repertório dos protestos tradicionais. Em 2013, o CPC - SP apoiou a luta vitoriosa contra o aumento das tarifas do transporte público, entendendo a mobilidade como componente fundamental do direito à cidade e a ocupação das ruas como forma central para a organização do poder popular.

Outros protestos se seguiram: manifestações nas ruas durante a Copa das Confederações da FIFA, as 4 edições da Copa Rebelde dos Movimentos Sociais, o Encontro Nacional de Atingidos por megaeventos em Belo Horizonte, além da realização de diversos debates-bola nas ocupações de luta por moradia e praças da cidade, participações em tantas outras rodas de conversa, produção de jornais e panfletos, documentação de abusos ocorridos nas Fan-Fest no Vale do Anhangabaú, quando o espaço público do centro da cidade foi cercado por forças militares para controlar o fluxo de pessoas e viabilizar o monopólio comercial das empresas patrocinadoras da família FIFA. Parte dessa trajetória está nas páginas que compõem esse dossiê, assim como nas muitas lutas e vidas impactadas pela Copa do Mundo da FIFA no Brasil.

O DOSSIÊ

A Copa da FIFA 2014 permitiu articular diversas pautas e lutas da cidade. A partir dos nove capítulos que compõe esta publicação, buscamos traçar um panorama dessas lutas. No primeiro capítulo, intitulado “A regra é clara?”, são discutidas as leis “de exceção” que foram produzidas no período de preparação para a Copa. Para atender ao mercado e à sua lógica, garantir os lucros das corporações e a festa das empreiteiras e construtoras, foi preciso que a legislação se adaptasse aos anseios desses setores. Com o documento de garantias dadas pelo governo brasileiro à FIFA em 2007, as demais alterações legislativas que vieram nos anos seguintes - e permaneceram até agora - compuseram as regras de um jogo de cartas marcadas em que perdemos de goleada.



Em seguida, no segundo capítulo, tratamos do tema que deu o pontapé inicial às lutas e resistências contra a Copa da FIFA: “A questão da moradia na Copa do Mundo 2014 em São Paulo: impactos e resistências”. A moradia foi o tema que primeiro permitiu articular movimentos populares e organizações para formar o CPC - SP, pois em 2011 já se percebia que por toda a cidade se aceleraram as remoções, reintegrações de posse e despejos violentos. As informações sobre as obras para a Copa eram permeadas de incertezas e o uso dessas como justificativa para o deslocamento forçado de populações pobres já estava na boca do povo e foi o tema da 3ª Jornada de moradia digna onde este grupo se constituiu.

E se não há política habitacional para além do mercado do “minha casa minha vida” - a festa das construtoras - é porque nossos recursos são confiscados por um grupo de banqueiros sedentos. Este assunto foi trabalhado no capítulo 3, chamado “Nós não vamos pagar nada!”, sobre a perversa “dívida pública” que estamos pagando há décadas. Metade do orçamento do país é destinado à amortização de juros de uma dívida ilegal, inventada e impagável. É também para garantir o lucro dos bancos - como o Itaú, patrocinador da Copa da FIFA - que o Estado deixa de investir em educação, saúde, transporte... Uma escolha política para favorecer o 1% mais rico enquanto se precariza cada vez mais a vida de 99% da população.

No capítulo 4, “Povo da rua - o primeiro eliminado da Copa”, destacamos que dentre todas as pessoas que sofreram violências na Copa, o povo da rua foi o primeiro “eliminado”, pois além de se encontrar desprovido dos elementos mais básicos para uma vida digna, foi também, antes, durante e depois da Mundial da FIFA, alvo de diversas formas de violência - especialmente da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana - e tem sufocada a sua liberdade de ir e vir, de permanecer no espaço público, de viver a cidade.

Nessa lógica, as ruas devem ser ocupadas apenas por quem pode consumir, e o povo da rua segue invisível, a não ser quando se trata das políticas higienistas e truculentas dos governos, tanto municipal quanto estadual. As ruas militarizadas, voltadas para o mercado também não têm espaço para as trabalhadoras e trabalhadoras/es ambulantes, também chamados de camelôs, como mostramos no capítulo 5, “Ambulantes na copa - a fórmula mágica da participação excludente: por trás do monopólio e da exploração, a conciliação e a subordinação”. A exploração de seu trabalho pelas empresas patrocinadoras da Copa

do Mundo da FIFA, através da “inclusão” seletiva e sem direitos trabalhistas, não só abrangeu um número mínimo de ambulantes, como também reforçou a perseguição e violência policial de muitos outros, culminando, inclusive, na morte de um trabalhador em São Paulo, em plena luz do dia, pela PM.

Por outro lado, nas ruas militarizadas, a exploração sexual segue naturalizada, apesar de muitos “programas” e leis que só valem no papel. Este é o tema do capítulo 6, “Exploração sexual e Copa do Mundo 2014 em São Paulo”. Apesar de reconhecermos que a exploração sexual e a questão de gênero em geral precisariam de maior aprofundamento e discussão para serem de fato problematizadas e visibilizadas, entendemos que todas as violências e impactos promovidos pela Copa da FIFA (na moradia, no trabalho, e em todos os temas que aqui tratamos) afetam de maneira mais dura e grave as mulheres, transgêneros, bissexuais e lésbicas. Questões referentes a gênero, sexismo, direitos das mulheres e LGBTTT e o cuidado de crianças e adolescentes são historicamente tratados como assuntos menores frente a outros, mesmo dentro dos movimentos da esquerda. Ainda há muito a ser colocado em pauta e muitas reflexões e discussões a serem feitas, pois mudanças de atitude são necessárias e urgentes. E o Comitê Popular da Copa de SP não está fora deste contexto. Assim, nesse capítulo, procuramos abordar como se deu, na prática, esse “enfrentamento” a problemas tão antigos e estruturais no contexto da cidade de São Paulo.

A exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes é cotidianamente reforçada por uma mídia corporativa e monopolista, que transforma o corpo de mulheres e crianças em objetos de consumo/mercadoria, tanto nos comerciais de cerveja quanto em sua programação diária. Além disso, os “grandes” veículos de comunicação se beneficiam largamente com lucros vindos da publicidade nos intervalos comerciais e nos contratos de exclusividade dos direitos de transmissão dos jogos de futebol. No Capítulo 7, “A Copa que a mídia não mostra”, destacamos que a Rede Globo - emissora oficial da Copa da FIFA - obteve cifras milionárias com a exploração da transmissão dos jogos. São contratos de “exclusividade” na Copa que foram obtidos através de propinas aos dirigentes da FIFA, o que já foi provado em investigações na Suíça, sede da entidade privada. Nascidas e criadas na Ditadura Civil - Militar (1964-1985), a Globo e o seleto grupo de famílias-empresas que detém o poder sobre a mídia no Brasil seguem nos explorando enquanto gritamos gol.

A Globo também não mostra o que veremos no capítulo 8, “A Copa do Mundo 2014 e a aceleração do processo de elitização do futebol no Brasil”, pois a mídia corporativa é a maior interessada na elitização do futebol que manterá os torcedores em frente à TV, enquanto fecha contratos milionários com corporações que buscam mostrar suas marcas nos intervalos comerciais, nos patrocínios a equipes, campeonatos, estádios. Enquanto isso, as arquibancadas dos estádios passam a ser ocupadas por consumidores que podem pagar muito caro pelo “produto” em que transformaram o futebol. O processo de elitização do futebol é um projeto de apropriação, lucro e manutenção de privilégios, tal como ocorre em todo o mundo capitalista, principalmente desde a década de 1980. E em todos os cenários ele está sempre acompanhado da sórdida etapa de estigmatização das camadas mais pobres da sociedade e da construção de uma imagem que associa a pobreza à violência. São coberturas jornalísticas e opiniões viciadas, que difundem a imagem de um suposto torcedor violento como desculpa para justificar o incremento de mecanismos de controle por parte do Estado, que investe cada vez mais em tecnologias de vigilância e de uso de armamentos, os mais e os menos letais, dentro e fora dos estádios.

E assim, no capítulo 9 - “Tiro, porrada e bomba: as práticas repressivas alimentadas pela Copa do Mundo de 2014” encerramos este dossiê apontando a crescente militarização das cidades e suas consequências imediatas como mais um efeito intensificado pela Copa da FIFA. Em primeiro lugar, vemos que a perseguição histórica do Estado aos movimentos sociais só aumentou desde que o Brasil foi escolhido como país sede do Mundial. Como parte do plano de “preparar o país para receber a Copa”, foram gastos quase R\$ 2 bilhões em equipamentos e táticas de repressão, da Polícia Militar até a Polícia Civil, passando pela Polícia Federal, Exército e Forças Armadas. Apresentamos exemplos ocorridos no período pré e durante a Copa e discutimos como o monopólio da violência pelo Estado e a existência deste reforça a imposição do poder do capital privado à sociedade. Para além da proibição à liberdade de manifestação, todo o período pré Copa foi marcado por inúmeras ações terroristas praticadas por policiais: a população de rua sendo expulsa cotidianamente dos espaços públicos, assim como as diversas “reintegrações de posse”, despejos e remoções forçadas. Nas periferias, o genocídio da juventude preta, pobre e periférica continuou crescendo, junto

ao encarceramento em massa. Houve um crescimento visível no processo de militarização das cidades, com segregação e cerco militar nos espaços públicos durante os jogos que ocorreram nas 12 sedes do mundial de futebol.

Mas seguimos na luta! Não deixamos e nem deixaremos que o terrorismo de Estado nos amedronte ou nos cale. Estamos lutando por uma cidade e por um mundo onde caibam outros mundos, por uma sociedade em que as diferenças sejam apreciadas e valorizadas e que as práticas de liberdade sirvam como forma de resistência política. Para isso, entendemos que a construção tem de vir de baixo, das periferias para os centros, para que a resistência popular continue a tomar as ruas, independentemente das novas manobras aprendidas pelos policiais, das novas tropas e inquéritos criados ou dos novos aparatos tecnológicos de repressão.

Como vimos acima, este relatório, organizado em 9 capítulos que representam cada uma das pautas e lutas do Comitê Popular da Copa - SP, tem o intuito de compartilhar o conhecimento que construímos nessa caminhada e, ao mesmo tempo, não deixar a chama da luta se apagar, pois ainda há muito a se fazer. Viemos de baixo e continuaremos sempre a construir formas de ocupar todos os cantos da cidade, que é inteiramente nossa, não dos Estados ou das empresas!

Força pra quem luta!
Comitê Popular da Copa - SP



Intervenção do Grupo Parlendas, em parceria com o Comitê Popular da Copa - SP



A regra é clara?



Desde as discussões sobre a Lei Geral da Copa, promulgada em junho de 2012, até poucos dias antes do início do torneio com a ocupação militar do Complexo da Maré, muito se falou sobre “estado de exceção”.

No caso da Lei Geral da Copa, se não podemos falar imediatamente em “exceção”, podemos falar, pelo menos, em inconstitucionalidade. De fato, a Procuradoria Geral da República moveu a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4976, que foi amplamente rechaçada pelo colegiado do Supremo Tribunal Federal. Inicialmente, foram vetados pela Presidenta, entre outros, os §§ 3º e 9º do art. 26, que dispunham sobre ingressos populares e proibiam as meias-entradas, considerados contra o interesse público e inconstitucionais. Então por que não foram assim julgados pelo STF dispositivos que responsabilizam a União por “todo e qualquer dano” em função de “qualquer incidente”, obrigando-a a indenizar a FIFA? Ou ainda, por que não se revogou o dispositivo que isenta à entidade de pagamento de despesas e custas judiciais? No primeiro caso, foi garantida a “constitucionalidade” da responsabilização da União pelo que quer que desse errado com o evento por analogia a uma lei infraconstitucional. Segundo o art. 1º. da lei 10.744/2003, caberia à União “assumir despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas (...) provocados por atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos”. Ou seja, pressupunha-se, de certo modo, que com a Copa do Mundo haveria uma espécie de situação de emergência. Assim, caso alguém se acidentasse numa FanFest, mesmo em decorrência de falha da organização e da segurança privada do evento, seria a União, e não a FIFA, obrigada a indenizar; além disso, se uma instalação da entidade fosse destruída, por exemplo, por uma forte chuva, ela também teria direito a ser indenizada. É realmente muito estranho pensar que uma guerra seja um evento “correlato” a qualquer impasse entre a FIFA e a natureza. De todo caso, a indenização se explicaria pelo fato de o Brasil ter assumido “livre e soberanamente” a candidatura à condição de sede do mundial, nas palavras do Ministro Ricardo Lewandowski¹, tendo que arcar com as imposições. Já quanto à isenção de custas e despesas judiciais, declarou o ministro que se tratava de decorrência de “uma política de Estado soberano para garantir a realização de eventos de interesse de toda a sociedade”.

1 <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=266270>

Em suma, se por acaso a FIFA entrasse com um processo contra você, caro leitor, por ter produzido por conta própria uma ingênua camiseta com a estampa do Fuleco ou com a palavra “pagode”, não caberia a ela nenhum custo; ocorrendo o contrário, dado o “interesse de toda a sociedade”, segundo o ministro, você teria que arcar com taxas e mais taxas, como é de praxe.

E o que dizer sobre as “áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição”, de modo a garantir total controle sobre a atividade comercial de um perímetro de até 2 Km? E quanto ao relaxamento da responsabilidade fiscal com o aumento do limite de endividamento público, tendo em vista obras de viabilidade²? E sobre as desonerações tributárias concedidas à FIFA e todas as suas parceiras comerciais³? Isso tudo não suspendeu de alguma maneira a vigência do ordenamento jurídico brasileiro?

No dia 05 de abril de 2014 ocorreu a invasão militar ao Complexo da Maré, com o intuito de assegurar a realização das partidas na cidade do Rio de Janeiro. Esta intervenção se deu com base no Decreto de Garantia da Lei e da Ordem, editado em 2013 pelo Ministro Celso Amorim. Inicialmente o poder de polícia dado ao exército na comunidade se daria até 31 de julho. Porém, até a data de redação deste livro a invasão persiste, ainda sob o pretexto de “pacificação”. Assim como na Maré, a Presidenta Dilma, investida do poder soberano, autorizou o uso das forças armadas, juntos às “forças amigas”, ou seja, as polícias, durante a realização dos jogos do mundial com a intenção de garantir a “ordem”. Mas que ordem?

Desde que os Comitês Populares da Copa começaram a se organizar, em 2010, a pergunta “Copa pra quem?” fora formulada de modo descaradamente retórico. Já era previsível, desde o início, quem seriam os beneficiários do negócio. De fato, já sabíamos que a Copa seria dos patrocinadores, emisoras, redes de aposta, rede hoteleira, comércios de alto padrão, construtoras e, sobretudo, da FIFA. Já sabíamos, afinal de contas, qual a lógica dos megaventos, isto é, já sabíamos “Copa pra quê”. Não à toa, a principal beneficiária teve lucro estimado em mais de R\$ 10 bi⁴, com isenções fiscais concedidas em torno de R\$ 1,1 bi, segundo estimativas do Tribunal de Contas da União,

2 Segundo a Medida Provisória 496 convertida na lei 12.348/2010.

3 Sob a forma da Medida Provisória 497 convertida na lei 12.350/2010.

4 <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-deve-arrecadar-r-10-bilhoes-com-a-copa-do-mundo-de-2014,1012697>

e olha que ela nem queria⁵. Neste sentido, a única “ordem” que se pode supor que tenha sido garantida foi a da otimização dos lucros por meio da socialização dos custos. É claro, tivemos um pouco de futebol pela TV. Mas o que dizer de isenções, irresponsabilidade fiscal, obras em regime de urgência? O que dizer dos privilégios diante do judiciário brasileiro e da generosa garantia de indenizações, o que caracteriza a Copa como negócio de risco zero? Mais ainda, nem as estruturas e telões de FanFests e centros de imprensa oficiais foram pagos com dinheiro dos Comitês Organizadores Locais, somando-se R\$ 870 mi de repasses das cidades-sede⁶. Aliás, o que falar dos empréstimos subsidiados pelos bancos públicos para a construção de estádios privados? Entretanto, mais que tudo isso, sabíamos, desde o início, quem seriam os indesejados da festa e era previsível que seríamos enxotados dela. Mas pra onde? Que lugar é esse, que constitui a exceção para onde supostamente, durante a Copa, fomos banidos?

Segundo a tese clássica do teórico fascista do direito público Carl Schmitt, soberano é o que tem o poder de declarar o estado de exceção. Se lemos o art. 142 de nossa Constituição:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

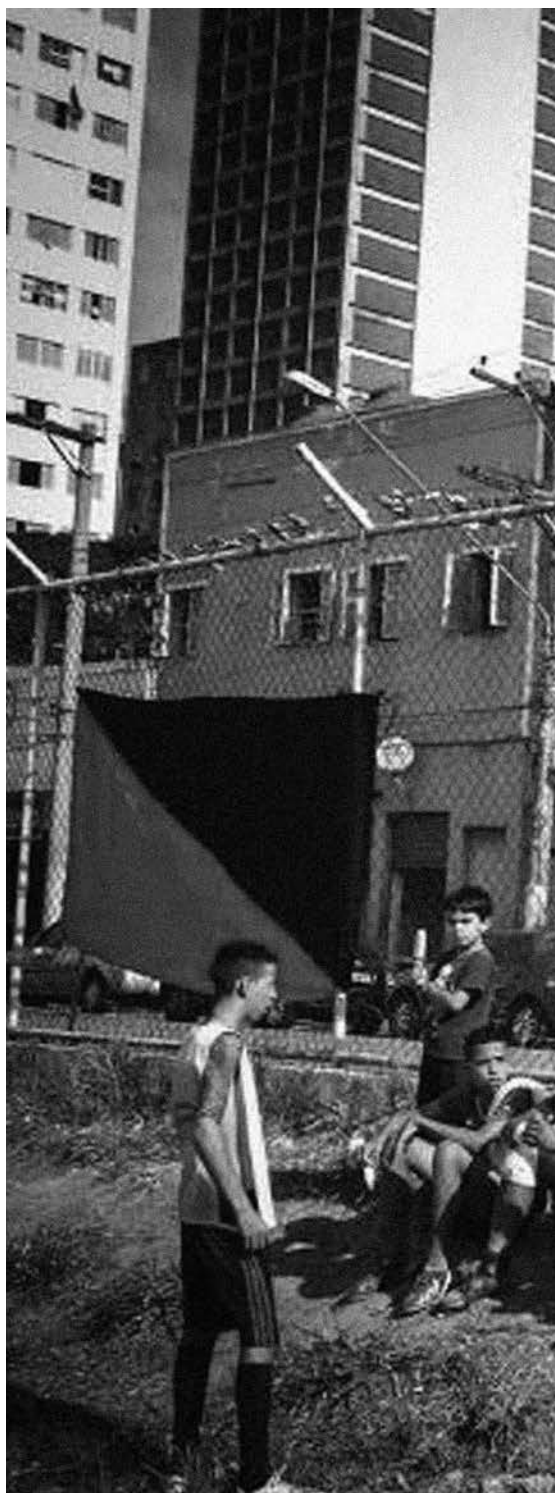
A redação do caput dá a entender que por iniciativa sobretudo do Presidente da República, mas também da Pátria, poderia ser declarada a garantia de manutenção “da lei e da ordem”. Com efeito, o aposto “por iniciativa de qualquer destes” consagrado na carta magna parece indicar com alguma precisão, até pelo uso do plural “destes”, que caberia não só ao Presidente, mas também à “Pátria” declarar o estado de exceção. Assim, poderiam as Forças Armadas, por conta própria, defender a Pátria? Isso já não fica muito claro... O que é importante observar é que por “garantia da lei e da ordem” não se pode entender nada menos que esse estado paradoxal onde se “garante a

5 <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/11/fifa-diz-que-nao-pediu-r-11-bi-em-isencoes-para-copa-governo-se-esquiva.htm>

6 <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/01/1399657-gasto-repassado-aos-governos-das-sedes-da-copa-chega-a-r-870-milhoes.shtml>

suspensão do ordenamento vigente para garantir-lhe a existência”⁷, ou seja, trata-se de impor a ordem, por meio de uma força de lei desvinculada da própria Lei, para que essa mesma Lei suspensa possa voltar a ser aplicada. Em outras palavras, e por mais estranho que possa parecer, na garantia da lei e da ordem, trata-se de suspender a Constituição para fazê-la valer.

Há bastante clareza sobre o estatuto jurídico do dispositivo de garantia da lei e da ordem como dispositivo de exceção. Mas não foi, à primeira vista, totalmente compreensível a necessidade de aplicação desse dispositivo para realização da Copa do Mundo. O crime organizado no Rio de Janeiro é uma realidade a que as comunidades estiveram cotidianamente submetidas, seja em relação a quadri-lhas civis ou milícias, e, antes da Copa, não parecia incomodar a ninguém; isso tudo parecia, na verdade, incorporado à ordem de modo quase folclórico. E é de se esperar que viceje o crime onde há desigualdade econômica e numa sociedade onde todos querem aproveitar boas oportunidades de negócio. Também as manifestações, em tese, estariam perfeitamente integradas à ordem democrática. De modo que a Pátria, que figura soberana na Constituição, não foi outra senão a de chuteiras nos estádios de exceção e a de coturnos na Favela da Maré. Assim fomos



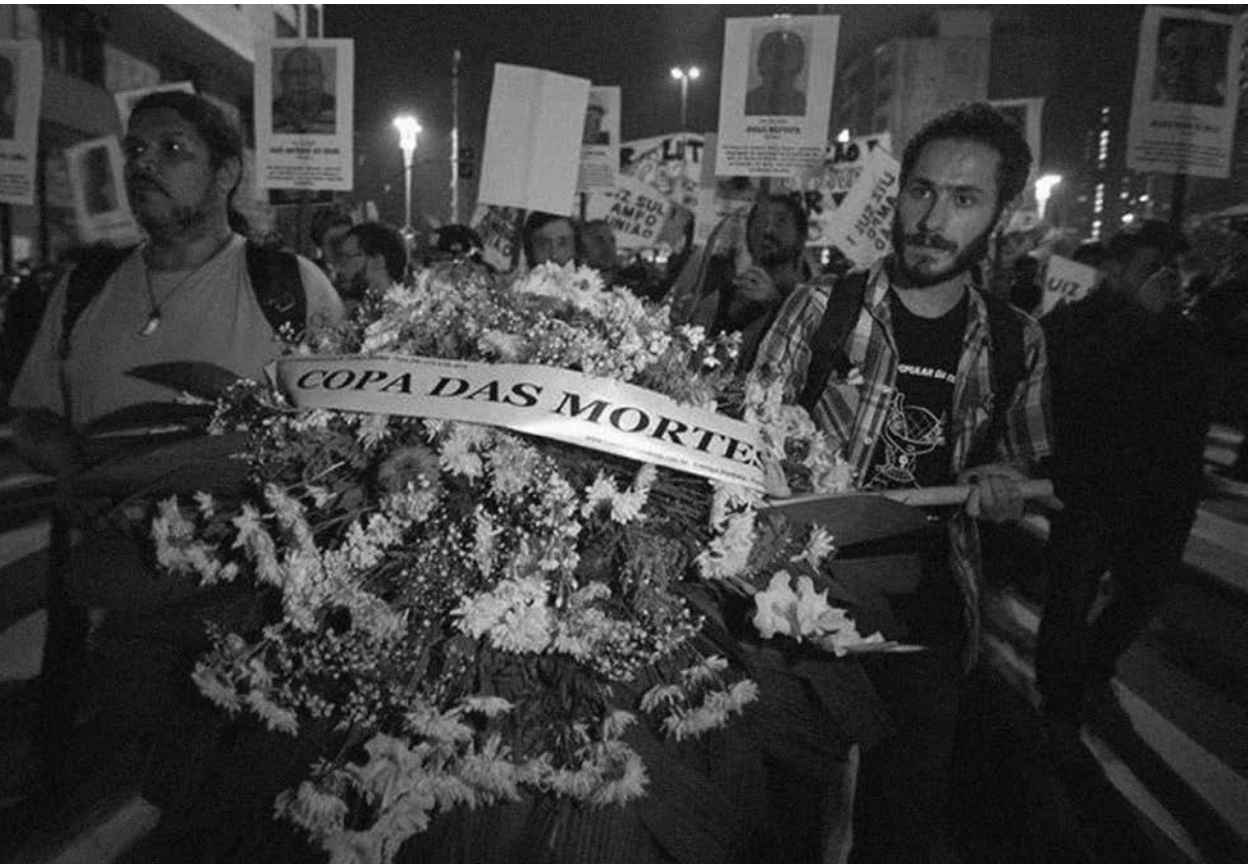
7 Agamben, Giorgio, “Estado de Exceção”, Boitempo Editorial, 2004, p. 48.



Copa Rebelde 2014

chutados de escanteio, e foi salva a pátria. De fato, não somos “brasileiros com muito orgulho, com muito amor”.

Temos na teoria clássica do estado de exceção uma série de similaridades com relação ao hipotético estado de exceção da Copa. Pudemos notar o poder executivo, investido da soberania, como a origem de normas que suspenderam de algum modo o ordenamento jurídico brasileiro, atos estes seguidos da ratificação do parlamento. No entanto, se houve exceção, não podemos deixar de observar o caráter cirúrgico delas. Não se tratou de uma ampla e irrestrita suspensão de garantias individuais e políticas e de uma



farra irrestrita de todos os capitalistas (embora tenha sido uma grande farra); não entramos, a bem-dizer, numa bizarra ditadura futebolística. E é neste sentido que o Comitê Popular da Copa de São Paulo fala não em “estado”,

mas em *zonas de exceção*, porque a exceção é seletiva, a ordem deve ser garantida contra pobres e descontentes, enquanto que para os de cima parece haver mesmo o que se pode chamar um “Estado de Direito”. Estado penal para os pobres, Estado social para os ricos.

É verdade que notamos em cada uma dessas zonas bem delimitadas a produção de “um vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas”⁸. Mas é importante entender essa diferença escalar, isto é, “zonas” ao invés de um estado generalizado; além disso, é importante notar uma diferença com relação a dois fenômenos jurídicos englobados sob uma mesma nomenclatura: há diferença entre o mecanismo clássico da exceção, como o dispositivo de garantia da lei e da ordem, e as anomalias legais tendo em vista beneficiar certos capitalistas. É assim que entendemos as isenções, as indenizações, as áreas de exclusividade, a flexibilização de certas regras do direito trabalhista, etc. Além disso, houve uma série de violações de direitos consolidados que não passaram por qualquer formulação legal mais refinada, como as remoções de casas, a atuação concreta das forças de (in)segurança ou outros efeitos colaterais, como as redes de exploração sexual em decorrência do evento, pois a raiz da exceção permanente deve ser entendida sobretudo na esfera extrajurídica.

Na formulação clássica, a exceção está incorporada à regra, como se partíssemos de uma plenitude de direito, como se não houvessem zonas de anomia, sobrepondo-se a tudo o direito de salvar a Pátria. Mas Pátria pra quem? É assim que entendemos o dispositivo vigente no art. 142 da Constituição Federal que embasou o Decreto de Garantia de Lei e Ordem. Trata-se de um entulho autoritário resultante de uma transição mal resolvida da ditadura civil-militar para o regime democrático. Além disso, podemos fazer ponderações sobre o alcance dessa exceção durante a Copa, não só neste primeiro aspecto mas também no das anomalias legais, o que, contudo, não nos levará a uma tranquila conformação quanto ao caráter bem delimitado dessa exceção, e sim a uma constatação estarrecedora.

Quanto à “legislação de exceção”, não podemos nos esquecer que ela não foi outorgada, mas promulgada. Significa que houve uma instância com o belo nome de Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa

8 Idem, p. 78.

que a julgou procedente do ponto de vista constitucional; significa que os representantes do povo debateram sobre a matéria, ponderaram sobre o interesse de toda a nação; que os projetos passaram por várias votações em duas casas legislativas, por sanções, emendas, vetos; em suma, que as exigências da FIFA entraram ordinariamente no âmbito legal brasileiro. Mas isso é o mais assustador, pensar que os governos, pela forma atual do Estado Democrático de Direito, devido à restrição do exercício da soberania por meio de “representantes”, podem regularmente promover excepcionalidades, mesmo aquelas que não se enquadram no paradigma clássico de manutenção da lei e da ordem, de acordo com os interesses conglomerados no próprio governo, que, devido às regras do jogo político, calham de, na maioria das vezes, não serem os interesses do povo. Assim, a ordem, nela mesma, exprime a exceção.

O tópico do “estado de exceção”, muito utilizado pelos críticos do mundial de futebol de modo mais ou menos consoante a essas discussões filosóficas sobre o direito público, parece-nos, exprime um fato incontestável. Se pensarmos no caso da abertura da Copa no dia 12 de junho, em São Paulo... O ato da Frente “Se Não Tiver Direitos, Não Vai Ter Copa”, chamado para a estação de metrô Carrão, estava fora do perímetro de 2 Km estabelecido como circunscrição máxima do local oficial do evento. E mesmo assim esse ato foi sumariamente impedido de se concentrar. Ou seja, se a ideia do Decreto de Garantia da Lei e da Ordem era factível, por que desfazer uma manifestação que em momento algum arranhou a delimitação legal do que seria área de exclusividade da FIFA, não colocando a manutenção da ordem em questão? Isso sem entrar no mérito de discutir a legalidade ou não da privatização temporária de um espaço público, com a garantia de força armada. E o que dizer do ato convocado em favor da readmissão dos metroviários demitidos por fazerem greve sob alegação de justa causa? Este ato, chamado para a Rua Serra do Japí, em frente à sede do Sindicato dos Metroviários, ao qual o Comitê Popular da Copa de São Paulo se incorporou, levando a memória dos operários mortos na fase de viabilização do evento, estava ainda mais longe da circunscrição legalmente garantida à FIFA. E onde nas regras brasileiras, sejam supostamente de exceção ou não, estava assegurado à polícia militar, com o apoio da Força Nacional de Segurança, das Forças Armadas e das Polícias Civil e Federal, restringir o trânsito de uma manifestação pública de caráter pacífico, bloqueando, inclusive, o direito de ir e vir de pessoas

que talvez sequer estivessem participando do ato? Onde estava assegurado que esta manifestação deveria ser restringida? Mais do que em “legislação de exceção” talvez devamos falar, neste caso, em “jeitinho” da polícia. A Tropa de Choque da PM desmantelou a concentração do ato “Não Vai Ter Copa” e empurrou a resistência à ação policial até a quadra dos metroviários, onde do caos (instaurado pela PM) passou-se à necessidade de ser reestabelecida a ordem (pela própria PM). Fora o que viria a ocorrer um mês depois, na Praça Saens Peña, no bairro da Tijuca, no Rio, por ocasião do encerramento do mundial, quando não só o direito à livre manifestação foi flagrantemente cerceado, mas também o direito de ir e vir de quem quer que estivesse no perímetro de alguns quarteirões em torno da praça, situada a uma distância considerável do Maracanã. Para se ter uma ideia, os próprios moradores/es só conseguiam furar o cerco policial-militar com a apresentação de comprovantes de residência ou caso contassem com a simpatia gratuita dos soldados.

Se houve legislação de exceção, passada a Copa, ela perdeu a vigência. Mas o que a realização do torneio escancarou à luz do sol e fora da quebrada é a cotidiana exceção da exceção. No Brasil, se se quer criminalizar a pobreza e os movimentos populares de contestação, a lei é uma mera formalidade. Por exemplo, a prisão e condenação de Rafael Braga e a prisão de Fábio Hideki, ambos sob alegações comprovadamente falsas, explicitam o que há muito já se sabe. É a mesma lógica de extermínio de suspeitos pobres, pretos e periféricos, do encarceramento em massa, com base em flagrantes no mínimo duvidosos, das reintegrações de posse unilaterais, em que só se garante, das partes, que os sem-teto continuem sem teto. Se há alguma exceção permanente que ficou explicitada com a Copa⁹ foi aquela que escapa mesmo às decisões centralizadas dos governos e instituições: foram os chutes, socos, balas, bombas, prisões arbitrárias e efetivo cerceamento de liberdades que constituem a exceção nossa de cada dia.

Portanto, antes de nos perguntarmos sobre a exceção, devemos nos perguntar se a regra é clara, se as leis estão claramente dispostas e se todos

9 Esse ponto dialoga com o artigo do prof. Souto Maior, intitulado “Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente”, publicado na coletânea “Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?”, Boitempo Editorial. Trata-se de observar a exceção não só do ponto de vista do direito, mas do ponto de vista do quanto, na disputa política da sociedade, o direito é instrumento mais ou menos legitimador de determinadas práticas de opressão e repressão que ocorrem mesmo à revelia do que ele tem de injusto.

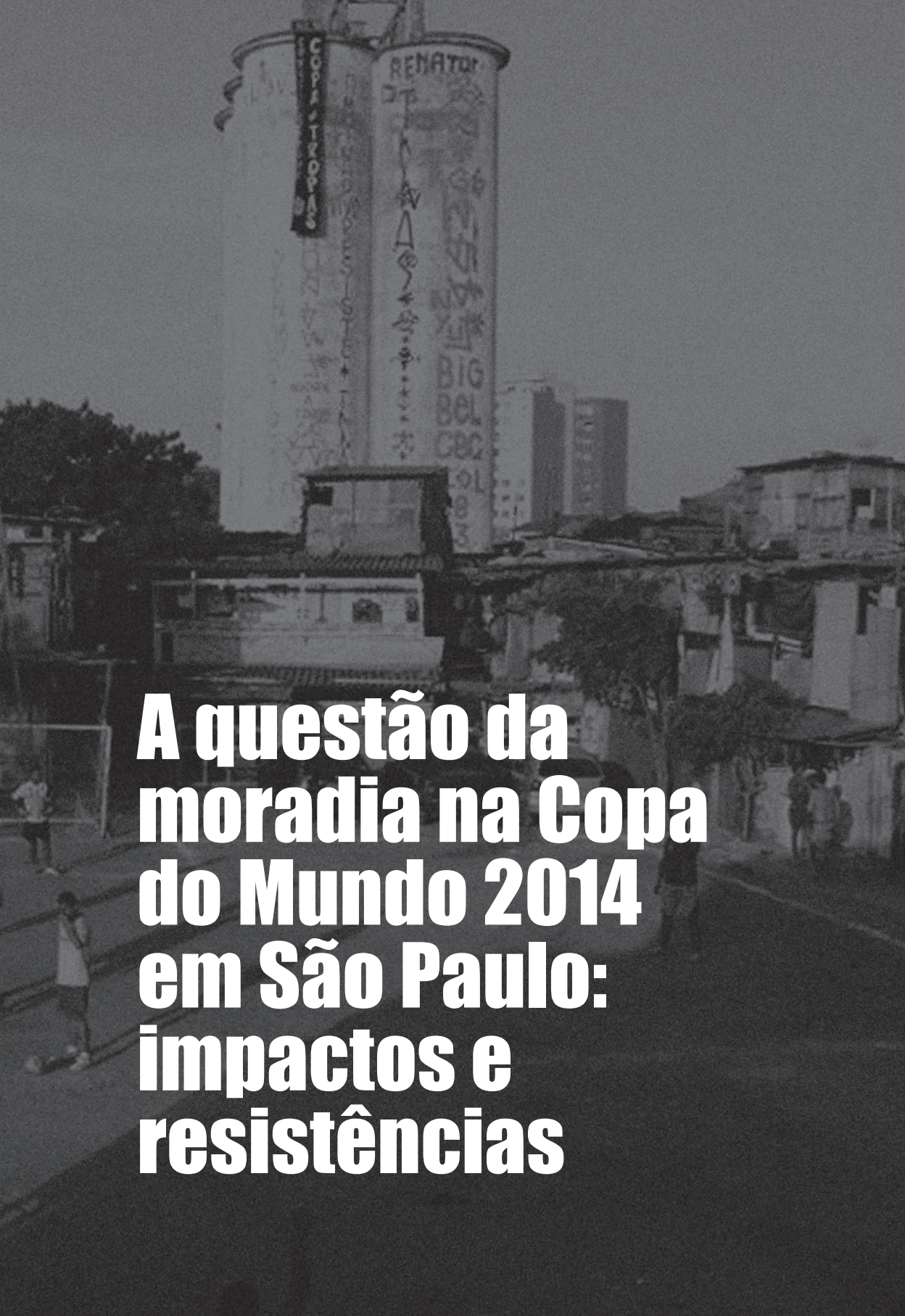
sabemos o que é e o que não é de direito. O Estado, em si, é ambíguo; ele é instrumento das elites ou do povo. Daí que mesmo no Estado Democrático de Direito, em que supostamente seria favorecido o interesse popular, os abusos concretamente cometidos na vida cotidiana descansam à sombra das leis. Por isso todas as violações da Copa não deram em nada: não tivemos moradias dignas restituídas chave a chave para os removidos, não tivemos indenização para as famílias dos operários mortos, as polícias continuam, a rigor, fazendo o que bem entendem, a mídia continua concentrada na mão de poucas famílias, algumas manifestações públicas continuaram cerceadas e a PM continua tratando o povo descontente como o inimigo interno. É toda a exclusão de cidadania de nossa democracia que a Copa do Mundo pôs em evidência. A principal prova disso é que a soberania popular em momento algum foi convocada a se posicionar quando havia a intenção do governo em candidatar o Brasil a sede, mesmo diante do que já se sabia, por exemplo, do que fora a Copa da África do Sul. Isto porque não está claro, ao que parece, que a soberania é do povo, não dos governos, e muito menos dos patrocinadores, das construtoras, das emissoras ou da FIFA..

Para além da discussão de se houve ou não um estado de exceção com o mundial de futebol no Brasil, o que talvez seja importante observar é que ele não só decorreu da suspensão do ordenamento por meio de dispositivos de emergência claramente formulados do ponto de vista jurídico, sejam eles constitucionais ou anômalos. O que ficou claro é que os de cima querem, podem e fazem, com ou sem lei.

Quanto a nós, os de baixo, fizemos contra a Copa da FIFA a Copa Rebelde dos Movimentos Sociais, contra o Congresso da FIFA fizemos o Congresso do Povo e assim por diante. Não houve só exceção, houve também resistência, não só nossa do Comitê Popular da Copa, mas de muita gente, de muitos modos. Se há exceção é porque ela permeia cada um dos espaços brancos das letras da Lei. O domínio da exceção é também o domínio da política, da luta de classes, das efetivas relações de poder e é nesse campo que devemos continuar a jogar se queremos virar o jogo e se queremos que seja enunciado de uma vez por todas o que é arbítrio e o que são regras válidas, legítimas e claramente formuladas para todos.







**A questão da
moradia na Copa
do Mundo 2014
em São Paulo:
impactos e
resistências**



A cidade de São Paulo, assim como as outras cidades sede da Copa do Mundo de 2014, foi alvo da aceleração dos processos de especulação imobiliária e, automaticamente, da gentrificação e higienização social. Esse cenário incluiu ameaças e remoções das famílias residentes em áreas de interesse tanto do poder público quanto do mercado imobiliário.

As comunidades Espriadas, Moinho e Paz são três exemplos que ilustram as constantes intimidações e os conflitos reforçados por megaventos, mas também se tornaram polos de resistência das pessoas que vivem nesses locais na tentativa de garantir os direitos básicos à moradia digna e à cidade.

Pode-se observar que as três comunidades estão localizadas em áreas do eixo de expansão e forte valorização por conta do mercado imobiliário que, amparado pelo poder público, promove a expulsão da população pobre ali residente. E as justificativas para isso vão desde questões de segurança relacionadas a desastres ambientais, ocupação em áreas de proteção ambiental e irregularidade da propriedade. Para isso, o Estado, em parceria com o mercado imobiliário, acaba agindo de várias maneiras para dificultar a vida das pessoas que moram nos locais em questão. Uma delas é o terror psicológico, visando fazer com que os moradores/es saiam de suas casas por medo e insegurança quanto à permanência no local. Ocorre também a precarização de serviços de infraestrutura urbana, quando o poder público, ao invés de garantir esses investimentos, dificulta ao máximo a implantação dos mesmos nestas áreas, deixando aos moradores/es condições precárias e, desta forma, pressionando-os para que se retirem dos locais de onde são indesejados. Outra ação realizada é a remoção de comunidades inteiras, com a justificativa de desenvolver as obras de infraestrutura, quando, na verdade, em alguns dos casos, as obras sequer beneficiam quem já residia na região há anos. Ocorrem também violentas reintegrações de posse, de ordem pública e amparada pela força bruta e truculenta da Polícia Militar que agride a população física e mentalmente, deixando os moradores/es completamente desamparados. É característico ainda da cidade de São Paulo o número alarmante de incêndios em favelas que, em grande parte, assolam especialmente favelas localizadas em áreas de vetor de expansão do mercado imobiliário.

Observa-se que o modelo de cidade apresentado à população é um projeto para poucos, para ricos, a cidade do consumo, de quem pode pagar. Cidade elitista, de parques e *parklets*, de embelezamentos das áreas centrais e de expulsão para as franjas periféricas daqueles que não têm como pagar. Com isso, nega-se à maioria esmagadora da população o direito à cidade. A realização de megaeventos, que tem como um de seus principais objetivos atrair turistas e fortalecer o consumo, acelera e aprofunda esse tipo de processo de gentrificação e higienização social, visto que, na justificativa de obras de infraestrutura voltadas ao megaevento, comunidades inteiras sofrem com processo de remoção e de ameaças. Os megaeventos também promovem uma menor possibilidade de mobilização e defesa das comunidades já que as obras relacionadas a estes eventos apresentam caráter de urgência, o que pode aumentar a pressão e agressividade nos processos de remoção.

Além disso, é importante lembrar também da existência das remoções indiretas, ocasionadas pela valorização da terra e conseqüente alta no aluguel, o que fez com que diversas famílias não pudessem morar em determinadas zonas da cidade. Nesse sentido, a alta no valor dos aluguéis expulsou muitas pessoas de suas casas, arrancando delas o direito à moradia digna. Algumas dessas famílias, ao se indignarem com a situação, passaram, pela primeira vez, a engrossar a militância dos movimentos de moradia. Um caso emblemático é a quantidade de pessoas nessa situação que se envolveram na Ocupação Copa do Povo, localizada há apenas três quilômetros do estádio do Corinthians, em Itaquera.

Durante os quatro anos de existência do Comitê Popular da Copa – SP foi possível ter contato com as mais variadas e absurdas histórias referentes aos processos de remoção, pressão, conflitos e resistência, fazendo com que a questão da moradia fosse um dos temas mais abordados em nossas ações. E, com o passar do tempo, observou-se também que o legado da Copa no campo da moradia estava fortemente relacionado às ações violentas e arbitrárias da polícia nos tristes episódios de remoção, como foi o caso da reintegração de posse do Hotel Aquarius, ocorrida em 16 de setembro de 2014, no centro de São Paulo, na qual os policiais vestiram os equipamentos comprados para os esquemas de (in)segurança da Copa e utilizaram bombas de gás e de estilhaço contra inúmeras mulheres grávidas, crianças e idosos que resistiam dentro da ocupação. No episódio em questão, ficou bem claro para que(m) todo aquele aparato da Copa estava mirado.

Por outro lado, este aumento e diversificação nos processos de remoção geraram, por parte das comunidades, uma mobilização e organização popular. Maior, fator que representa alguns avanços para as famílias, como é possível perceber nos casos relatados a seguir.

Os conflitos da Paz: duas gerações de resistência

A comunidade Vila da Paz teve seu início no ano de 1991, em Itaquera, mas começou a ganhar destaque na mídia após a notícia de que a abertura da Copa ocorreria a 800 metros dali, no novo estádio do Corinthians. A partir de então, diversos problemas começaram a aparecer e preocupar os moradores/es da comunidade.

A área, próxima à duas estações de metrô (Itaquera e Arthur Alvim) e uma de trem (Corinthians - Itaquera), pertence à Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB) e abriga 377 famílias, de acordo com o último levantamento da Prefeitura, realizado em 2013. Além disso, segundo levantamentos realizados para a construção do Plano Popular Alternativo de Urbanização¹ da comunidade, a favela possui diversos equipamentos públicos de saúde e educação no seu entorno, o que faz com que sua localização seja relativamente boa. (PEABIRU, 2013)

Por outro lado, a falta de acesso a serviços básicos, como água e energia elétrica (que foram instalados somente em 2014, após 24 anos do surgimento da comunidade), a existência de casas com condições construtivas precárias, a proximidade com o córrego Rio Verde, entre outras coisas, dificultavam a vida dos moradores/es da Vila da Paz. E foi neste contexto que o novo estádio seria construído, com início das obras em maio de 2011.

A arena, que contou com um investimento de R\$ 1,08 bilhão (sendo que destes R\$ 400 milhões são fruto de financiamento da Caixa Econômica Federal e R\$ 420 milhões de incentivos do governo local), não apresentou em seu Relatório de Impacto à Vizinhança nenhuma menção às diversas comunidades existentes em seu entorno, ainda que os moradores/es comessem a sentir na pele os verdadeiros impactos.²

1 PEABIRU - TCA (São Paulo). Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz. São Paulo, 2013. 48 p. Disponível em: <<http://issuu.com/peabirutca/docs/caderno-final-8>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

2 Informações oficiais encontradas na matriz de responsabilidade atualizada.

Junto com o estádio renascem outras iniciativas do poder público para aquela região: a Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu e com ele o Parque Linear Rio Verde, que por sua vez passava por cima de diversas comunidades no entorno do novo estádio, incluindo a Favela da Paz.

Naquele momento a Prefeitura evitava vincular a implementação do Parque à realização da Copa, mas para a população residente em Itaquera, esta relação era extremamente óbvia, conforme apontaram os moradores/es e moradoras da região³:

“Estou aqui há 16 anos, já perdi dois barracos em incêndio e ninguém me ajudou a reconstruir, agora que vai ter Copa, chegam aqui e dizem que temos que sair. Falam que é por causa do córrego (Rio Verde), mas não para onde vamos.”

Desde então, inúmeras violações de direitos aconteceram, dentre elas, a falta de acesso à informação. Dessa maneira, os rumores da remoção total da Vila da Paz foram se confirmando e, após o contato com o processo jurídico de reintegração de posse, deu-se o início de uma intensa mobilização da comunidade que perdura até os dias de hoje. Essas ações de resistência conseguiram frear até agora as remoções na Vila da Paz e forçaram o poder público a instalar sistemas de abastecimento de água e energia elétrica, bem como a transformar a área em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), ainda que esta última traga consigo diversas contradições. Por isso, o fortalecimento dos laços comunitários a partir do processo de resistência e a formulação do Plano Popular Alternativo de Urbanização da Favela da Paz fizeram com que esta luta se tornasse um exemplo de resistência na luta por moradia.

Porém, a resistência não teve seu início no processo da Copa, segundo Washington e Drancy, lideranças comunitárias. A primeira reintegração de posse aconteceu em 1995, quando Washington ainda era adolescente. Naquele momento Drancy e outros moradores/es se uniram para mostrar ao juiz responsável pelo processo que ali existiam diversas crianças matriculadas nas escolas próximas e que elas ficariam desamparadas e sem estudar caso fossem obrigadas a sair do local.

3 Ver entrevista em: <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/obras-da-copa-desalojam-65-000-pessoas> - Acessado em 03/10/2013.

Drancy afirma que já naquele momento a união dos moradores/es foi fundamental para barrar a reintegração. Washington se lembra com orgulho o episódio no qual ele, ainda jovem, se uniu aos outros moradores/es para pressionar o juiz em frente ao fórum.

Os dois contam que depois desta primeira ameaça de reintegração, passaram-se nove anos até que a Copa chegasse trazendo novos processos e outras formas de pressão para a saída da comunidade, o que gerou por sua vez outras iniciativas de resistência. Assim formaram-se duas gerações de luta pela permanência na Vila da Paz.

Washington conta que, com a chegada da Copa, a pressão para a remoção da comunidade aumentou muito. As justificativas utilizadas foram as mais diversas: proteção do córrego que passa ao lado da comunidade e dos recursos hídricos da região, risco de deslizamentos e contaminação do solo. A comunidade também foi alvo do corte ilegal da energia elétrica, de ocorrência de incêndios, entre outras coisas que aconteceram nestes quatro anos da 'briga da Copa', como eles dizem.

Sendo assim as famílias começaram a se reunir para discutir a chegada da Copa em Itaquera, o futuro dos moradores/es da Comunidade da Paz e as maneiras de lidar com este assunto. E, após meses de mobilização, concluiu-se que os moradores/es da Favela da Paz, juntamente com participantes do coletivo Comunidades Unidas de Itaquera (COMUNAS) e com técnicos da Peabiru⁴, se reuniram para construir um Plano Popular Alternativo para a urbanização daquela área, o que seria usado como instrumento para resistência e abertura de um diálogo no qual as exigências da comunidade ficassem claras, assim como a existência de outras possibilidades além daquela oferecida pela Prefeitura, que não apresentava nenhuma informação sobre o futuro daquelas famílias.

Após um processo de pesquisa, composta por levantamento, análise de dados socioeconômicos e mapeamento da área, foi formulada uma proposta que mesclasse os interesses da comunidade e do poder público. Sendo assim, o plano foi construído a partir do atendimento dos desejos e expectativas dos moradores/es da Vila da Paz, que, desde o início, manifestaram a sua vontade em permanecer na Favela da Paz, desde que houvesse um processo de urbanização

4 A Peabiru é uma assessoria técnica sem fins econômicos que dispõe de profissionais de diferentes áreas de atuação. <http://www.peabirutca.org.br/home.html> acessado em 20/06/2013

da área por parte do poder público. A principal característica da proposta é a consolidação do terreno que a comunidade já ocupa, sendo necessárias apenas as remoções referentes à ocupação de áreas não edificantes, próximas ao viaduto, às Áreas de Preservação Permanente do Rio Verde e algumas outras que dariam espaço para a abertura do viário necessário para a consolidação da ocupação. Dessa maneira, seria possível a convivência do parque e da comunidade.

Washington e Drancy contam que tanto o processo quanto o plano em si foram importantes para a resistência da comunidade e entendem que a falta de informações sobre o processo jurídico e sobre os projetos dificultaram muito o processo de mobilização. A divulgação do assunto na mídia também foi lembrada pela liderança como um dos pontos que contribuíram no processo de resistência.

Para a ampliação da visibilidade da luta da comunidade e dentro do projeto de resistência da Vila da Paz, o trabalho do Grupo Teatral Parlandas e do Comitê Popular da Copa produziram inúmeros eventos como debates, espetáculos teatrais, oficinas, etc. O marco dessa luta foi a Mostra pela Paz, uma mostra artística de três dias realizada através da parceria e militância de vários grupos de teatro da cidade de São Paulo, mais coletivos de grafite, música e que, de 19 a 21 de abril de 2013 (data possível de desapropriação da comunidade) ocuparam a quadra com apresentações gratuitas e debate sobre a situação da comunidade.

Depois de inúmeras reuniões na Subprefeitura de Itaquera, as lideranças relataram que as dificuldades no acesso às informações sempre estiveram presentes, mesmo após as promessas atuais da Prefeitura, nas quais um primeiro setor, classificado como área de risco, seria removido numa primeira etapa para a construção de apartamentos que estão em fase de finalização; e, numa segunda etapa, o restante das famílias seriam realocadas para um conjunto de prédios que ainda não saiu do papel. Porém, até o momento da conclusão deste texto, não haviam garantias documentadas destas promessas.

Neste sentido, é importante que se questione sobre a validade da delimitação de uma área como ZEIS – 1 (áreas ocupadas passíveis de regularização fundiária), já que, mesmo com este suposto avanço, a comunidade será totalmente removida, o que mostra as contradições entre o discurso e as ações da prefeitura.

Ainda que o “chave-a-chave”, uma das reivindicações do Plano Popular Alternativo, seja contemplado no discurso da prefeitura, diversas dúvidas ainda pairam sobre o futuro das famílias da Paz, que possuem poucas certezas

além da necessidade de se mobilizar e pressionar o poder público das mais variadas formas. Washington conta que um dos sonhos da associação de moradoras/es da Vila da Paz é a construção de uma sede ou espaço comunitário onde eles possam continuar a se reunir para debater e se organizar.

Em relação à proposta de realocação nestes apartamentos, Drancy conta que mesmo no caso da comunidade se dividir entre esses dois conjuntos, o nome “Vila da Paz” continuará caracterizando as famílias e perpetuando essa história de luta e resistência de duas gerações da comunidade.

Quando questionados sobre o porquê do aumento da pressão para a saída das famílias daquela área, a resposta é instantânea: a especulação imobiliária.

A luta da Favela do Moinho

Existente desde o início da década de 1990, a Favela do Moinho é considerada a última favela do centro da capital paulista e está entre os principais polos de resistência contra a especulação imobiliária na cidade de São Paulo. Uma das moradoras e articuladoras políticas da favela, Alessandra Moja, de 30 anos, é filha de pais cearenses que migraram para São Paulo ainda na década de 1980 em busca de emprego e de melhores condições de vida. Ao chegar em São Paulo, seus pais moraram em albergues localizados no bairro do Brás. Ainda criança, Alessandra se mudou com os pais para o Moinho, onde hoje é uma das mais antigas moradoras, estando há cerca de 20 anos no local. Alessandra conta que quando chegou ao Moinho, cerca de 50 famílias ocupavam a área embaixo do viaduto Engenheiro Orlando Murgel e, por volta de 1998/1999, chegaram outras famílias e a ocupação foi se estendendo a área onde hoje se encontra, entre duas linhas de trem da Companhia Paulista de Trens Paulistanos (CTPM). Nesta localidade funcionava o antigo moinho Matarazzo, que originou o nome da comunidade.

De acordo com Alessandra, a comunidade já chegou a abrigar cerca de 1.220 famílias, aproximadamente 5.000 pessoas. Com os dois grandes incêndios que ocorreram nos anos de 2011 e 2012, o número de famílias foi reduzido para 480, uma vez que muitos barracos foram destruídos pelos incêndios e algumas pessoas, movidas pelo medo, resolveram sair da comunidade.

É importante frisar que as 1.080 favelas de São Paulo, onde moram cerca de 1,5 milhões de pessoas, têm sido alvo de constantes incêndios, sendo

que somente entre os anos de 2005 e 2012, o índice ultrapassou 800 ocorrências. Esses incêndios, grande parte de características criminosas e fruto da especulação imobiliária que gere a cidade, são negligenciados pelo poder público que procura justificar sempre associando os incêndios a “gatos” (ligações clandestinas) na rede elétrica.

O incêndio ocorrido em 2011 devastou aproximadamente 60% da Favela do Moinho, chegando a ter vítimas fatais. Como providência, a Prefeitura de São Paulo implodiu o prédio do antigo Moinho Matarazzo onde cerca de 80 famílias viviam com um número elevado de crianças e construiu um muro de concreto armado com aproximadamente 6 metros de altura e 30 centímetros de profundidade, isolando a comunidade do antigo prédio. Mesmo assim, ao invés de aumentar a segurança dos moradores/es e moradoras da favela, essa ação acabou deixando-os/as sem rota de fuga em caso de novo incêndio e dificultou a circulação e mobilidade das pessoas. Numa importante ação de resistência, a comunidade se juntou e numa ação direta realizada em agosto de 2013, iniciou a derrubada do muro com suas próprias mãos.

O segundo incêndio ocorrido na Favela do Moinho, em 2012, atingiu cerca de 40 famílias residentes na parte de entrada da favela. A Prefeitura não tomou providências para realojar estas famílias que tiveram que dormir nas calçadas ou em um galpão cedido por uma escola de samba localizada nas proximidades. A Prefeitura garantiu que seria feito um cadastro com as famílias atingidas para que estas pudessem receber o bolsa-aluguel, cadastro esse que nunca foi realizado e apenas uma parte das famílias atingidas foi auxiliada. O governo municipal propôs também para as famílias, moradias localizadas na ponte dos Remédios, no município de Osasco, pertencente à Grande São Paulo, distante do atual local onde vivem e localizada em área que os moradores/es não conhecem. O valor do bolsa aluguel era de R\$ 450,00 e, de acordo com relatos de moradores/es da Favela do Moinho, ao questionar o valor como sendo insuficiente frente ao cobrado por aluguel pelo mercado, funcionários da Prefeitura afirmavam que eles conseguiriam sim alugar com esse valor “no fundão”, afirmando, desta forma, que a área central não está destinada a eles.

Aos moradores/es da Favela do Moinho o que a Prefeitura de São Paulo tomou como providência foi a inclusão da Polícia Militar (PM) e da Guarda Civil Metropolitana (GCM), que entraram e continuam entrando até os dias de hoje na Favela de forma truculenta, ameaçando e agredindo



COPA PRA QUEM?

#CopaDasRemoções

FAMÍLIAS DESPEJADAS
250 mil pessoas removidas à força

moradoras/es. Em uma das situações, um morador foi baleado por policiais que o acertaram duas vezes na perna.

Cabe ressaltar que os dois incêndios na Favela do Moinho aconteceram durante a gestão do ex-prefeito Gilberto Kassab, marcada pelo *boom* imobiliário, pelo elevado índice de incêndios em favelas, por políticas públicas contra pessoas em situação de rua, dentre outras medidas impopulares, de segregação, higienistas e de gentrificação.

Em parceria com poder público, o mercado imobiliário criou esse processo de gentrificação, gerando expectativas de valorização em áreas providas de infraestrutura, onde o objetivo é elevar o preço do metro quadrado e garantir a permanência apenas da população que pode pagar por isso. O poder público, ao invés de garantir a função social do uso do solo, cede à pressão do mercado imobiliário e, aliado a ele, remove a população pobre para as áreas periféricas, delimitando espacialmente onde pessoas de cada faixa de renda podem morar, contribuindo para a segregação social e espacial, gerando uma cidade para poucos, além de fazer a alegria da burguesia cada vez que leva famílias pobres para longe de seu convívio. Dessa forma, à população de baixa renda, desamparada pelo poder público, restam apenas os incêndios criminosos sem a devida investigação e ressarcimento, pressão e violência policial cotidiana e remoções forçadas para áreas distantes na maioria das vezes completamente precárias de infraestrutura e bens de consumo coletivo. Esse processo de gentrificação da cidade é acelerado por megaeventos, se utilizando das obras viárias e de infraestrutura como justificativa para remover a população pobre de áreas de interesse do mercado imobiliário e do poder público para o “embelezamento” da cidade.

O atual prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), em sua campanha, visitou a Favela do Moinho e fez promessas de implantação de água encanada, energia elétrica e rede pública de esgoto. Entretanto, durante os dois primeiros anos de sua gestão essas promessas não foram cumpridas e em um e-mail trocado entre a Agência Pública e sua assessoria de imprensa, essa afirmou que “a ideia é erradicar a favela e atender com unidades habitacionais definitivas todos os moradores/es da área”, descumprindo completamente suas promessas de campanha.⁵ Por meio de muita luta e reivindica-

5 Saiba mais em: <<http://apublica.org/2013/05/governo-haddad-planeja-erradicar-favela-moinho>> e <<http://reporterbrasil.org.br/gentrificacao/haddad-e-alkmin-juntos-para-riscar-do-mapa-favela-do-moinho/>>. Último acesso em 28 de fevereiro de 2015.

ção, os moradores/es da Favela do Moinho conseguiram que Haddad fosse novamente à comunidade, em dezembro de 2014, quando este firmou um novo compromisso para implantação de água, luz e esgoto ainda no primeiro semestre de 2015, o que até o fechamento deste texto não havia sido feito.

Os moradores/es do Moinho aguardam o cumprimento de suas promessas, que incluem um questionário para saber quais famílias desejam continuar na área, quais desejam sair e para onde desejam ir. Nesse processo de aguardar a implantação da infraestrutura prometida por Haddad, a população segue firme no seu processo de luta e resistência pelo direito de permanência na área central, de moradia digna e de cidade para todos e todas.

Cabe dizer, por fim, que apesar de a comunidade do Moinho não ter sido diretamente impactada, tomou parte ativamente no questionamento ao modelo de realização da Copa da FIFA e seus impactos negativos em relação ao problema da moradia como um todo em São Paulo, sediando algumas atividades do Comitê Popular da Copa – SP, como debates e uma festa popular que contaram com ampla participação dos moradores/es e também acompanhando, em solidariedade, os impactos sobre outras comunidades.

Articulação e resistência nas Comunidades da Espraiada

Como já foi visto até agora, a preparação para a Copa do Mundo (e a resistência a ela) abarcou a cidade como um todo, modificando estruturas, ressignificando lugares e, principalmente, atingindo os moradores/es e as regiões mais pobres. Para além da região de Itaquera, onde foi construída a Arena Corinthians, estádio de abertura da Copa do Mundo FIFA 2014, e do centro, que abrigou a FIFA FanFest, a região da antiga Avenida Águas Espraiadas (atual Avenida Roberto Marinho) também foi foco de grandes modificações em razão das obras de mobilidade inicialmente pensadas para o megaevento e que acabaram atingindo diversas comunidades ali estabelecidas.

A região é composta por comunidades estabelecidas ao longo das avenidas Águas Espraiadas (atual av. Roberto Marinho) e Washington Luís, na região do Campo Belo, zona sul de São Paulo. No início de sua ocupação, na década de 1960, feita principalmente por trabalhadoras/es migrantes do interior de São Paulo, Minas Gerais e estados do Nordeste, tratava-se de uma região pouco visa-

da pela população paulistana por ser distante do centro, com pouca infraestrutura pública e difícil locomoção. O crescimento constante nas últimas décadas e as operações urbanas na região, reflexo da criação de uma nova centralidade econômica no eixo Faria Lima-Berrini, colocaram a região no foco de empreendimentos imobiliários. Ali passou a ser não só uma importante ligação entre o centro financeiro Faria Lima-Berrini e a região do aeroporto de Congonhas, como também um local visado para a expansão do setor imobiliário para uma área que ainda não estava saturada, diferente das mais centrais. Ambas as perspectivas, no entanto, ignoraram a existência e os direitos dos moradores/es das comunidades, que já estavam ali estabelecidas há muito tempo.

É desse modo que se deu a expansão da especulação imobiliária sobre as comunidades da Espraiada, feita a partir de ações do Estado, como a Operação Urbana Águas Espraiadas. Desde a década de 1990, os moradores/es enfrentam tentativas de intimidação e expulsão, tanto pelo poder público como pelo setor imobiliário, além de ações truculentas da polícia, bem como a ocorrência de incêndios de caráter criminoso nas comunidades.

A partir de 2010, a Espraiada encontrou um novo desafio. O anúncio de que a abertura da Copa do Mundo ocorreria no Estádio do Morumbi, zona sul da cidade, fez com que o Governo Estadual de São Paulo, comandado por Geraldo Alckmin (PSDB), acelerasse o projeto da linha 17 - Ouro do Metrô, que ligará a região do Aeroporto de Congonhas à Estação Jabaquara da Linha 1- Azul. Porém, para que esse trajeto fosse possível, seria necessária a retirada de duas comunidades da Espraiada – Buraco Quente e Comando – com a remoção de cerca de 400 famílias. Mesmo com a mudança da abertura para a Arena Corinthians em Itaquera, zona leste, as obras e os impactos continuaram ocorrendo na Espraiada.

Mais uma vez os moradores/es enfrentaram um processo truculento, marcado pela violência e falta de diálogo e de transparência por parte do Poder Público. Em conversa com moradores/es e moradores, notou-se que não houve tentativas prévias de discutir o projeto, visando buscar alternativas que diminuíssem os impactos para a comunidade ou até mesmo para explicar a situação que se colocava.

Segundo reportagem da Rede Brasil Atual, de Novembro de 2012, os funcionários do Metrô apareciam numerando as casas e avisando sobre a remoção. “Duas semanas depois, outra equipe entrega uma relação de do-

cumentos que devem ser apresentados em data determinada, no endereço informado por eles. Lá o morador descobre que está participando de um processo de ‘adesão’ a um programa habitacional da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano)”, relata a reportagem. Uma das moradoras removidas, Adelaide de Jesus, contou em entrevista à Rede Brasil Atual em Novembro de 2012⁶, como esse processo ocorria sem o conhecimento dos próprios moradores/es: “Eles entregam o documento e mandam a gente preencher. Só entendi que era isso quando fui pela primeira vez na reunião, depois de ser convocada. E toda vez eles dizem que falta documento, mas não explicam exatamente o que está sendo feito”.

Os valores oferecidos pela CDHU eram de um auxílio-aluguel de R\$400 mensais até a finalização das moradias populares para onde eles seriam realocados – sendo que não havia nem projeto para essas moradias quando os cadastros foram feitos – ou uma indenização pela moradia que poderia chegar até R\$119 mil. Tais valores, nada condizentes com o custo de vida na cidade de São Paulo, permeavam as preocupações de quem enfrentava a situação de remoção. Essa dúvida quanto ao destino da comunidade gerou uma indignação que transparece na fala dos moradores/es, como apontou Euzina do Rosário, que vive lá há mais de 50 anos: “Não quero sair daqui. Toda minha história, meus filhos, meus netos, tudo eu vivi aqui. Quando viemos morar aqui não tinha prédios, não tinha mercado, a Washington Luis era uma pista só. Agora que o bairro cresceu, ficou chique, veio o progresso, os pobres atrapalham e têm de sair? (...) Onde vou conseguir uma casa que caiba toda minha família, com essa indenização?”⁷

Nesse cenário, a articulação dos moradores/es foi fundamental para dar publicidade à falta de diálogo do poder público e fortalecer a resistência da comunidade. Apesar do processo de remoção das comunidades Comando e Buraco Quente ocorrer em meio a diversas audiências públicas, a busca por informações sobre o projeto e por ações concretas para as famílias removidas mantinha-se sem grandes avanços.

6 Reportagem de Rodrigo Gomes, da RBA. Publicada em 25/10/2012. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/10/moradoras/es-denunciam-pratica-higienista-em-remocoes-para-linha-17-ouro-do-metrô>

7 Em entrevista a Rodrigo Gomes, da RBA. Publicada em 25/10/2012. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/10/moradoras/es-denunciam-pratica-higienista-em-remocoes-para-linha-17-Ouro-do-Metrô>

Ao serem questionados sobre projetos e impactos, era comum que os representantes do Poder Público e do Metrô empurrassem a responsabilidade para outro órgão (em geral, para mais de um), deixando os moradores/es sem respostas e sem perspectivas de como as obras e remoções avançariam. Era comum a falta de respeito para com as comunidades, tanto pela falta de diálogo efetivo quanto pela ausência de diversos representantes nas reuniões e audiências públicas. Se para os moradores/es era quase impossível obter informações sobre os projetos, o diálogo era privilegiado com o setor imobiliário através de um convênio firmado entre Metrô e SECOVI (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo)⁸.

Assim como na Favela da Paz e na Favela do Moinho, a resistência dos moradores/es foi fator importante para assegurar direitos básicos. No caso da Espriada, foi possível conseguir uma indenização mais próxima do valor real do imóvel e o desmembramento de núcleos familiares, atendendo de modo separado grupos familiares diferentes que moravam numa mesma casa, garantido assim a realocação ou indenização para ambas as famílias. Apesar de, segundo o Metrô, as remoções já estarem finalizadas, cerca de 20 famílias ainda moram nas favelas de Buraco Quente e Comando, em meio aos escombros das casas já derrubadas e sem fornecimento de água e luz.

Se por um lado houve grande pressão para os moradores/es da Espriada deixarem suas casas, o mesmo não ocorreu com o Hipermercado Extra e com um condomínio de luxo próximos ao monotrilho, que, apesar de se encontrarem dentro da área de impacto das obras de infraestrutura, não tiveram nenhuma perspectiva de remoção, segundo mostra reportagem do portal Pública de outubro de 2013⁹.

Mais uma vez é possível notar como a articulação dos moradores/es é fundamental para se tornar um polo de resistência. No caso da Espriada, outras vitórias foram alcançadas em outros momentos, como em setembro de 2013, quando o Governador Geraldo Alckimin estabeleceu o leilão de 60 terrenos do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), uma área onde vivem cerca de 400 famílias. Apoiados pela Defensoria Pública, os moradores/

8 Reportagem de Gisele Brito, da RBA, publicada em 06/06/2013. Disponível em <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/14a2a65e4edbc515?projector=1>

9 Reportagem de Ciro Barros e Guilíia Afiune, em 18/10/2013. Disponível em <http://apublica.org/2013/10/depois-trator-passou-copa-do-mundo-sao-paulo-direitos-humanos/>

es conseguiram reverter o processo. Outro episódio recente foi em setembro de 2014, quando a Espraiada foi novamente atingida por um incêndio, nas favelas do Piolho e da Chácara, deixando cerca de 500 famílias desabrigadas e vulneráveis a expulsão. Novamente, a organização da comunidade foi fundamental para garantir os direitos dos moradores/es atingidos.

No último ano, o resultado da articulação dos moradores/es na luta contra a expulsão pode ser vista no documentário “Viela G Casa 3”, realizado pelo grupo ID. O documentário mostra, através dos olhos dos jovens que compõem o ID, o processo de expulsão das famílias para a construção da linha 17- Ouro do Metrô. Nas palavras de Kaique Souza:



Favela do Moinho 2014

“Todo esse doloroso processo gerou um sonho: contar o que acontece nos bastidores de grandes mudanças de infraestrutura na sexta maior cidade do Mundo e propor a discussão de como percebemos nosso próprio Habitat, refletindo sobre os riscos de não compreendermos nossa relação com o meio.”¹⁰

10 Descrição do documentário feita por Kaique Souza, integrante do grupo ID. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EjKJyageU8g>



COMPTROLLER GENERAL OF THE REPUBLIC
CONVIDA PARA O DIA

AUDITORIA DADA DIVULGADA PÚBLICA



DEBATE-BOLA:

**DRIA
VIDA
ICA**

**28/08
(QUINTA
ÀS 17H**

**LOCAL:
TEATRO MU
PRAÇA RA**

**NÓS NÃO VAMOS
PAGAR NADA!**



O ano de 2014 ficou marcado, dentre outros acontecimentos, pela realização da Copa do Mundo da FIFA, principal entidade do futebol de campo profissional. Este megaevento foi vendido para o povo brasileiro como um “ponto de virada” para a sociedade brasileira. Entretanto, é possível dizer que o povo brasileiro foi realmente beneficiado pela realização desse evento no Brasil? Este texto pretende apresentar uma resposta para esta pergunta, do ponto de vista do endividamento público brasileiro.

A questão não diz respeito apenas aos gastos relacionados com a Copa, mas a todo um processo de endividamento público anterior ao mundial, mas que foi bastante afetado pelas obras de infraestrutura, como estádios e mobilidade. Por isso, é importante entender o evento Copa do Mundo dentro desse contexto da dívida pública brasileira e quais foram os impactos gerados.

A conta da Copa é nossa?

“Não haverá um centavo de dinheiro público para os estádios”. Esta frase, dita pelo então Ministro dos Esportes do Governo Lula em 2007, Orlando Silva, foi repetida seguidas vezes (não exatamente com as mesmas palavras) por outros membros do Governo, inclusive por Lula e posteriormente por Dilma, mesmo após todos perceberem a enorme quantidade de dinheiro público investido na construção dos estádios. Em seguida, a própria presidenta admitiu que sem dinheiro público seria impossível realizar a Copa.

Além de mentir quanto ao uso ou não de verbas públicas, as informações oficiais, em função da falta de clareza e de atualização, chegaram a ser contraditórias, com valores diferentes que sofreram várias modificações. Portanto, o texto a seguir baseia-se não só nas informações levantadas através de fontes do Governo Federal, mas também as que foram divulgadas pela imprensa. Vale observar que este texto não tem a pretensão de encerrar o assunto em questão, mas sim apresentar fatos relativos às obras da execução da Copa da FIFA no Brasil, principalmente na construção e reforma dos estádios.

Os dados divulgados pelo Governo Federal no Portal da Copa¹ desmentem o argumento inicial de que “não seria usado dinheiro público”. Para se ter uma noção básica, somando os recursos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, foram gastos ao menos R\$ 3,9 bilhões somente nas obras dos estádios. Porém, outras fontes de informação mostram que o investimento público foi ainda maior. Um levantamento realizado pelo portal Agência Pública constatou que, dentre os investimentos diretos e empréstimos feitos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a soma chega a quantia de R\$ 4,8 bilhões. Desse valor, R\$ 2,243 bilhões referem-se aos investimentos diretos e os outros R\$ 2,587 bilhões aos empréstimos citados anteriormente². Devido aos altos valores, é importante ressaltar que parte desses investimentos diretos foram levantados às custas de empréstimos com outras instituições financeiras, principalmente pelo fato de não haver condição de obtê-los por meio das receitas ordinárias dos Estados.

Um exemplo emblemático é o caso do estádio do Maracanã. Mesmo tendo sido alvo de reformas em 1999 (R\$ 199 milhões) e 2006 (R\$ 304 milhões), para a Copa do Mundo da FIFA foi realizado um investimento de R\$ 1,2 bilhão, sendo que R\$ 650 milhões foram repassados pelo governo do Estado do Rio de Janeiro e outro tanto a partir de empréstimos feitos junto ao BNDES. O mais absurdo, ou seja, a “cereja do bolo”, é o fato do estádio, com previsão de custos inicial de R\$ 400 milhões, ter sido concedido à exploração da iniciativa privada por 35 anos, num valor de R\$ 5,5 milhões por ano, o que totaliza R\$ 181,5 milhões (menos de um terço do valor investido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro na construção). Obviamente, foi um ótimo negócio. Ao menos para as empreiteiras envolvidas na construção e para os vencedores do consórcio.

PPPs: Prejuízos públicos, lucros privados

No caso do Mineirão, o governo do Estado de Minas Gerais não foi o responsável pela execução das obras, mas firmou-se uma Parceria Público-Privada (PPP) estabelecendo duas formas de remuneração. A primeira

1 <http://www.copa2014.gov.br/>

2 <http://apublica.org/2014/06/tem-dinheiro-publico-sim-senhor/>

é composta pelo pagamento de parcelas anuais por parte do Estado para a Concessionária responsável pela construção e administração do estádio (Minas Arena) até o ano de 2037, com o objetivo de compensar os gastos decorrentes da reforma, inclusive o empréstimo junto ao BNDES (R\$ 400 milhões). Já a segunda parte da remuneração é variável e cobre a expectativa de receita que o consórcio não obtiver com a administração do Estádio. Estima-se que este gasto seja de aproximadamente R\$ 473 milhões ao longo de 27 anos, mas estimativas mais pessimistas apontam para um total de até R\$ 677 milhões.

Além do gasto anual, o Governo do Estado de Minas Gerais iniciou o pagamento mensal de 120 parcelas decrescentes aos administradores do Estádio, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os valores iniciais foram de R\$ 7,7 milhões e terminarão, em 2022, em R\$ 4,2 milhões. Levando em conta uma taxa de decréscimo linear destas parcelas, pode-se deduzir que, em 2022, o custo total terá sido de pouco mais de R\$ 700 milhões. Isso sem falar das correções em função do IPCA, ou seja, os valores estipulados em 2013. Em síntese: o Governo do Estado herdou uma dívida bilionária a ser quitada que só terá fim no ano de 2037. Nota-se que a PPP é um modelo de negócio onde os riscos da dívida ficam a cargo do poder público, enquanto o lucro é apropriado pelo setor privado.

A reforma do “Castelão”, principal estádio cearense, também foi viabilizada através de uma PPP. Neste caso, o estádio foi cedido para a exploração da concessionária por 8 anos, prazo que teve início em 2010. Ficou definido o pagamento de um total de R\$ 518,6 milhões ao gestor pelas obras e serviços prestados a ser quitado até 2018. Segundo o Portal Copa Transparente, até o presente momento já foram pagos ao consórcio pouco mais de R\$ 486 milhões³. De acordo com o Portal da Copa, o Governo do Estado do Ceará, para realizar essa PPP, contraiu um empréstimo junto ao BNDES de R\$ 351,545 milhões que deve ser pago entre janeiro 2014 e dezembro de 2025.

Na Bahia, a reforma do Estádio Fonte Nova foi realizada através de uma PPP envolvendo as empreiteiras Odebrecht e OAS. Nesse caso, o estádio será concedido para a exploração privada por 35 anos. No entanto, os gastos com a reforma ficaram a cargo do Governo Baiano. Ainda de acordo

3 <http://www.copatransparente.gov.br/acoes/estadio-castelao-obra-integral-ppp>

com o Portal da Copa, o gasto total para a reforma desta arena ficou em R\$ 689,4 milhões, sendo que deste total, R\$ 323,6 milhões foram obtidos através de empréstimo concedido pelo BNDES. Além desta dívida, o Governo da Bahia pagará anualmente para a PPP o total de R\$ 99 milhões durante 15 anos, corrigidos anualmente pelo IPCA. O Governo do Estado da Bahia ainda será responsável por dividir os eventuais custos da diferença entre a receita mínima esperada pela PPP (R\$ 23 milhões anuais) com o consórcio corresponsável pela PPP, em partes iguais.

Seguindo a linha das PPP's, na Arena de Pernambuco o projeto envolveu as empresas do grupo Odebrecht, que recebeu do Governo de Pernambuco um terreno como forma de garantia para fechar o acordo. Segundo relatório do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco⁴, a realização desta PPP resultou numa “economia da ordem de R\$ 66 milhões” em favor do Governo de Pernambuco. No entanto, ainda segundo o mesmo relatório, serão pagas contraprestações anuais de até R\$ 3,994 milhões, durante 30 anos. Porém, essas parcelas podem sofrer alterações, já que são reajustadas anualmente pelo IPCA. Por fim, o mesmo documento afirma que “ao longo do período da concessão, o Estado deverá arcar com o compromisso da dívida assumida junto ao BNDES” que, segundo o Portal da Copa, foi de R\$ 400 milhões, sendo o período da concessão de 30 anos, como citado anteriormente. Portanto, sem considerar as correções monetárias, o Estado do Pernambuco ficará com uma dívida de pouco mais de R\$ 500 milhões em função da Arena construída para a Copa da FIFA.

Em Natal, foi construída uma nova arena para a Copa da FIFA. Para isso, foi demolido o estádio existente (“Machadão”) onde o América-RN mandava seus jogos. Em seu lugar, foi construída a Arena das Dunas, com um custo inicial estimado em R\$ 350 milhões, em 2011, mas que atingiu cerca de R\$ 400 milhões, sendo R\$ 396,5 referentes a um empréstimo obtido junto ao BNDES e R\$ 3,5 milhões investidos diretamente pelo Governo Potiguar. Neste caso, o Governo do Estado terá que pagar uma prestação anual ao consórcio gestor da PPP de cerca de R\$ 10,3 milhões reajustados anualmente pelo IPCA.

Luciano Ramos, procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, informou ao portal Pública

4 portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2464821.PDF

que segundo suas estimativas, o Governo do Rio Grande do Norte pagará, no total, cerca de R\$ 1,3 bilhão à concessionária, até o encerramento desta PPP (ano de 2031). Segundo Ramos, esta contraprestação comprometerá, em valores atuais, 2,4% da Receita Corrente Líquida⁵ do Estado, e, por isso, somando este endividamento aos outros já existentes, a capacidade de investimento em áreas prioritárias em um Estado cujo IDH é inferior a média brasileira, e onde apenas 4 municípios (2,4% do total) possuem IDH considerado alto (maior que 0,700) fica extremamente comprometida.

Ruim com PPP, pior sem

O número elevado de sedes encareceu os custos da Copa da FIFA no Brasil. O próprio governo, através do Ministro-Chefe da Sec. Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, chegou a admitir que o ideal seria a utilização de apenas 6 arenas⁶. No entanto, em nome da tradicional conciliação de diversos interesses privados, o número foi mantido em 12. A partir disso surgiram algumas arenas dignas do apelido “elefante branco”, como os estádios construídos em Manaus, Cuiabá e Distrito Federal. A atratividade de tais arenas foi tão baixa que inviabilizou até o estabelecimento de PPP's, obrigando os Governos dos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Distrito Federal, respectivamente, a bancarem integralmente o custo das obras.

Segundo o Portal da Copa, a Arena de Manaus custou R\$ 669,5 milhões, sendo que deste total, R\$ 400 milhões foram decorrentes de um empréstimo obtido junto ao BNDES pelo Governo Estadual. Em um Estado com demandas sociais extremamente importantes devido, principalmente, à distribuição de uma população relativamente pequena sobre um enorme território, não há como justificar um endividamento deste porte para um equipamento público voltado para abrigar quatro jogos da Copa da FIFA em

5 Receita Corrente Líquida, segundo o art. 2º da Lei Complementar no 101/2000, é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, aos Estados e Municípios, no caso da União, e aos Municípios, no caso dos Estados, consideradas ainda as demais deduções previstas na Lei.

6 <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/16/governo-admite-que-nao-consegiu-mobilizar-iniciativa-privada-para-a-copa.htm>

um intervalo de doze dias. Isso sem falar no fato deste ser um Estado com pouca expressividade no futebol, quando comparado ao nível nacional. Diante dessa situação “constrangedora”, cogitou-se até o uso do estádio como Centro de Detenção Provisória - CDP, já que o CDP local está prestes a ser desativado⁷.

Em Cuiabá, o investimento inicial previsto em 2010 foi de R\$ 454,2 milhões, sendo R\$ 330 milhões obtidos através de empréstimo junto ao BNDES. Ao final das obras, o valor do empréstimo junto ao BNDES chegou a R\$ 337,9 milhões⁸ e o custo global do Estádio, segundo a Secretaria da Copa do Mato Grosso (SECOPA-MT) ficou em R\$ 646,5 milhões. Portanto, há um investimento público direto que chegou a mais de R\$ 300 milhões. Vale ressaltar que o TCU constatou irregularidades, destacando-se o sobrepreço e valor final 25% maior que as estimativas iniciais⁹. Segundo o portal Agência Pública, o Estado do Mato Grosso já iniciou a quitação dos débitos junto ao BNDES em janeiro de 2014, com encerramento previsto para dezembro de 2025 (144 meses), com prestações mensais de cerca de R\$ 4,3 milhões, que totalizarão um valor de pouco mais de R\$ 600 milhões.

No caso do Distrito Federal, foi gasta a “baga-tela” de R\$ 1,403 bilhões no estádio “Mané Garrincha”, ainda desconsiderando gastos adicionais apontados pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal¹⁰.

7 http://www.brasilpost.com.br/2014/03/14/arena-manaus-presidio_n_4966385.html

8 <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/cidades/financiamentosDetalhe.seam?financiamento=1&empreendimento=3>

9 http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20130308/AC_0399_07_13_P.doc

10 <http://esportes.r7.com/futebol/copa-das-confederacoes-2013/custo-do-mane-garrincha-dobra-e-beira-a-r-2-bilhoes-revela-tribunal-de-contas-do-distrito-federal-23062013>



A
U
D
I
T
O
R
I
A



DA
D
I
V
I
D
A



P
U
B
L

NOZAS ADIANTADO



COMITÊ
VILAR DA
PA-SP

L
I
C

28/3

AS

17h

A

O principal clube do DF na atualidade (Brasiliense) disputa apenas a quarta divisão do futebol brasileiro (Série D) e a média de público do Campeonato Brasiliense de 2014 foi de pouco menos de 2.500 pagantes por jogo. Para as obras de reforma deste estádio, o dinheiro foi obtido através da venda de terras públicas por parte da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (TERRACAP), cuja principal missão, segundo a própria instituição, é “*Assegurar a gestão das terras públicas e a oferta de empreendimentos imobiliários sustentáveis, promovendo o desenvolvimento econômico-social e a qualidade de vida da população do DF e entorno*”¹¹. Será que não há outras prioridades no DF, como, por exemplo, a redução do déficit habitacional de cerca de 16%?¹² Com base no investimento feito no Estádio em Brasília, seria possível construir mais de 45 mil moradias populares, a um custo médio de R\$ 30 mil por unidade. No entanto, a TERRACAP serviu para promover a transferência de recursos públicos para o setor privado.

Estádios privados

Das doze arenas utilizadas no mundial, três delas ficaram sob responsabilidade da iniciativa privada (São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul). Entretanto, mesmo nesses casos houve apoio do poder público. Em São Paulo, a Prefeitura Municipal concedeu Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID's) com um teto de R\$ 420 milhões. Tais papéis servem para quitação de débitos junto à Prefeitura paulistana, tanto por pessoas físicas como jurídicas. Entretanto, é esperado que o comprador de um CID não pague o valor total do referido papel, já que não haveria vantagem na negociação. Portanto, o detentor dos CID's negociará os papéis com desconto, recebendo ao final das negociações um total inferior aos R\$ 420 milhões.

Desta forma, a prefeitura abre mão “gentilmente” de um total de R\$ 420 milhões em impostos que poderiam se converter em investimentos de interesse público, para beneficiar interesses privados. Para um município que possui uma dívida que já ultrapassa a casa dos R\$ 50 bilhões¹³, não parece

11 <http://www.terracap.df.gov.br/portal/institucional/missao-e-visao>

12 http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140527_brasilia_semteto_pai_jf.shtml

13 http://www.tcm.sp.gov.br/painelnoticias/principal/2013/11_13Dissei.html

uma decisão sensata. A Prefeitura também foi responsável pelas obras viárias no entorno do estádio, que custaram pouco mais de R\$ 300 milhões¹⁴. Por fim, vale ressaltar que, assim como em outras cidades-sede dos jogos, o BNDES também concedeu um empréstimo para a construção deste estádio. No caso da capital paulista, o valor total chegou a R\$ 400 milhões.

Em 2010, a Matriz de Responsabilidades divulgada pelo Governo Federal estabelecia a previsão de que a Arena da Baixada, estádio do Clube Atlético Paranaense (CAP), utilizado para a Copa da FIFA em Curitiba, custaria R\$ 178,6 milhões, sendo que R\$ 50,6 milhões ficariam a cargo da Prefeitura Municipal. Entretanto, segundo o Portal da Copa, o gasto final ficou em R\$ 326,7 milhões, o que representa um acréscimo de mais de 80% no valor inicial. Em 2010, diante da negativa do presidente do CAP em endividar o clube para realização da Copa da FIFA em seu estádio, o poder público socorreu a FIFA novamente. Segundo o portal Agência Pública, uma complexa engenharia financeira foi montada para repassar recursos públicos do Governo do Estado do Paraná para a construção de um estádio privado por meio do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná (FDE/PR)¹⁵. Houve inclusive a necessidade de contratação de Empréstimo junto ao BNDES por parte do Governo do Paraná (R\$ 234,1 milhões).

Por fim, de acordo com o Portal da Copa, a sede gaúcha da Copa (Estádio “Beira-Rio”) foi reformada com base em financiamento do BNDES de R\$ 275,1 milhões e em investimentos privados da Construtora Andrade-Gutierrez (R\$ 54,9 milhões).

Após a apresentação desses dados, fica evidente que houve sim investimento de dinheiro público nos Estádios da Copa da FIFA, sejam eles através de investimentos diretos ou financiamentos obtidos junto ao BNDES que, como veremos adiante, é um Banco Público que obtém parte de seus recursos através do Governo Federal. Sendo que, exceto para o caso da Arena Corinthians, não foram mencionadas as obras relativas ao entorno dos Estádios, estimadas em R\$ 996,52 milhões, as ações de segurança (ou repressão?) (R\$ 1,879 bilhões), ações de Turismo (R\$ 180 milhões), dentre outros gastos.

14 <http://www.portal2014.org.br/andamento-obras/82/Intervencoes+Viarias+em+Itaquera+Entorno.html>

15 <http://apublica.org/2013/09/copa-do-mundo-curitiba-arena-da-baixada-engenharia-financeira/>

BNDES na Copa

Considerando todos os créditos concedidos pelo BNDES para a Copa da FIFA, o total chega a cerca de R\$ 14,3 bilhões¹⁶, sendo que para os estádios foi criada uma linha de crédito especial chamada “ProCopa Arenas”, voltada para “Sociedades e associações com sede e administração no Brasil e pessoas jurídicas de direito público”. Conforme descrito anteriormente, o total concedido para esta linha de crédito foi de R\$ 4,8 bilhões. O prazo de pagamento máximo será de 180 meses, incluindo um período máximo de carência de 36 meses. Esta linha de crédito foi disponibilizada sob duas modalidades: diretamente com o BNDES e indiretamente através de instituições financeiras credenciadas, que assumem o risco de não pagamento da operação.

Na modalidade direta, as taxas de juros variaram entre 5,9 a 10,08% ao ano, considerando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) atual, que é a taxa básica do BNDES, de 5% ao ano. Já na indireta, a taxa mínima foi de 6,4% ao ano (também considerando a TJLP atual), sendo que a taxa máxima depende da negociação entre a entidade e a instituição financeira envolvida.

Não se sabe ao certo quais foram as taxas negociadas entre o BNDES e os tomadores de empréstimos, pois, segundo o próprio órgão, algumas informações relativas a empréstimos concedidos a empresas privadas são protegidas por sigilo bancário. Entretanto, o BNDES também não divulgou as taxas de juros aplicadas aos contratos firmados com os Estados de forma clara, salvo alguns casos, como o empréstimo feito por Pernambuco publicado em um portal do Governo Federal.

Dentre as garantias de pagamento aceitas pelo BNDES, considerando os entes públicos, constam cotas-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE. Ou seja: em caso de falta de recursos para pagamento dos empréstimos junto ao BNDES, quem pagará a conta é o povo, já que estas fontes de recurso são fundamentais para manter o nível dos investimentos públicos por parte dos Estados, já sufocados pelas dívidas com a União.

16 <http://www.abde.org.br/uploads/0212201112036950Rodolfo%20-%20BNDES%20Copa%202014.pdf>

Falta transparência

Quanto à falta de transparência do BNDES, uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2012 solicitou a divulgação integral das informações contratuais a respeito dos empréstimos concedidos¹⁷. A Procuradoria da República no Distrito Federal afirma que por se tratar de dinheiro público, o sigilo bancário não se aplica e aponta que o banco está descumprindo a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), além dos princípios constitucionais da transparência, publicidade, eficiência e moralidade. Nas palavras da Procuradora da República, Luciana Lourenço Oliveira: *“Se fosse um banco privado, as informações não teriam relevância para o cidadão. Mas no caso do BNDES é importante saber como o dinheiro público está sendo tratado”*.

A ação foi julgada em agosto/2014 pela Justiça Federal, que condenou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a divulgar, em seu site, informações detalhadas sobre todos os empréstimos a entidades ou empresas públicas e privadas relativas aos últimos dez anos e daqui pra frente¹⁸. Entretanto, o BNDES afirmou que recorrerá da sentença.

... mas o dinheiro do BNDES é público?

O BNDES tem forte participação nos empréstimos para empresas brasileiras, sobretudo de médio e grande porte, sendo que concentra 30% da dívida total das companhias que atuam no Brasil¹⁹. A vantagem, para as empresas, é que os empréstimos são feitos com base na TJLP (em torno de 5% ao ano), conforme descrito anteriormente. Esta taxa é significativamente inferior à taxa média cobrada por bancos privados.

Contudo, mais de 50% dos empréstimos do BNDES são realizados graças aos aportes realizados pelo Tesouro Nacional, que hoje mantém cerca de R\$ 450 bilhões no BNDES através de Títulos da Dívida Pública (cerca de 50% do Passivo do BNDES), valor três vezes maior que no ano de 2009

17 <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/476368/noticia.htm?sequence=1>

18 <http://www.valor.com.br/brasil/3662110/justica-obriga-bndes-divulgar-emprestimos>

19 <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1534672-governo-aumenta-divida-publica-para-financiar-empresas.shtml>

(R\$ 144 bilhões²⁰, equivalente a 37,29% do Passivo do BNDES em 2009). Ou seja, às custas do aumento do endividamento público, o Governo Federal concede crédito barato - subsidiado por toda a sociedade - para companhias de grande porte brasileiras e estrangeiras com sede no Brasil, que já possuem forte capitalização junto ao mercado financeiro, enquanto a Taxa SELIC, que serve de referência para remuneração dos detentores de Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, atualmente está em torno de 11% ao ano²¹.

Portanto, fica fácil concluir que um empréstimo concedido a 5% ao ano, que é obtido com base em Títulos Públicos que custam pouco mais de 11% ao ano, resulta numa grande perda para o Tesouro Nacional. E essa perda é de toda a sociedade brasileira, já que contribui para o crescimento da dívida pública. A seguir, é apresentado o gráfico da evolução da dívida interna, que já somava R\$ 2,986 trilhões em 2013.

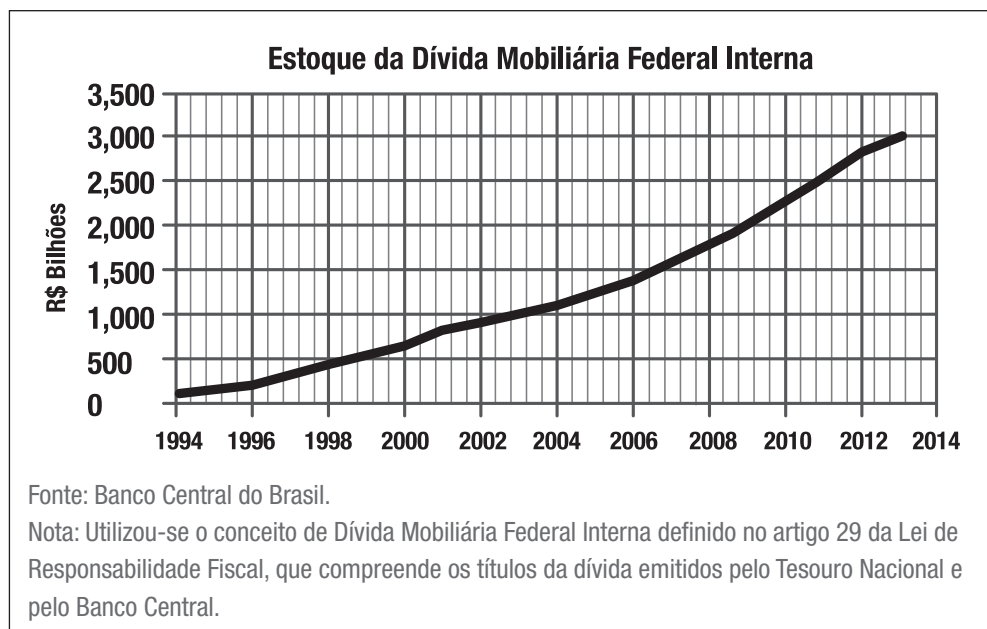


Figura 2 - Dívida Interna Brasileira (1994 - 2013)

20 http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2013/RA_2013.pdf

21 <http://www.receita.fazenda.gov.br/pagamentos/jrselic.htm>

Somente em 2013, o chamado “Serviço da Dívida” consumiu R\$ 718 bilhões (40,3 %) do orçamento Geral da União e, para 2014, a previsão é de que esse montante chegue a R\$ 1,002 trilhão (42,04%)²².

O que fazer?

Diante de todo o exposto, observa-se que a DÍVIDA PÚBLICA é o problema central da economia brasileira, causando reflexos drásticos em todas as demais áreas ao transferir para o mercado financeiro, de forma injusta e fraudulenta, enormes volumes de recursos que poderiam ser destinados à resolução de diversos problemas sociais. E o que trouxe a Copa da FIFA para o Brasil? Mais dívida, cuja conta está sendo mais uma vez paga por nós, pela população carente, que proporcionalmente paga mais tributos. Já os benefícios sociais deste megaevento, ou o chamado “legado da Copa”, foram irrisórios se considerarmos as promessas iniciais. E como é de praxe, os lucros foram canalizados para a FIFA, empreiteiras e (muito provavelmente) para políticos corruptos.

É urgente divulgar e discutir na sociedade de forma ampla a questão da dívida pública e exigir a AUDITORIA dessa dívida, pois temos que saber de onde veio todo esse endividamento, quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos, o que realmente devemos, quem contraiu tantos empréstimos, onde foram aplicados os recursos, quem se beneficiou desse endividamento, qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo. Não só isso! Esta auditoria tem de garantir a participação cidadã e dos movimentos sociais, para impedir que um “acordão” entre caciques políticos a transforme numa auditoria “chapa-branca”. A partir daí, será possível saber quanto do total devido é legítimo e o quanto será cancelado.

Nesse sentido, vale citar o caso da Auditoria da Dívida Pública realizada no Equador, cujo processo de endividamento foi bastante semelhante ao brasileiro. Depois da auditoria feita entre 2007 e 2008, com a participação de Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil, foi produzido um relatório final identificando inúmeras ilegiti-

22 | <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>

timidades, ilegalidades e fraudes no processo de endividamento público equatoriano, inteiramente embasado em documentos e provas.

Após analisar esse relatório e submetê-lo a análise do Judiciário, o presidente Rafael Correa anunciou que resgataria todos os títulos soberanos por no máximo 30% do valor de face dos mesmos, que se encontravam em sua maioria com bancos privados internacionais. Frente às provas de ilegalidade da dívida, 95% dos credores aceitaram esses termos, e a dívida pública do Equador foi reduzida em 70%. Como resultado, os investimentos em saúde, educação e infraestrutura naquele país quadruplicaram e diversos setores estão em plena recuperação, ressaltando-se a melhoria nas condições de vida do povo equatoriano²³.

Acreditamos que esta luta é de toda a classe trabalhadora, que sente os efeitos negativos decorrentes da “ditadura” do capital financeiro sobre as nações, incluindo o Brasil, pois, para nós, a emancipação dos trabalhadores/es será obra dos próprios trabalhadoras/es.

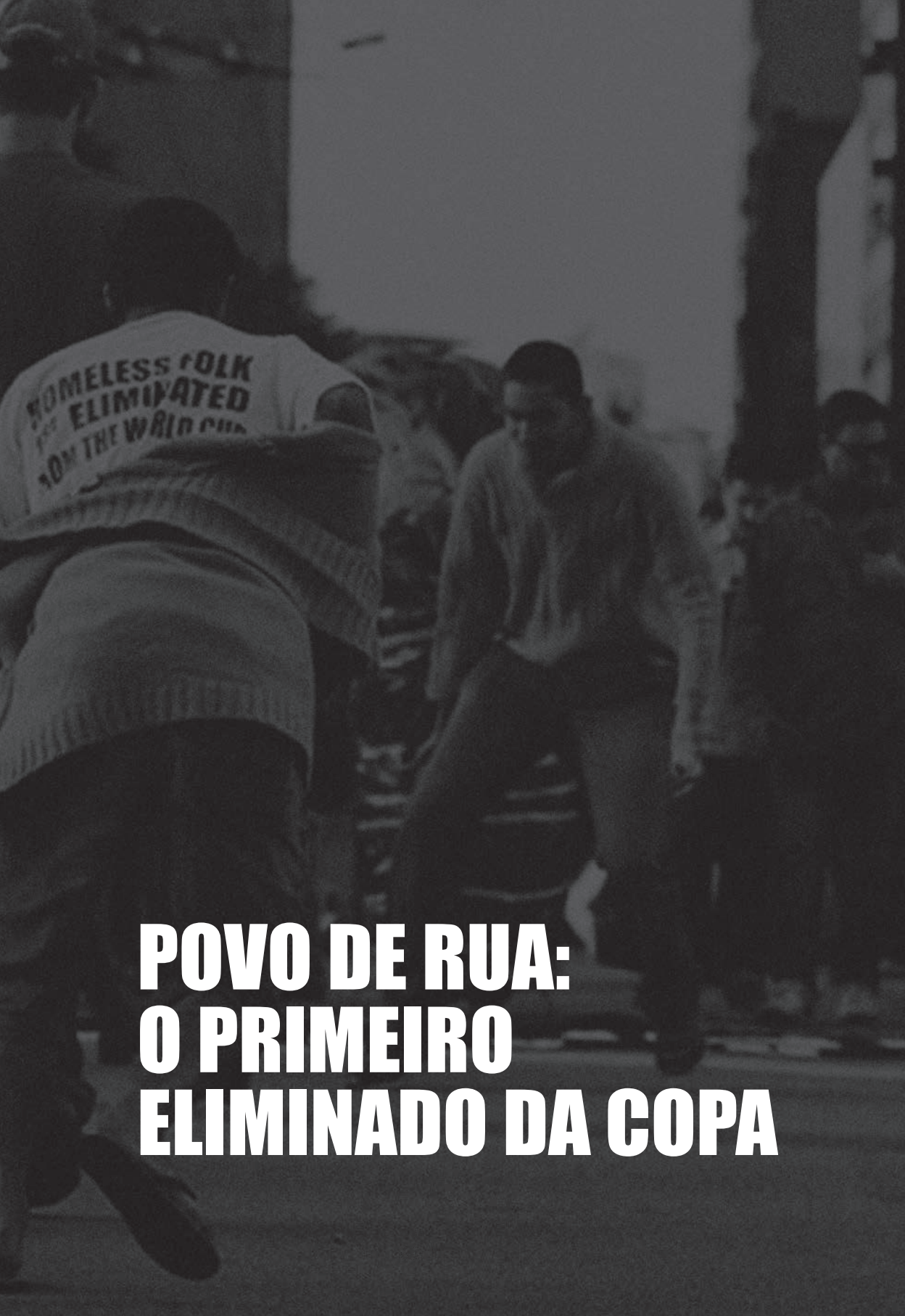
#AuditoriaDaDívidaJá

<http://www.auditoriacidada.org.br/>

23 <http://www.esquerda.net/artigo/equador-experiencia-da-auditoria-oficial-da-divida-publica>







**POVO DE RUA:
O PRIMEIRO
ELIMINADO DA COPA**



“A rua é simbólica, a rua é laica, é ateia, ecumênica, a rua é tudo”.

Atila Pinheiro

O Comitê Popular da Copa é um movimento que atua tendo como pauta não somente um megaevento, mas os variados impactos gerados quando uma cidade torna-se uma cidade-sede. Quando falamos da Copa do Mundo, levamos em conta não somente os estádios que ficaram cheios, mas as praças, os bares, os hotéis e, principalmente, as ruas. A Fan Fest, por exemplo, tomou o Vale do Anhangabaú, ponto de referência para várias pessoas em situação de rua. Segundo Atila Pinheiro, membro do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), os moradores/es de rua são os primeiros a sofrerem os impactos de um megaevento, “Tá rolando show? Quando acaba, a polícia bate nos moradores/es de rua quando encontra uma ‘ponta’”, diz Átila.

Em outubro de 2014, o Comitê Popular da Copa conversou com Átila Pinheiro, membro do MNPR, para entender mais a situação histórica e atual dessa população, bem como os impactos que a Copa do Mundo trouxe a ela.

A cidade de São Paulo é formada por uma grande miscigenação. Em termos demográficos, a cidade só ganhou expressão a partir de 1870 devido a expansão da plantação e da economia cafeeira para o oeste paulista e sua posição de entreposto com o porto de Santos. Não é a toa que só a partir de 1872 o município começou a, literalmente, contar a sua população. Cabe lembrar que a lavoura cafeeira em São Paulo está no centro da passagem do trabalho escravo para o assalariado. Nesse processo de abolição as fazendas afirmam um ódio racista, talvez até xenofóbico, aos recém-libertos escravos, mas a sociedade ainda necessitava do trabalho negro para existir. O que demonstra esse princípio de xenofobia é justamente a vinda de trabalhadoras/es italianos – boa parte deles expropriados em sua terra natal – para trabalhar no plantio do café e iniciar uma medida de embranquecimento da população.

Ainda de acordo com Átila, os primeiros moradores/es de rua foram os negros libertos. Em 1872 a cidade possuía 31.385 pessoas, sendo que a população em situação de rua se quer havia sido contabilizada. A tabela abaixo mostra que entre 1872 e 1920 houve um aumento considerável da

população, mas o “boom” populacional aconteceu entre 1920 e 1950, período em que a número de moradores/es aumentou cerca de quatro vezes. Atrair trabalhadoras/es, ex-colonos ou descendentes de colonos para a indústria, era necessário ao desenvolvimento paulista, embora nessa primeira metade do século XX a cidade também tenha mobilizado trabalhadoras/es de várias regiões do Brasil, principalmente do nordeste e do norte.

Anos	Município de São Paulo	Anos	Município de São Paulo
	População		População
1872	31.385	1960	3.781.446
1890	64.934	1970	5.924.615
1900	239.820	1980	8.493.226
1920	579.033	1991	9.646.185
1940	1.326.261	2000	10.434.252
1950	2.198.096	2010	11.253.503

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Ao final da década de 80, o capitalismo na periferia passa por uma reestruturação produtiva. Antes pautado pelo setor secundário e o capital produtivo da economia, o capitalismo passa a ser não só dependente do capital financeiro como já era em grande parte do século XX, mas também dependente da dívida e do crédito. A cidade torna-se o representante do setor terciário (comércios e serviços). Essa reestruturação atua na classe trabalhadora a partir de duas frentes: dispensa de trabalho e readequação às qualidades do trabalhador (trabalho flexível).

O desemprego passa a ser um problema estrutural da cidade de São Paulo, porém não mais devido à formação de exército industrial de reserva, mas sim da dispensa de trabalho causado pelo uso cada vez maior dos maquinários no processo produtivo base para essa reestruturação do capitalismo já conhecida como a terceira revolução industrial .

Parte da classe trabalhadora passa a se ocupar com empregos (formais ou informais) que não são suficientes para arcar com os custos de morar na

cidade. A única escolha para muitos é ir morar na rua. A partir daí o número de moradoras/es em situação de rua cresce exponencialmente. É válido mencionar que no ano de 2000 havia, em São Paulo, 8.706 pessoas em situação de rua - segundo o censo realizado pela Prefeitura; e do início de 2009 até abril de 2010, um recenseamento feito pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) apontou o número de 13.666, entre moradoras/es de rua e situação de acolhida. Hoje, segundo Átila, os números são de 15.000 a 20.000 pessoas.

Sabemos que o desemprego e suas consequências não são os únicos fatores que levam alguém a morar na rua, assim como sabemos que ser morador em situação de rua não está intrinsecamente ligado ao desemprego, pois muitos moram na rua e estão empregados. Consideramos aqui essa perspectiva devido a sua relação direta com a modernização e a Copa do Mundo. A Copa como possibilidade de desenvolvimento econômico e de geração de empregos deve ser desmistificada. Do ponto de vista de quem mora na rua, o Mundial não gerou emprego, mas sim expulsões, revistas abusivas e violências policiais. É importante lembrar que qualquer megaevento que ocupe as ruas do centro de São Paulo atinge primeiro os moradoras/es de rua.

Como nossos trabalhos afirmaram, desde 2011, a população só é lembrada quando fisicamente se transforma num impasse à realização de um megaevento. Esta só existe quando algum espaço deve ser fechado ou devidamente controlado. Até mesmo para uma parcela da sociedade civil o morador de rua é considerado algo problemático e repulsivo. Para alguns parece ser uma afronta um ser humano adaptado a uma situação considerada de extrema pobreza. Não somente os eventos oficiais da FIFA foram argumentos para expulsar os moradoras/es em situação de rua, mas também a própria circulação de turistas exigiu essa demanda.

Diariamente os moradoras/es de rua são hostilizados e colocados até mesmo fora da margem. A importância de apresentar um panorama histórico é o fato de compreendermos que a Copa do Mundo acentua a contradição violenta que já é corriqueira nas cidades grandes. Esse acirramento causa uma necessária e residual resistência, mas que ainda assim deve ser lembrada. O Comitê Popular da Copa entende a situação dos moradoras/es de rua como crítica e coloca-se ombro a ombro com os movimentos sociais que tratam a questão, sobretudo o MNPR.





O MNPR se mantém autônomo e crítico às políticas públicas que o Estado oferece para dialogar com os moradores/es em situação de rua. Sobre isso, Átila questiona a densidade da cidade e sua capacidade de comportar de maneira excludente tanto os que vivem na rua quanto os que vivem fora dela.

A Luta e o Movimento

Como surge um movimento é questão que não poderemos debater aqui, porém é importante dizer que um movimento social atende uma demanda da sociedade, ou de parte dela. Já os questionamentos acerca do que trata o movimento surgem, necessariamente, antes dele. Sendo assim não faria sentido falar sobre os moradores/es em situação de rua levantando somente as questões do MNPR, porém a partir do momento em que um determinado grupo se propõe a pensar sobre contradições sociais específicas, este, necessariamente, age e reage a essas contradições, se formando perante elas. É nesse momento que surgem as reivindicações.

Atuação do Movimento Nacional da População de Rua

O Movimento Nacional da População de Rua surge em 2004 como resposta à série de violências e exclusões que os moradores/es de rua sofriam e sofrem cotidianamente. Entretanto, o Massacre da Sé ocorrido em 19 de agosto do mesmo ano é, certamente, um marco para sua organização. Há cerca de 10 anos, 15 pessoas foram brutalmente espancadas no centro de São Paulo, sendo que 7 morreram. Desde então, a situação dos moradores/es de rua começou a ser tratada em nível estatal e social.

O Decreto 7.053/2009 instituiu uma política nacional e a criação de comitês federais, estaduais e municipais para tratar o tema a partir de políticas públicas. Ao MNPR coube acompanhar, criticar e reivindicar tais políticas, tendo como principais demandas a inclusão da população em situação de rua em programas habitacionais, instalação de Centros de Defesa dos Direitos Humanos para a População de Rua e exigência para que o Decreto 7.053 vire Lei. Atualmente o movimento atua nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Devido ao fato de suas ações serem realizadas principalmente nas grandes cidades, em 2005

foi realizado o I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua. Já em 2010 o movimento realizou a segunda Marcha Nacional da População de Rua (a primeira foi realizada em 2001, ainda organizada pelo Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis).

A organização se mantém bastante ativa e, em 2011, por compreender que a Copa do Mundo em São Paulo causaria um acirramento da violência e da segregação da população da rua, seus membros passaram a acompanhar as reuniões e as ações do Comitê Popular da Copa.

Na conversa com Átila, algumas soluções que o Estado criou para os moradores/es de rua foram criticadas, como por exemplo, os albergues ou Centros de Acolhida. Esse tipo de solução surgiu na década de 70, porém tendo como alvo os egressos do sistema prisional. Segundo Átila, os albergues, além de não existirem em quantidade suficiente e serem instituições que recebem os moradores/es de rua somente para passarem a noite, possuem, grande parte, um controle sobre a quantidade máxima de vezes que cada morador tem direito de frequentá-lo, estipulada em três meses¹.

Atualmente, tanto o Estado quanto instituições filantrópicas mantêm esse tipo de instituição. Dentre os principais problemas dos albergues está a reprodução e instituição de relações que estruturalmente lançam pessoas às ruas todos os dias. Por exemplo: os bazares, os quartos masculinos e a alienação perante os espaços são réplicas do trabalho e da cidade que os exclui, e as políticas voltadas para os moradores/es de rua são apenas paliativas. Outro ponto ressaltado por Átila é que os Centros de Acolhida e de Assistência Social, nos últimos anos, têm servido como um cala boca para as críticas feitas à higienização social acelerada pela Copa do Mundo.

Uma das reivindicações do movimento aponta para a inclusão dos moradores/es em situação de rua nos programas de moradia, mas sem que essa inclusão venha em forma de dívida como ocorre atualmente. Átila lembra que parte dos moradores/es não tem recursos para contribuir em ocupações de movimentos sociais, muito menos em programas estatais.

Um aspecto bastante crítico da realidade das pessoas em situação de rua é que, para uma parcela da sociedade, essa população é de passagem, e,

1 Segundo Mariana Sato dos Reis o tempo de permanência nas ruas entre 1995 e 2000, por exemplo, era inferior a um ano. Depois deste período, o índice sobe para mais de cinco anos, o que comprova que as pessoas estão envelhecendo nas ruas, sem que haja políticas públicas para o enfrentamento de uma realidade estrutural.

portanto, quando se estabiliza em algum ponto específico da cidade, torna-se um incômodo. Assim, poucos passam mais de 24 horas no mesmo lugar da cidade, sendo obrigados, muitas vezes pela própria Polícia Militar ou pela Guarda Civil Metropolitana, a se manterem na itinerância.

Além do medo das agressões físicas por parte do Estado, a procura por emprego e comida faz com que essa população seja bastante fluida, dificultando a atuação dos movimentos organizados. Mas ainda assim os movimentos sociais cumprem uma função importante de visibilidade às causas. Quanto a isso, basta ver que antes de 2004 a população da rua praticamente não existia para a sociedade civil e hoje, mesmo com um grande preconceito ainda existente, as demandas do MNPR e dos moradores/es acabam sendo mais divulgadas.

Atuação do Coletivo Autônomo dos Trabalhadoras/es Sociais

Outro grupo de grande importância para a presente pesquisa foi o Coletivo Autônomo dos Trabalhadoras/es Sociais (CATSO). Os relatos apresentados a seguir vieram a partir de entrevistas do Comitê Popular da Copa com membros organizados no grupo, além de técnicos que atuam na região da Cracolândia, mas não atuam de forma organizada.

O CATSO surgiu a partir da participação de alguns trabalhadoras/es da Assistência Social em Audiências Públicas sobre a higienização da cidade. Ao ouvirem chefes de gabinetes e assessores se dizerem profissionais de ponta, pediram a palavra e na sessão seguinte, em 13/11/2013, lançaram o primeiro manifesto do Coletivo se posicionando contra as ações higienizadoras que estavam ocorrendo no centro da cidade. O grupo possui uma estrutura horizontal que atua em conjunto com a população em situação de rua.

No fim desse mesmo ano de 2013, ocorreu a prisão de quatro pessoas em situação de rua no Centro de Acolhida Estação Vivência, após protestos contra as péssimas condições do albergue. A partir daí, iniciaram-se diversas manifestações protagonizadas pelo CATSO que culminaram com a libertação dos usuários do espaço.

De acordo com o coletivo, com a vinda da Copa do Mundo para o Brasil, observou-se que as ações policiais contra essa população se intensificaram. Só no Centro de Acolhida Alcântara ocorreram duas ações policiais. Outro



fato que o CATSO destacou foi que após a realização de uma partida de futebol com o povo de Rua, na região da Cracolândia, durante a Copa, um rapaz que vestia uma camiseta com os dizeres “Povo de rua, primeiro eliminado da Copa” foi agredido fisicamente por Guardas Civis Metropolitanos (GCM).

E as violências não param por aí. Com o objetivo de enfraquecer as articulações e organizações políticas que vêm sendo feitas nas tendas de acolhida, a Prefeitura tem investido contra elas, com ameaças até mesmo de fecha-las. Com isso, fica evidente que os de cima tremem quando os de baixo passam a se organizar e a debater politicamente. Além disso, esses equipamentos que atendem essa população (tendas, Centros de Acolhidas, entre outros) foram e vem sendo alvos, antes, durante e depois da Copa do Mundo, de ações da PM e da GCM.

Na Cracolândia

Ao andar pelo território da chamada Cracolândia, é possível ver carros da GCM, Unidades Móveis da PM e técnicos de saúde cercando as pessoas que se aglomeram na região para o uso público de diversas drogas, principalmente do crack.

As políticas da Prefeitura voltadas para as pessoas tidas como dependentes não são resultados da relação com o usuário e da escuta das suas necessidades reais, mas sim do controle social, do enquadramento do consumo e vício de drogas no código penal e da especulação imobiliária em São Paulo que avança sobre o todo o centro, gerando um processo de higienização social – verdadeira limpeza dos espaços e do consumo de drogas.

Apesar disso, não cabem generalizações das políticas públicas existentes, a nível estadual e municipal. É preciso detalhar e diferenciar as perspectivas de cuidado com a população encontrada nesse espaço.

Do site da prefeitura de São Paulo, sobre o Programa De Braços Abertos, iniciado em 2014:

“Nesta semana a Prefeitura de São Paulo iniciou o programa São Paulo de Braços Abertos na região da Cracolândia, centro da capital. Com coordenação da Secretaria Municipal da Saúde, em conjunto com as secretarias da Assistência Social, Segurança Urbana, Serviços e Trabalho, a iniciativa tem como finalidade proporcionar aos dependentes que moram naquela região, o resgate da integridade humana, oferecendo tratamento, assistência, moradia e trabalho.”

A região da chamada Cracolândia tem tido sua dinâmica modificada aos poucos. Desde o início do ano, com o programa De Braços Abertos (DBA), da Prefeitura, o local passou a ter a presença constante de diversos carros da GCM, técnicos em saúde e usuários com uniformes do programa. O programa DBA conta com a inserção de alguns usuários em frentes de trabalho (varrição e jardinagem) e alocação nos hotéis da região com as diárias pagas pela Prefeitura. Para isso, é necessário o sujeito ter mais de 18 anos e ser usuário de crack – pessoas consideradas dependentes exclusivos de álcool, por exemplo, pelo menos a princípio, não deveriam ser inseridas no programa.

Sobre as acomodações, cabe ressaltar que parte delas vem sendo alvo de denúncias devido às péssimas condições estruturais e de higiene, o que inclui a presença de baratas e ratos, paredes e forros com umidade, bem como problemas nas fiações elétricas que colocam a vida das pessoas em risco.

O programa de Braços Abertos é a experiência municipal do Programa do Governo Federal, Crack é Possível Vencer que, segundo o mesmo, tem como “finalidade prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário

de crack, bem como enfrentar o tráfico de drogas (...) reduzir a oferta de drogas ilícitas por meio de enfrentamento ao tráfico e às organizações criminosas”.

O Programa “Crack, é Possível Vencer” se propõe a trabalhar com os seguintes eixos: Prevenção, Cuidado e Autoridade, mas infelizmente só o último eixo parece ser colocado em prática. Em São Paulo, por exemplo, o principal parceiro para a implementação desse programa é a Guarda Civil Metropolitana (GCM), que em 2013 realizou diversas ações com o objetivo de “coibir o uso” e “enfrentar o tráfico”. Utiliza para isso cinco ônibus com sistema de videomonitoramento, além de viaturas e motocicletas destacadas especificamente para esse trabalho.

É importante destacar que essa não é a única intervenção do Estado nesse território. O governo estadual também realiza uma intervenção através do programa Recomeço, que tem como foco a internação dos usuários de drogas. Segundo a descrição do próprio site:

“O programa Recomeço é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para resgatar os dependentes de drogas, principalmente o crack, oferecendo proteção e acompanhamento multiprofissional ao dependente químico e seus familiares. A iniciativa propõe uma nova maneira de acolher este público, incentivando a procura espontânea por ajuda e, principalmente, apresentando aos mais resistentes a oportunidade de um recomeço, de uma vida nova.

(...)

O trabalho integrado entre o Poder Judiciário e o Executivo, por meio de ações coordenadas entre as Secretarias Estaduais da Saúde, da Justiça e Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento Social, vão facilitar o acesso ao tratamento médico e, quando necessário, a internação destas pessoas em centros de referência.”

Mesmo com todo o controle social e outras formas de violência por parte do poder público já mencionadas acima, ao andar por esse território, ainda é possível notar que existem pequenos agrupamentos para o consumo de drogas. Além disso, há algumas pessoas que dormem nas calçadas ou mesmo no espaço do DBA. Apesar de existirem tantos equipamentos e atores no território, o descaso para com essa população se mantém. Para ilustrar isso, destacamos uma experiência de outubro desse ano, nas imediações da Rua Helvetia. Junto a outros profissionais, vemos uma jovem

coberta com uma manta, sentada na calçada, em frente a uma base móvel da Polícia Militar.

Um dos técnicos perguntou se estava bem e a resposta foi um “não”. Logo vimos que se tratava de uma adolescente, com aproximadamente 14 anos. Por baixo da manta ela estava nua e dizia não se lembrar da noite anterior. Segundo ela, passou a noite no fluxo, onde foi abordada por outros usuários, mas voltou a afirmar que não se lembrava do que havia acontecido. Após essa conversa inicial, ela foi levada ao espaço do DBA, onde conseguiram roupas e foi encaminhada a um abrigo. Não sabíamos há quanto tempo estava lá, sob o sol quente, em frente a uma base móvel da Polícia Militar, mas o aspecto revoltante da cena é que nada foi feito por parte dessa corporação para ajudar a jovem, nem mesmo convocar os técnicos de saúde e/ou assistência. O descaso com que a PM tratou essa situação e tantas outras, mostra qual o verdadeiro objetivo de programas como esse e o papel da PM e da GCM não de ajudar, mas de criminalizar a pobreza e o consumo de drogas.

Essa passagem leva ao debate sobre a política proibicionista. De acordo com nosso entendimento, não nos cabe debater somente a legalização das drogas com as quais temos mais contato, como a maconha e a cocaína. Cabe também ampliarmos o debate principalmente para aquelas que mais são usadas pela nossa classe – a classe que fizemos opção de estar lado a lado. A Cracolândia é negra, pobre, migrante e periférica de origem. Não olhar esse recorte é desconsiderar esse espaço como fruto do sistema desigual em que vivemos e culpar uma substância pelos males da classe trabalhadora. Já chegou o momento de abandonarmos a política de criminalização dos usuários de drogas, mas sem reforçar o controle dos corpos feito pelo argumento de que a Cracolândia “é uma questão de saúde pública”. Pra nós, está claro que essa é uma questão de classe.

Bibliografia:

- ◇ O Movimento Nacional da População de Rua em São Paulo: um diálogo com as políticas sociais públicas. Mariana Sato dos Reis, TCC de 2011.
- ◇ Jornal - O Trecheiro. Ano XXII. Agosto de 2014- Nº 227.





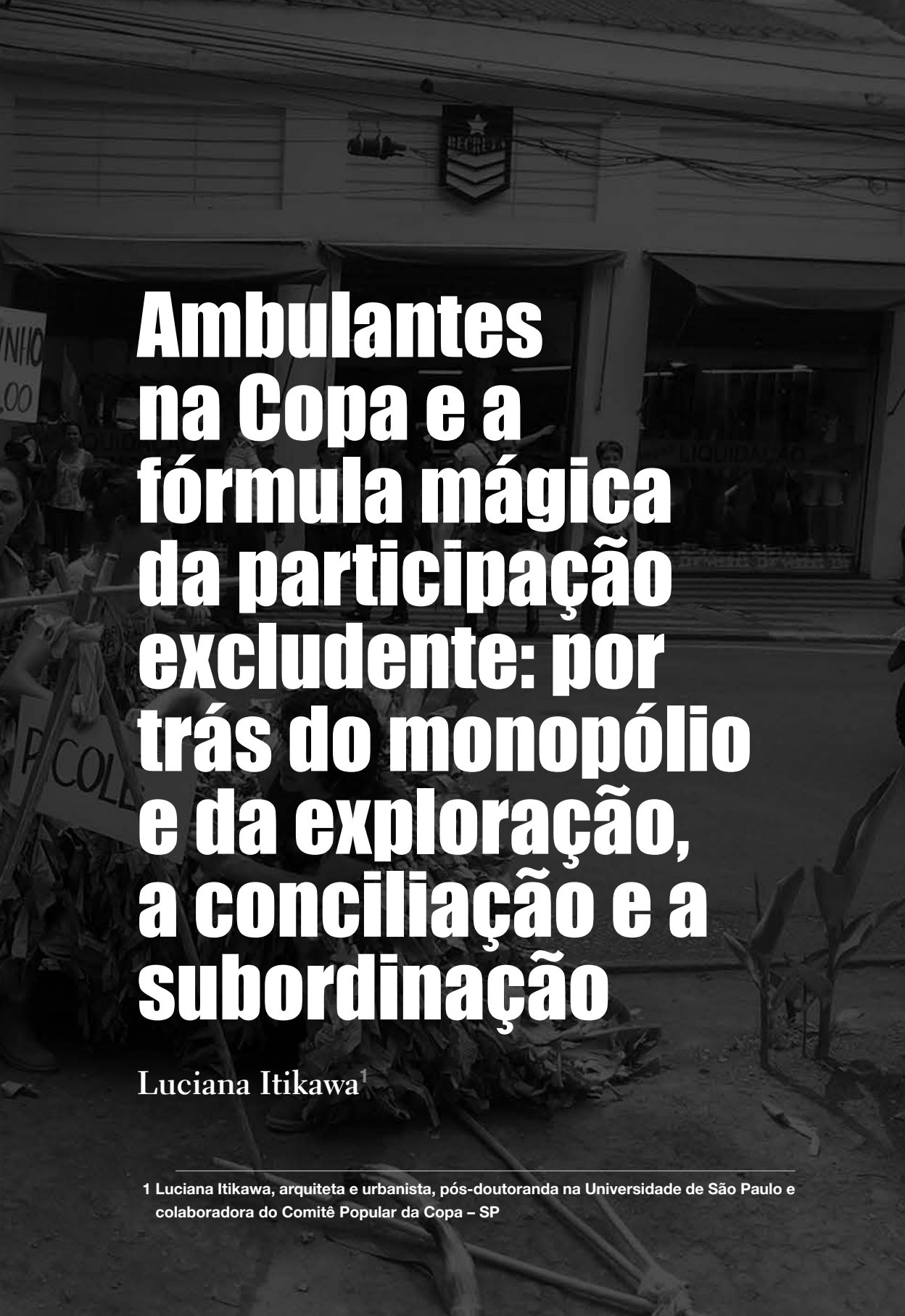
AMENDOIM
R\$ 0,50

ACARAJÉ
R\$ 3,00

CHURRASQUINHO
R\$ 4,00

AÇOCA
R\$ 0,80

Intervenção do Grupo Parlendas



Ambulantes na Copa e a fórmula mágica da participação excludente: por trás do monopólio e da exploração, a conciliação e a subordinação

Luciana Itikawa¹

¹ Luciana Itikawa, arquiteta e urbanista, pós-doutoranda na Universidade de São Paulo e colaboradora do Comitê Popular da Copa – SP



A versão repaginada da exclusão: a participação subordinada e seletiva

Os ambulantes participaram da Copa do Mundo em 2014: ponto final, exclamação ou interrogação?

Após oito meses, a avaliação sobre a participação das/os ambulantes no Mundial de Futebol certamente é diversa para o Poder Público, para as trabalhadoras/es e para as organizações e movimentos sociais que acompanharam todo o processo.

Para o Poder Público (governos federal, estadual e municipal), os ambulantes participaram, ponto final. Foi assim que apareceu nos jornais: “Prefeitura libera trabalho de 600 ambulantes”. Para os governos nas várias escalas, todos deveriam comemorar; por que, então, ainda existe “reclamação”?

Para as trabalhadoras/es, o processo foi apresentado como uma oportunidade e acabou se revelando uma grande exploração da sua força de trabalho. Grande parte desistiu logo no primeiro dia. Depois de mais de 1 ano apresentando propostas e reivindicações ao Poder Público, em um contexto de proibição total da atividade, para as trabalhadoras/es, era uma clara sinalização do trabalho regularizado!

Para algumas organizações e movimentos sociais que acompanharam todo o processo desde 2011, foi um sufocamento do dissenso e da crítica, através da repressão, por um lado; e da “conciliação” a partir da participação seletiva e subordinada no evento. A interrogação que se coloca sobre as/os ambulantes na Copa não é se elas/es foram incluídos ou não. O que estava literalmente em jogo foi: quem, quantos participaram e como aconteceu essa participação?

O contexto jurídico e urbano do comércio ambulante na cidade de São Paulo

Existem 138 mil ambulantes no município e 158 mil na região metropolitana de São Paulo segundo o DIEESE (2010), apesar do número irrisório de 1.940 licenças na cidade, representando apenas 1,4% do total de trabalhadoras/es no município. Os outros cerca de 136.000 ambulantes, portanto, são obrigadas/os a correr diariamente para fugir da fiscalização.

Com a confirmação de São Paulo como uma das cidades-sede da Copa da FIFA 2014, a atitude da Prefeitura em relação aos ambulantes modificou-se substancialmente. Com a definição em 2007 do evento no país, a partir de 2009, o então Prefeito Gilberto Kassab iniciou um processo de cassação em massa de licenças, que diferia dos processos até então individuais, resultados de descumprimento e inobservância das normas.

As remoções das trabalhadoras/es tomaram um rumo diferente: em primeiro lugar, justificativas arbitrárias e não comprovadas cassaram todas as 6.000 licenças que vigoravam na época; em segundo, as cassações passaram a ser em “bloco”, ou seja, uma mesma justificativa atingia grupos, bairros e bolsões inteiros com tradicional ocupação dos ambulantes nas áreas de comércio popular (ALCÂNTARA et al., 2013).

O contexto já era difícil, uma vez que, desde 2007, o então prefeito José Serra, por meio de um decreto municipal, determinou a suspensão da emissão de novas licenças de ambulantes em toda a cidade. A partir daí, religiosamente, este decreto foi atualizado ano a ano pelos prefeitos subsequentes para que nenhum novo ambulante pudesse ser regularizado. Enquanto isso, a cidade passava de 100.000 ambulantes em 2000 para 138.000 em 2010 (CGGDH, 2012).

A última leva de ambulantes regularizadas/os foi cassada em março de 2012 na região central da cidade. Somente após intensas manifestações nas ruas, a Prefeitura passou a declarar a existência de projetos de realocação em áreas privadas e inserção de ambulantes no mercado formal de trabalho que careciam de viabilidade e exequibilidade.

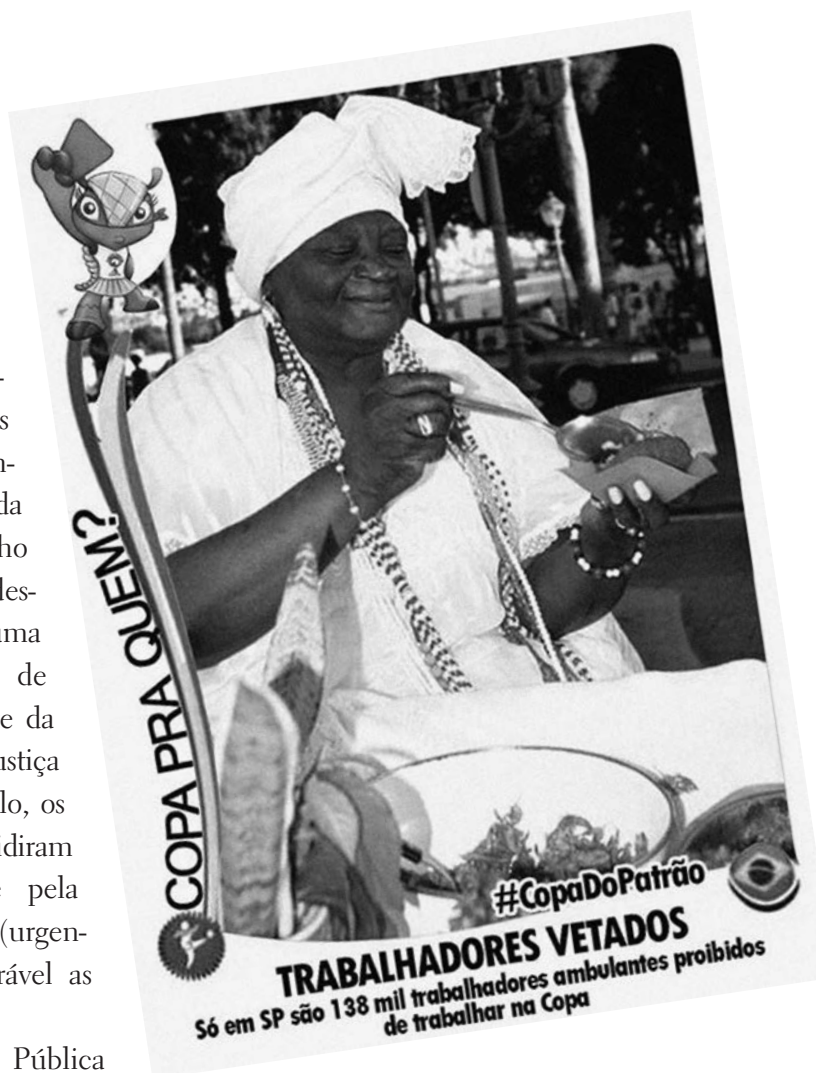
Simultaneamente, havia uma movimentação de outros setores populares, organizações não-governamentais e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, no monitoramento e acompanhamento das remoções de ambulantes, população em situação de rua, moradoras/es de favelas, etc., dos locais “cobiçados” para o evento. A articulação entre estes atores, até então inédita, possibilitou a definição de uma frente jurídica e organizacional de resistência e contraofensiva às violações (ALCÂNTARA et al., 2013).

Na derradeira proibição total de uma atividade de mais de dois séculos, as trabalhadoras/es articulados à Defensoria Pública do Estado e a uma organização de direitos humanos, o Centro Gaspar Garcia, resolveram interpor uma Ação Civil Pública, com uma argumentação inovadora: o direito à cidade. Enquanto

a Prefeitura recorria na Justiça, paralelamente, as trabalhadoras/es se organizaram e pactuaram, entre si e com outros movimentos populares, protestos semanais com representantes de várias regiões da cidade de maio até julho de 2012. No início deste último mês, após uma manifestação de mais de 2.000 pessoas na frente da sede do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, os desembargadores decidiram julgar favoravelmente pela sustentação da liminar (urgente e temporária) favorável as trabalhadoras/es.

Esta Ação Civil Pública ainda precisa ser julgada definitivamente para que o impasse institucional entre Prefeitura e Justiça se resolva. Apesar da tentativa de instituir no ano de 2013, um canal de diálogo quinzenal com a Prefeitura, por 6 meses, para resolver este impasse politicamente, a real dimensão das trabalhadoras/es ainda não foi enfrentada. Até hoje, início de 2015, ainda é preciso enfrentar o constrangimento de trabalhar há quase 3 anos por força da decisão liminar: mesmo as 1.940 pessoas que teriam este direito, ainda esperam ter sua licença regularizada.

Por que então o abismo entre o número de licenças e o número total de ambulantes que trabalham por toda a cidade? Quem frequenta todo dia os terminais de transporte espalhados nas periferias para embarcar ou fazer a baldeação às 5-6hs ou 21-22hs já deve ter visto algumas dezenas de ambu-



lantes servindo a imensa população que se desloca entre sua residência e o trabalho. Isso não seria novidade para ninguém se não tivéssemos a dimensão de que quase estado de Sergipe inteiro (1,9 milhão) se movimentava todos os dias de um lado pro outro na região metropolitana, segundo o estudo “A Mobilidade pendular na Macrometrópole paulista”. Este estudo mostra que apesar do crescimento populacional da região metropolitana ter estacionado, seus movimentos pendulares quase duplicaram (de 1,1 milhão em 2000 para 1,9 milhões em 2010). Esses espaços de conexões de transporte passaram a ser territórios de comércio e serviços para atender essa imensa população itinerante, apesar das leis e secretarias de transporte subestimarem este fato.

O comércio ambulante está profundamente ligado à constituição do trabalho livre no Brasil e à permanência sistemática de trabalhadoras/es à margem do mercado formal de trabalho, malgrado um dos maiores índices de formalização de carteiras profissionais da história recente. Por que, então, só 600 de um total de 138.000 ambulantes participaram da Copa do Mundo em São Paulo? Por que após a Copa cerca de 136.000 sem licença ainda tem de desafiar a fiscalização dos policiais e guardas civis armados?

Quando a participação é estratégica para a logística de abastecimento, funcional para o monopólio da comercialização e útil como marketing social.

No contexto em que é vendida a imagem da cidade e do país social e democraticamente inclusivos, a interrogação sobre a qualidade da participação de ambulantes na Copa parece trivial, mas é fundamental para ponderarmos sobre as engrenagens excludentes destes processos.

Em relação aos ambulantes, todo o processo de inclusão na Copa revelou o contrário: a fórmula mágica era, porém, excludente: ao invés de proibir radicalmente essas trabalhadoras/es na Copa, sua participação poderia render lucratividade política e econômica.

Após a Copa das Confederações de 2013, a imprensa mostrou que o próprio Poder Público e os torcedores avaliaram negativamente a logística do sistema de abastecimento de comidas e bebidas durante os eventos. Ficava evidente que a grande concentração de pessoas nos estádios e nos locais de exibição pública dos jogos exigia desse sistema a capilaridade e agilidade que os ambulantes poderiam atender.

Por esse motivo, logo nas primeiras reuniões das trabalhadoras/es tanto com o Ministério dos Esportes, quanto com a Prefeitura entre o final de 2012

e início de 2013, havia a convicção de ambos sobre a participação dos ambulantes, a despeito das zonas de restrição comercial na Lei Geral da Copa (que nomeamos “zonas de exclusão”: áreas de dois quilômetros ao redor de todos os locais oficiais de eventos, cercadas militarmente, em que apenas FIFA e empresas patrocinadoras poderiam comercializar seus produtos, controlando inclusive o acesso das pessoas: uma forma de monopólio legalizado e garantido pelas forças militares).

Por que então, tratou-se de uma participação seletiva e subordinada? Qual foi a rentabilidade política e econômica?

Algumas das críticas mais contundentes que vieram pouco antes da realização dos jogos já revelavam claramente as regras do jogo. Frei Betto mencionava no artigo “A Copa (não) é nossa”, um cenário de “megaviolação de direitos, megaendividamento público, megairregularidades”, com a provável implantação de “tribunais de exceção” e a aplicação marcial da Lei Geral da Copa.

Se na Copa do Mundo na África do Sul foram aplicados 56 “tribunais de exceção” para julgar as violações de exclusividade das marcas da FIFA e patrocinadores, no Brasil, entretanto, no caso dos ambulantes, houve uma “acomodação” e “flexibilização” das regras para a convergência entre interesses políticos do Poder Público e econômico das corporações. Infelizmente, essa “acomodação” não se aplicou à realidade de várias pessoas presas, torturados e machucados que se manifestaram antes e durante o evento contra as violações.

De fato, a favor das empresas, a própria Lei Geral da Copa criava um regime de exceção que retirava conquistas constitucionais ao conceder direitos de exclusividade sobre a comercialização e publicização inéditos. Uma destas exclusividades se estendeu até a demarcação territorial do espaço público com a criação das “zonas de restrição comercial”, onde somente os produtos e serviços das empresas parceiras ou apoiadoras da FIFA seriam permitidos.

As trabalhadoras/es, por sua vez, em setembro de 2013, conseguiram implantar na Prefeitura, com o apoio do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e do Comitê Popular da Copa-SP, um Grupo de Trabalho (GT) mensal específico sobre a participação dos ambulantes nos jogos. Neste GT, o discurso da Prefeitura com os ambulantes era outro: a participação deles era certa, só não deixavam claro como. Para as trabalhadoras/es, como seria possível a Prefeitura assegurar a participação, se o Governo Federal e o pró-

prio Congresso Nacional haviam formulado e aprovado uma determinação exatamente ao contrário?

Até o início de 2014 não havia nenhum avanço no diálogo mensal com a Prefeitura, quando em 30 de Janeiro deste ano, por meio de um chamamento público publicado no Diário Oficial do Município, a Prefeitura convoca empresas a apresentarem um plano de “parceria para realização de eventos” relacionados à Copa. Não havia nenhuma menção sobre a exclusividade na exploração comercial, tampouco da participação das trabalhadoras/es ambulantes. Essa saída jurídica ao definir “evento”, retirando sua conotação comercial, claramente isentava qualquer responsabilização da FIFA, dos patrocinadores e das empresas “chamadas” sobre as obrigações tributárias e trabalhistas.

Neste chamamento público, as empresas deveriam oferecer, além do plano de “parceria para realização do evento”, contrapartidas em obras de melhoramento dos 6 espaços públicos para exercer o direito de utilização dos mesmos. Dos 6 espaços, 2 seriam de exclusividade da FIFA (a Arena em Itaquera e a FIFA Fan Fest no Anhangabaú) e os outros 4, em parques públicos sob organização da Prefeitura.

Na teoria, cada um deles seria um “evento” sem produtos tampouco trabalhadoras/es, teriam uma proponente (FIFA) sem responsabilidades tributárias e trabalhistas e uma anfitriã (município de São Paulo) igualmente isenta de eventual judicialização futura sobre as violações dos direitos constitucionais.

Na prática, entretanto, o que se viu foram as marcas da FIFA, patrocinadores e apoiadores reinando de forma soberana no espaço público; e as trabalhadoras/es ambulantes tendo de se subordinar às regras de exclusividade comercial trabalhando como autônomas/os, como veremos a seguir. Até março de 2014, a imprensa publicava a previsão dos lucros exorbitantes da FIFA, a partir da venda dos direitos de transmissão, ingressos e contratos com empresas patrocinadoras e apoiadoras: cerca de US\$ 10 bilhões.

Como foi possível essa “acomodação” e “flexibilização” da Lei Geral da Copa? Essa situação inusitada só aconteceu em razão do papel da Prefeitura no processo. Se na teoria, as mudanças na Lei Geral da Copa criariam conflitos entre uma determinação normativa federal e sua aplicação local; na prática, os eventuais conflitos deveriam ser mediados, diluídos e conciliados.

De fato, o papel da Prefeitura na mediação entre trabalhadoras/es e empresas, diluição e conciliação dos conflitos só foi possível com a estratégia,

muito eficaz por sinal, de dividir o diálogo e negociar separadamente com os atores até o limite onde tudo já estivesse definido, para então, no final, terceirizar os detalhes da participação.

Para as trabalhadoras/es, foi criado um cenário de diálogo onde a Prefeitura acenava com oportunidades não só na Copa como também nos futuros eventos culturais e esportivos na cidade: Virada Cultural e Esportiva, Carnaval etc. Paralelamente, percebeu-se que a Prefeitura azeitava o diálogo como estratégia para ganhar tempo, até que tudo sobre a comercialização fosse negociado com as empresas e definido separadamente. O diálogo, além disso, tinha outra função: servia para examinar as estratégias e intenções das partes envolvidas, trazê-las próximo ao governo e torná-los fiéis e clientes das futuras “oportunidades”.

O cenário pacífico e participativo do diálogo foi desmontado quando, nas vésperas dos jogos a partir de março de 2014, a Prefeitura apresentava novos atores – as empresas parceiras dos “eventos”, bem como um conjunto de regras, sobre os quais as trabalhadoras/es deveriam se adequar ou tinham pouquíssima margem de negociação.

Quando as cartas foram colocadas na mesa, as pessoas que representavam o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e o Comitê Popular da Copa-SP se retiraram do processo¹. Os ambulantes decidiram permanecer até a participação efetiva nos eventos, quando uma parte desistiu, conforme veremos a seguir.

No portal da Prefeitura na internet, o balanço da participação dos ambulantes no diálogo ao longo de 9 meses do GT era positivo: as trabalhadoras/es participaram ativamente, aprovaram o relatório sobre o processo participativo e tinham a esperança de preencherem, além dos 600 “postos”, outros mil durante o mundial.

Participação sim, direitos nenhum...

Apesar da principal lei sobre as relações de trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), prever o regime de assalariamento registrado como elemento estruturador das relações entre capital e trabalho, o trabalho

¹ Nota do Comitê Popular da Copa SP sobre o processo de “negociação” com os ambulantes na Copa da FIFA: <https://comitepopularsp.wordpress.com/2014/03/31/pela-garantia-do-direito-ao-trabalho-ambulante-para-todas-e-todos/>

subcontratado e o autônomo eram realidade para cerca de 50% das trabalhadoras/es nas regiões metropolitanas, segundo o DIEESE em 2009 (GARCIA et al., 2011). A CLT, nesses casos, é muito clara: para a caracterização do vínculo empregatício, é necessário que a prestação de serviço seja feita com observância do princípio da continuidade e da assimetria decisória.

No Brasil, sempre que alguém trabalha para outra pessoa, do qual dependa econômica e hierarquicamente, receba ordens e instruções e seja obrigada/o a cumprir metas de trabalho por ele determinadas, trata-se de um empregado como qualquer outra/o que trabalhe no âmbito interno da empresa. Para a lei brasileira, não é o local da prestação de serviço que vai modificar a natureza da relação de emprego. Trabalhar longe das vistas dos empregadoras/es não induz necessariamente a inexistência da subordinação nem descaracteriza a continuidade do contrato de trabalho. Ademais, na prática, qualquer que seja a produção de quem trabalha dentro ou fora do âmbito da empresa, a tarefa atribuída por peça ou por outra unidade de produção deve possibilitar ao empregada/o médio ganhar o mínimo legal ou profissional.

Não foram exatamente estas as cartas colocadas na mesa ao término dos 9 meses de diálogo do GT dos ambulantes na Copa: estes tiveram que obedecer a determinação sobre a exclusividade das marcas das bebidas, os valores que deveriam praticar e o quanto poderiam lucrar, os locais onde eram proibidas e permitidas suas presenças, os horários e dias de trabalho e até o uniforme a ser vestido, sem com isso ter a contrapartida de seus direitos trabalhistas respeitados, conforme veremos a seguir.

Comercialização: regras unilaterais

Segundo relato das próprias trabalhadoras/es durante os eventos, só houve autonomia de negociação em duas questões: o primeiro era o transporte das bebidas - como eram pesadas, eles queriam levá-las dentro de um isopor com carrinho; segundo, queriam escolher e convidar as trabalhadoras/es que poderiam participar do processo de seleção e dos eventos na Copa. Para as empresas e a Prefeitura, isso representou enorme vantagem: as próprias trabalhadoras/es seriam responsáveis por recrutar e cadastrar outras pessoas e garantir a força de trabalho necessária nos termos exigidos pelas empresas.

Essa participação subordinada a todas as principais e estruturais decisões previamente definidas colocou as trabalhadoras/es em um dilema moral: o grupo que protagonizou desde o começo o debate, encaminhando as reivindicações ao Poder Público, chegava ao final do processo frustrado. Havia, porém, um anseio de trabalhar na Copa.

O tal relatório “consensuado” entre os integrantes do GT, após os nove meses de diálogo, continha os seguintes termos: “a) é assegurada a atividade de comércio ambulante regular somente àqueles que possuam Termo de Permissão de Uso (TPU); b) 400 postos de trabalho seriam concedidos nas “mediações” da Arena em Itaquera e 200 na FIFA Fan Fest no Anhangabaú; c) nas demais exposições públicas organizadas pela Prefeitura serão abertas mais (...) vagas; d) um “agente operador indicado” ficará responsável pelo treinamento, seleção final e contratação dos candidatos, bem como fornecimento de uniforme, autorização de trabalho e mercadorias; e) a cada unidade vendida, a taxa de rendimento do vendedor será equivalente a 30% do valor do produto; f) todas as ações previstas neste documento devem estar em consonância com o “Termo Público de Compromisso pelo Emprego e Trabalho Decente na Copa do Mundo FIFA de 2014”, celebrado em 2013 na Prefeitura pela OIT e organizações da sociedade civil.”

Após a assinatura deste relatório, no dia 08 de Maio de 2014, houve uma próxima reunião, onde o “agente operador indicado”, na verdade, não chegou a fazer um treinamento, tampouco fez a seleção e a contratação conforme constava do relatório acima. O “agente operador indicado” somente entregou o “Manual de Procedimentos: Ambulantes na Copa Brasil 2014”, com regras e condutas que deveriam ser seguidas à risca pelas trabalhadoras/es. No documento estão as seguintes informações por escrito:

“Os parceiros envolvidos no projeto” são: Prefeitura de São Paulo, Subprefeituras, FEMSA/AMBEV e Team Eventos”;

“Vale do Anhangabaú - a) a operação acontecerá no entorno da Fan Fest. Público previsto de 5.000 a 40.000 pessoas; b) Produtos comercializados/ Preços/Comissões: Água 500 ml (R\$3,00, comissão ambulante R\$0,90); Refrigerantes (R\$4,00, comissão ambulante R\$1,20); Cerveja (R\$5,00, comissão ambulante R\$1,50); c) só é permitida a venda dos produtos descrito acima. A quebra desta regra implica na exclusão imediata do ambulante da operação; d) Não é permitida a comercialização de alimentos”;

“O cadastro dos ambulantes foi feito pelas subprefeituras/Fórum dos Ambulantes de cada praça onde irão trabalhar. A efetivação e confirmação será realizada através de FICHA CADASTRAL e documentação que serão entregues para Team Eventos pelos responsáveis pela seleção”;

“Identificação do ambulante: Todos os ambulantes serão identificados com crachás e uniformes padronizados. Os crachás e uniformes serão entregues no início da operação e devolvidos após o término da mesma. Não é permitido levar embora os uniformes e crachás, caso isso ocorra, o ambulante estará automaticamente excluído do próximo dia do evento”;

“Materiais de apoio: todos os ambulantes envolvidos na operação receberão isopores personalizados, bonés e copos descartáveis que serão de uso obrigatório no dia do evento. Estes materiais deverão ser devolvidos ao final do término da operação. É expressamente proibido cobrir com fitas adesivas ou danificar os isopores utilizados para o evento”;

“Horários: todas as operações serão iniciadas com 4 horas de antecedência em relação ao horário de início dos jogos. Os ambulantes deverão se apresentar com 6 horas de antecedência em relação aos inícios dos jogos. É imprescindível a apresentação do RG original no dia do evento”;

“Distribuição: a distribuição de produtos será feita por caixas fechadas, em todas as praças iremos dispor de um pulmão onde forneceremos bebidas, copos e gelo para equipe que estiver trabalhando no evento”;

“Cervejas oficiais: Brahma e Budweiser”.

Como se vê, apesar de ter sido imposta ao ambulante a condição de trabalho autônomo, este teve que se submeter a todas as regras acima como empregada/o, sem nenhum direito trabalhista assegurado. Nem mesmo o vale-transporte e o vale-refeição foram entregues, revelando tratamento diferenciado do Poder Público, uma vez que estes itens foram entregues a outra anomalia laboral que a Copa produziu, as “trabalhadoras/es voluntárias/os”.

Eles também só podiam trabalhar dentro de um perímetro muito limitado e estreito, fora da área cercada por tapumes e grades de metal que delimitavam a Fan Fest e onde não podiam ver os jogos. Além disso, neste perímetro não havia sanitários, segundo testemunho das trabalhadoras/es. Não foram respeitadas também as pactuações durante as reuniões do GT sobre o cumprimento da acessibilidade para ambulantes deficientes.

Sobre os rendimentos, as ambulantes mais idosas conseguiram apenas entre R\$10,00 - 30,00 por dia, outros homens disseram que no máximo conseguiram R\$50,00 apenas no dia do jogo do Brasil. Como as condições de trabalho eram péssimas e os rendimentos irrisórios, que nem mesmo cobriam os gastos com transporte e alimentação, muitos abandonaram o trabalho logo no primeiro dia, e outros tantos nos dias que se seguiram.

Legado?

As relações aqui expostas – entre cidadão e Poder Público, entre capital e trabalho, mostram uma ambivalência entre o que foi transparente no processo (violações de direitos, decisões autoritárias) e o que ficou oculto (bastidores de negociações, conflitos implícitos, etc.).

Não bastasse a precarização dos ambulantes trabalhando na informalidade na Copa, as trabalhadoras/es tiveram pouca ou nenhuma autonomia decisória em relação aos demais atores. A ambivalência na participação se manifesta, portanto, no conflito entre a construção ideológica da independência laboral virtuosa proposta pelo Poder Público, porém, sem a contrapartida nos direitos trabalhistas, sobretudo na negociação coletiva.

Se, por um lado, havia violações claras definidas no regime de exceção criado pela Lei Geral da Copa, as “acomodações” e infrações a essa e às demais normas brasileiras revelaram outros atores além da FIFA. Ficou clara a opção pela “flexibilização” das regras quando havia espaço para otimização dos respectivos dividendos políticos e econômicos.

Nesse sentido, o legado da Copa, para além de toda a usurpação monumental de direitos constitucionais e da exploração explícita das trabalhadoras/es pelos proponentes do evento, revelou fatos novos sobre a metodologia do diálogo e as respectivas atuações sobre os atores e as engrenagens locais.

O cenário fictício de inclusão, participação e diálogo são, portanto, compatíveis – e não incompatíveis – com o modo de funcionamento e da reprodução desse “capitalismo de megaeventos”. A diferença, porém, está nas roupagens novas do paternalismo e da dominação de classe internos e externos.

Referências:

NOTÍCIAS:

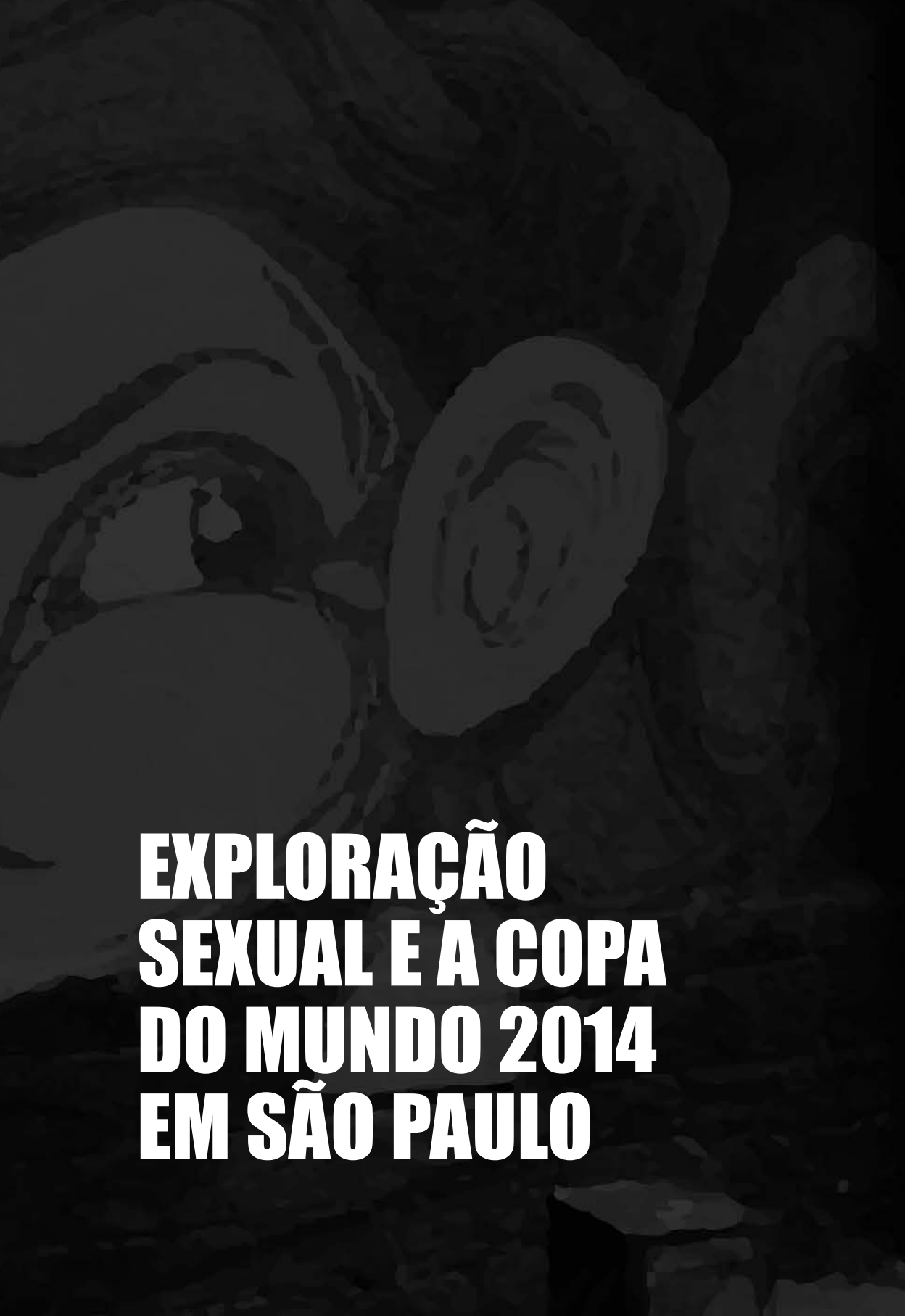
- ◇ “Prefeitura libera trabalho de 600 ambulantes”:
<http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/68267/prefeitura-libera-trabalho-de-600-ambulantes->
- ◇ “A Mobilidade pendular na Macrometrópole paulista”:
<http://www.scielo.br/pdf/cm/v15n30/2236-9996-cm-15-30-0433.pdf>
- ◇ “A Copa (não) é nossa”:
<http://www.ibase.br/pt/2011/11/a-copa-nao-e-nossa/>
- ◇ “Tribunais de exceção”:
<http://jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/os-tribunais-de-excecao-da-fifa>
- ◇ “Previsão dos lucros”:
<http://placar.abril.com.br/materia/o-mundial-dos-records-fifa-deve-faturar-r-10-bilhoes-com-copa-2014>
- ◇ “Prefeitura garante participação de ambulantes na Copa do Mundo”:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/copa/noticias/?p=170872>

LIVROS:

- ◇ ALCÂNTARA, A.; COMARU, F.; FERRO, M.C.; KOHARA, L.; ITIKAWA, L.; SAMPAIO, G. Ambulantes e Direito à Cidade. Trajetórias de vida, organização e políticas públicas. São Paulo: CGGDH, 2013.
- ◇ CGGDH. Trabalho Informal e Direito à Cidade. Dossiê de Violações de direitos humanos de trabalhadoras/es ambulantes e domiciliares imigrantes na cidade de São Paulo. São Paulo: CGGDH, 2012.
- ◇ GARCIA, L.; MAIA, R. Informalidade atualizada: análise das regiões metropolitanas e Distrito Federal no Período 1999 a 2009. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D. TARGINO, I. (orgs.). Marchas e Contramarchas da Informalidade do Trabalho: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.







**EXPLORAÇÃO
SEXUAL E A COPA
DO MUNDO 2014
EM SÃO PAULO**



A exploração sexual sempre foi lembrada como um dos impactos dos megaeventos durante estes quatro anos de trabalho do Comitê Popular da Copa - SP. Porém, na prática o tema não foi muito problematizado como outros com os quais o Comitê se envolveu mais diretamente. Nessa articulação também não tivemos a presença ativa de nenhum movimento, coletivo ou instituição que relacionasse essa pauta diretamente ao megaevento. As questões referentes a gênero, sexismo, direitos das mulheres e o cuidado de crianças e adolescentes são historicamente tratados como assunto menor frente a outros, mesmo dentro dos movimentos da esquerda. Ainda há muito a ser colocado em pauta e muitas reflexões e discussões a serem feitas, pois mudanças de atitudes são necessárias e urgentes. E o Comitê Popular da Copa de SP não está fora deste contexto.

Ao falar de exploração sexual, violência contra as mulheres e tráfico humano, temas delicados e polêmicos, também problematizamos o lucrativo mercado da prostituição que tem sua responsabilidade na violação dos corpos e da liberdade sexual especialmente de mulheres, transexuais, transgêneros, travestis, crianças e adolescentes. Essas violações acontecem o tempo todo: durante a Copa do Mundo e outros megaeventos elas apenas tendem a se intensificar, como aconteceu nas Copas da África do Sul e da Alemanha¹. Essa questão deve ter mais visibilidade, mesmo que os dados sejam obscuros e cercados de boatos e interesses escusos².

Levando em conta que o Brasil foi eleito sede da Copa em 2007 e que o megaevento teve início em 12 de junho de 2014, tentamos entender como se deu na prática esse “enfrentamento” a problemas tão antigos e estruturais, focando neste capítulo o contexto de São Paulo, uma das cidades-sede dos jogos. Para isso, nos referimos aqui a algumas leis e a atuação de instituições públicas, observando a relação entre o Estado de Direito e as violações dos direitos das pessoas pelo próprio Estado e por corporações (como a FIFA) na questão da exploração sexual.

A partir dos anos 2000 foram criados no país planos e políticas nacionais de enfrentamento à violência contra a mulher e à violência contra crianças e adolescentes e a realização de eventos como debates, congressos, etc. Desde 2005 existe uma Central de Atendimento à Mu-

1 http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1444&Itemid=94

2 <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/22462/copas+e+olimpiada+nao+geram+tráfico+de+mulheres+diz+estudo+de+ong.shtml>

lher, o Ligue 180, que orienta mulheres em situação de violência a se encaminharem para outros serviços públicos como abrigos³. Em 2013 foi criada a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres em São Paulo. Em janeiro de 2014 foi sancionada na cidade de São Paulo uma lei que criou a Semana Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, nos dias anteriores ao 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes). Em 21 de maio de 2014, a presidenta sancionou a lei na qual a exploração sexual é considerada crime hediondo no Brasil.

Apesar de não ser muito divulgado, existe um documento de 2006 do Ministério da Saúde que reconhece direitos sexuais como direitos humanos fundamentais⁴:

- Direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a).
- Direito de escolher o(a) parceiro(a) sexual.
- Direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças.
- Direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física.
- Direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual.
- Direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras.
- Direito de ter relação sexual independente da reprodução.
- Direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS.
- Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação.
- Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva.

Seja como for, as relações sociais e pessoais devem ser desenvolvidas para além dos parâmetros legais. As próprias leis muitas vezes são mais conhecidas pela população do ponto de vista criminal do que dos direitos

3 <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/11/ha-7-anos-mulheres-vitimas-de-violencia-recorrem-ao-ligue-180>

4 http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf

humanos. Não necessitamos de mais leis como instrumento de repressão. Além do que, grande parte das leis carrega limitações morais e nem sequer compreende toda a diversidade da população, portanto as transformações sociais têm de passar necessariamente por mudanças na mentalidade e na postura das pessoas.

Em uma sociedade estruturada no capitalismo e no machismo, que ainda inferioriza mulheres, homossexuais, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis e prostitutas, queremos enfatizar aqui que a liberdade sexual e o fim da exploração e da violência sexual devem ser reconhecidos como parte da luta contra toda a forma de exploração do trabalho humano.

Antes e durante a Copa houve grande repercussão de diversos casos de marketing machista pegando a onda do megaevento. A Adidas, empresa de material esportivo patrocinadora da FIFA, vendeu nos EUA camisetas temáticas objetificando o corpo de mulheres brasileiras. Oscar Maroni, empresário do sexo, objetificou mulheres em campanhas publicitárias em São Paulo. Luciano Huck, apresentador de TV, fez promoção objetificando sua audiência feminina carioca, como se elas estivessem a serviço dos turistas gringos. Tudo isso não é novidade nenhuma e acontece o tempo todo no país, sendo visto de forma naturalizada. O notável nisso tudo é o quanto diversos homens brasileiros se revoltaram com esses acontecimentos que expõem mulheres à exploração sexual por parte dos gringos, mas não se revoltam quando tantos acontecimentos diários as expõe ao consumo masculino nacional.

Não apenas durante as Copas do Mundo a procura da prostituição tende a aumentar, ela também tende a aumentar durante os eventos esportivos de Fórmula 1 e Jogos Olímpicos, assim como durante o Carnaval, tanto por parte de estrangeiros como de brasileiros. Consequentemente aumenta o risco de haver exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas e violência sexual. Neste capítulo falamos sobre este “legado” da Copa.

Sexualidade e Violência Sexual

Estamos no século 21, mas a própria sexualidade ainda é tabu. Ainda é muito presente o discurso de que a prática sexual da mulher é antes de tudo uma obrigação conjugal e reprodutiva. Quando a liberdade sexual e o prazer são valorizados na mídia ou na publicidade, costuma ser num sen-

tido consumista e individualista. São impostos papéis sexuais em níveis de superioridade e inferioridade. A chamada educação sexual que há em algumas escolas é muito voltada para tratar dos mecanismos reprodutivos, do planejamento familiar, prevenção de gravidez e DST's e usa o medo e o moralismo para abordar o cuidado e a responsabilidade com o corpo. Como então estimular os estudantes a desenvolver a autonomia do seu corpo e valorizar sua descoberta do prazer? Ao mesmo tempo, ainda existe uma supervalorização do macho, de sua performance sexual e do prazer masculino. A sexualidade é usada como dominação sobre o outro e é limitada a valores comerciais e a falidas convenções sociais. A não ser quando quebramos as regras do jogo.

Em relação aos homens heterossexuais, a imagem e o corpo das mulheres na sociedade continua sendo explorada na mídia e na publicidade com ênfase na exposição de uma beleza branca, padronizada e erotizada (que nem sequer contempla a real diversidade de corpos e etnias), corpos tratados como propriedade privada e mercadoria. A pornografia mais comum é a que coloca a mulher (e também transexuais e travestis) como objeto de prazer do homem mais do que sujeito de seu próprio prazer. E esse limitado padrão de beleza e sexo é o mais cobiçado pelos homens, os principais “clientes” nesse mercado do sexo (com alguma variação ao procurarem pelos estereótipos da “mulata”, “exótica”, etc.).

A sexualidade não deveria ser mais um item no campo da exploração dos que têm dinheiro sobre os que não têm, do que é considerado masculino sobre tudo o que não é. Se a prática sexual não acontece dentro do consenso entre as partes é porque está havendo coação, ameaça ou alguma outra forma de violência. Fala-se pouco, por exemplo, sobre





Estampas de camisetas para a Copa à venda na internet nos EUA: 'I love Brazil', sendo que o coração tem o desenho de um biquíni em referência à bunda; 'Lookin' to score', jogo de palavras que pode significar tanto "buscando marcar gols" como 'querendo pegar garotas'.

Reprodução do site oficial da Adidas nos Estados Unidos.

o estupro marital ou estupro conjugal. É muito comum dentro de uma relação afetiva o parceiro obrigar a parceira a ter relação sexual mesmo num momento em que ela não queira, de uma forma que ela não queira, desrespeitando sua vontade própria e escolha. Oficialmente o casamento legaliza as relações sexuais e garante também que a ausência de prática sexual por uma das partes possa ser motivo de pedido de divórcio (quase como uma quebra de contrato). Mas a caracterização de crime de estu-

pro passou a ser judicialmente aceita no caso do marido que força relações sexuais com a mulher contra a vontade dela. O estupro cometido por homens contra outros homens, dentro de relacionamento ou não, também é muito comum, apesar de ser menos admitido.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes, incluindo meninas e meninos, mesmo no ambiente familiar, é muito mais comum do que a sociedade consegue admitir, apesar de nossas leis prometerem proteção nestes casos com “absoluta prioridade” (artigo 227 da Constituição Federal⁵) - como responsabilidade não só da família, mas de toda a sociedade. São marcadamente presentes em nossa cultura as relações sexuais e uniões entre homens adultos e meninas. Aceitar isso como um costume dificulta a percepção de que muitas dessas meninas estão sob abuso, estupro ou exploração sexual. Mesmo que no senso comum se entenda que elas precisam ser protegidas, quando elas se prostituem já são malvistas, como se estivessem fazendo uma escolha. Segundo dados de 2011 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em metade dos municípios brasileiros havia denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes, registradas a partir do Disque 100, o serviço de disque-denúncia de violações de direitos humanos⁶.

Prostituição

Em 2002 a prostituição passou a integrar a CBO - Classificação Brasileira de Ocupações⁷ e tornou-se oficialmente uma atividade legal. Mesmo assim continua sendo alvo de muito moralismo, preconceito e, conseqüentemente, de criminalização das prostitutas mais pobres. O que nos faz questionar mais uma vez até que ponto a lei interfere na mudança de mentalidade de uma sociedade. Existem muitos casos em que homens estupram as prostitutas e quando elas tentam buscar ajuda são desacreditadas e os agressores não são responsabilizados. Se um agressor é um “turista que está trazendo dinheiro para a economia do país”, faz-se ainda mais vista grossa para o caso.

5 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm

6 <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-07-14/metade-dos-municipios-brasileiros-registra-denuncias-de-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes>

7 <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>

Oficialmente, segundo o Código Penal⁸, é crime:

- o ato sexual com menores de idade;
- “cafetinagem” (obter lucro a partir da prostituição de terceiros);
- lenocínio (manter locais de práticas de prostituição obtendo lucro a partir de prostituição de terceiros);
- induzir ou facilitar alguém à prostituição, impedir ou dificultar alguém de deixar a prostituição;
- tráfico interno ou internacional de pessoas para fim de exploração sexual (promover ou facilitar a entrada ou a saída do país, ou o deslocamento no território nacional, de alguém que exerça a prostituição ou outra forma de exploração sexual; agenciar, aliciar ou “comprar” a pessoa traficada; transportá-la, transferi-la ou alojá-la).

A pena será maior: se for contra crianças e adolescentes, pessoas enfermas ou portadoras de deficiência mental; se usar de violência, ameaça ou fraude; se o acusado for próximo da vítima, empregador ou responsável por sua proteção; se a ação tiver como finalidade o lucro. Ato sexual com crianças (menores de 14 anos) é considerado “crime de estupro contra vulnerável” e as penas aumentam ainda mais. Em maio de 2014, às vésperas da Copa no Brasil, foi sancionada a lei federal que classifica como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável⁹.

Segundo depoimentos, logo antes da Copa, mulheres da região do Parque da Luz (região considerada como parte do “baixo meretrício”) já estavam sendo coagidas e ameaçadas pela Polícia Militar e pela Guarda Civil Metropolitana a se retirarem do local durante o evento. O suposto papel do Estado é o de garantir a segurança e proteção de todas as pessoas, e é “proibida qualquer forma de agressão, insulto ou extorsão por seus agentes ou por qualquer outra pessoa”¹⁰.

Nos dias e noites em que fomos para as ruas do centro de São Paulo conversar com trabalhadoras/es/as do sexo, nos disseram que no período da Copa do Mundo não mudou a rotina de trabalho, apesar da expectativa.

8 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

9 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-12978-21-maio-2014-778775-publicacaooriginal-144173-pl.html>

10 http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/PROFISSIONAIS_SEXO.pdf

Houve relatos de que, hoje em dia, turistas estrangeiros (inclusive quando veem para os megaeventos) buscam a prostituição através do contato com os próprios hotéis e pacotes de turismo, frequentam boates de luxo e sites na internet. Diferente das cidades praianas, onde esses turistas ficam bastante na rua. Um rapaz que faz programa no centro, em depoimento sobre o período da Copa nos disse: “aqui na rua o movimento não mudou, quem faz pacote pela internet teve mais movimento”, “aqui na rua o programa não passa de trinta, vai no máximo cinquenta reais e ficamos vulneráveis a agressão, com agência na internet é mais seguro e ganhamos mais”. Ao questionarmos sobre crianças e adolescentes, disseram que na maior parte são programas fechados pela internet.

No caminho entre essas conversas, uma das várias pichações que estampam a cidade dizia: “quem não é visto não é lembrado”. A frase cai muito bem para a questão da exploração sexual. Como lidar com o que não é visto ou fica escondido? Nas boates e sites é onde se concentram as mulheres que estão mais próximas dos padrões midiáticos de beleza. Nas ruas, nos locais do baixo meretrício, se concentram as que estão fora desse padrão. São as que têm mais idade (incluindo idosas), menor escolaridade. Os serviços públicos de assistência social muitas vezes têm uma abordagem vitimizadora dessas pessoas, deixando de enxergá-las como sujeitos. Mesmo que muitas dessas pessoas queiram outras oportunidades de trabalho, precisamos continuar questionando o próprio mercado e as condições de trabalho existentes.

A questão da prostituição tem diferentes abordagens sobre o que pode ser feito para melhorar a situação. Existe a visão regulamentarista, que reivindica que a prostituição seja reconhecida como profissão em leis específicas, o que teoricamente permitiria que seus direitos trabalhistas e o acesso a políticas públicas fossem garantidos. Existe a visão abolicionista, que considera que toda prostituição é uma forma de violência e exploração sexual, fruto do machismo e do patriarcado e que acontece principalmente devido à vulnerabilidade econômica e social da mulher. E existe a visão proibicionista, que criminaliza a prostituição, propondo punir quem explora as trabalhadoras e quem “utiliza” a atividade, mas pode acabar punindo também quem nela trabalha, o lado mais frágil nestas relações de poder.

Segundo Cleonne dos Santos, membro da Marcha Mundial das Mu-

lheres, os projetos de lei de regulamentação da prostituição criados até agora vêm de cima para baixo, sem um amplo diálogo com quem está na base da questão, que são as inúmeras mulheres do baixo meretrício, o que gera propostas que não focam nas suas necessidades. Uma das críticas é que a regulamentação legaliza os lucros dos exploradores e os beneficiaria mais que às prostitutas, pois mesmo havendo a Lei Maria da Penha e outras relacionadas aos direitos das mulheres, elas já não são cumpridas. Mais uma vez percebemos que leis não seriam o caminho para por fim à exploração, que é uma prática própria do patriarcado e do capitalismo.

Turismo Sexual e Tráfico de Pessoas

O turismo sexual é uma das maiores motivações para a vinda de estrangeiros para o Brasil e existem orientações para que a polícia não os incomode (orientações bem diferentes do trato com a população periférica do país). Ainda existe uma imagem estereotipada muito forte no exterior de que no Brasil tudo pode, que o sexo é fácil por todo o lado, que as pessoas (especialmente mulheres e mulheres trans) estão disponíveis o tempo todo para os homens. Muitos homens viajam para cá sozinhos já nessa disposição de procurar por “sexo fácil”, o que inclusive já faz parte de pacotes de agências de turismo. Fora dos megaeventos, São Paulo não tem tanta movimentação turística tradicional, apenas turismo de negócios, de pessoas que viajam a trabalho, e neste trânsito há muita relação com o mercado do sexo e com a exploração sexual.

Na Lei Nº 11.771, da Política Nacional de Turismo, consta como um dos objetivos “prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos”. Mas até que ponto a dignidade humana é garantida por órgãos governamentais que investem em propaganda e campanhas sem investir no dia-a-dia das pessoas, em sua saúde, moradia, etc., fazendo com que a presença do Estado se faça sentir apenas sob a forma da repressão?

Levantamento da Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil¹¹, enumerou

11 PESTRAF. Autoras: Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal. Brasília: Cecria, 2002.

241 rotas de tráfico interno e internacional cujos alvos são predominantemente mulheres e adolescentes afrodescendentes entre 15 e 25 anos. Espalhados pelas rodovias federais do país há uma vasta distribuição de pontos de exploração sexual, inclusive de crianças e adolescentes.

Estima-se que o tráfico de pessoas (que inclui casamentos forçados, adoção irregular de crianças, tráfico de órgãos e trabalho escravo dos mais diversos tipos) gere 32 bilhões de dólares ao ano no mundo - atualmente o 2º negócio clandestino mais lucrativo, menor apenas que o tráfico de drogas e maior que o tráfico de armas. Segundo a ONU, o Brasil é o país de origem da maioria das mulheres alvo de tráfico para fins de exploração sexual, já tendo chegado a 85 mil. Alguns dos principais destinos são Portugal, Espanha, França, Holanda, Suriname. Existem casos em que a pessoa sabe qual é o objetivo da viagem, mas muitas são enganadas quanto a real proposta de emprego, tendo seus documentos retidos, ficando sob cárcere privado, sofrendo diversos tipos de agressão, tendo jornadas exaustivas, condições de insalubridade etc.¹²

Do ano de 2006 em diante foram decretadas Políticas e Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Gustavo Seferian, advogado trabalhista, afirma que mesmo com debates regionais, incluindo São Paulo, e muita gente sinalizando o que estava por vir, não houve uma efetividade de ações nem para coibir concretamente o aumento do tráfico interno e externo de pessoas para a exploração sexual, o que se reflete no período da Copa. Diz que só há investigação quando algum caso vem à tona e não se sabe até que ponto há uma rede de crime organizado que envolva tráfico de pessoas no Brasil, como há, por exemplo, na Europa. Gustavo também fala da existência de rotas de tráfico interno de pessoas de estados do norte para o sul e sudeste - em especial para São Paulo - e dos interiores para as capitais do nordeste, principalmente Fortaleza, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Manaus - que por sinal foram cidades-sede de jogos da Copa - e Belém. Também cita casos de transexuais que vêm de outras regiões para realizar cirurgias plásticas de mudança de sexo em São Paulo e acabam por se endividar e entram em redes de exploração, já que são pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social. Quando transe-

12 http://www.escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2013/03/cartilha_trafico_spread_WEB.pdf



#NÃOVAITER PROTEÇÃO?

O histórico dos mega-eventos pelo mundo revela um dado preocupante: em Copas e Olimpíadas, a exploração sexual de crianças e adolescentes cresce, além do tráfico de pessoas. A Fifa já declarou que não tem nada a ver com isso, se eximindo de qualquer responsabilidade. Os governos locais não apresentam campanhas de prevenção a estes abusos e a situação tende a piorar. Turismo sexual na Copa Fifa, será este um legado da Copa?

bit.ly/1fGoNRa

ARTESANATO NACIONAL DOS
COMITÊS POPULARES DA COFA



#COPAPRAQUEM?

xuais ou travestis são encontradas pela polícia ou atendidas por equipes de saúde, ainda existe o risco de serem ofendidas ou agredidas por esses mesmos funcionários públicos, além de não terem respeitado seu uso do nome social (lembrando que em São Paulo, por exemplo, é legalmente obrigatório o trato pelo nome social).

Mas a FIFA não quis se envolver oficialmente com campanhas relacionadas à exploração sexual, alegando não querer vincular o nome da corporação a este tema¹³. Tal postura já deixa claro que essa instituição não assume suas responsabilidades quanto ao potencial negativo de suas ações na vida das pessoas. A FIFA preocupou-se com a garantia de seus lucros e das corporações a ela associadas, com a venda de mercadorias não-autorizadas que usassem expressões relacionadas à Copa, com a criação de zonas de exclusividade comercial, etc. Quanto ao esperado aumento de tráfico de pessoas e exploração sexual, a FIFA preferiu agir como se não tivesse nada a ver com isso.

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em São Paulo

“O Brasil promove todos os anos inúmeras atividades que reúnem mais pessoas que a Copa do Mundo. O Carnaval deste ano, por exemplo, promoveu a movimentação de 6,6 milhões de turistas, nacionais e estrangeiros, enquanto que para o Mundial são esperados cerca de 3,1 milhões de turistas brasileiros e 600 mil estrangeiros.” Fragmento do texto de Ideli Salvatti, Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, que saiu no jornal Folha de São Paulo em maio deste ano¹⁴. Este discurso pode alimentar o imaginário de que temos uma boa estrutura para trabalhar com os direitos das crianças e adolescentes em contextos de grandes eventos e consequentemente a prevenção e o combate à exploração sexual. Desconsidera que também o carnaval é cenário para a intensificação da exploração sexual, assim como megaeventos esportivos.

Os trabalhos em torno da garantia da proteção de direitos das crianças e adolescentes durante o período da Copa foram articulados em um programa

13 <https://comitepopularsp.wordpress.com/2014/02/25/naovaiterprotecao-conheca-denuncias-sobre-o-turismo-sexual-na-copa/>

14 <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/05/1460408-ideli-salvatti-o-legado-da-copa-para-a-infancia.shtm>

do Governo Federal, chamado de Agenda de Convergência Projeta Brasil, que hospedou também outras frentes de direitos humanos como da população em situação de rua e portadores de deficiência. Segundo o Governo Federal, essa articulação foi testada durante os jogos da Copa das Confederações (que ocorreu em 6 cidades-sede) e depois na Copa de 2014 nas 12 sedes.

Em São Paulo, segundo as atas das reuniões do CMDCA - Conselho Municipal do Direito das Crianças e dos Adolescentes e do CONDECA - Conselho Estadual do Direito das Crianças e dos Adolescentes, a primeira reunião em torno da Agenda de Convergência aconteceu no dia 09 de dezembro de 2013, a seis meses da Copa, com presença da representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (Angélica Moura Goulart) que é Secretária Nacional de Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Segundo Edson Francisco Santana, representante da sociedade civil no CONDECA, que acompanhou de perto os trabalhos da Agenda de Convergência na cidade de São Paulo, no geral foram 14 reuniões nacionais e 7 reuniões em São Paulo para a articulação do trabalho. Tanto na conversa com Edson como nos relatos das atas de reuniões, fica explícito que o trabalho se deu na tentativa de uma articulação das secretarias do Município, Estado e Governo Federal.

A menos de 4 meses para abertura do megaevento, em 19 de fevereiro de 2014, foi criado na cidade de São Paulo o Comitê de Proteção Integral da Criança e do Adolescente. Na ata da reunião, chama atenção a falta de representantes do Governo do Estado de São Paulo. Nessa primeira reunião organizaram-se em grupos de trabalho baseados nas possíveis violações. Um desses foi o GT de combate ao Trabalho Infantil e à Exploração Sexual e o fato de ambos os temas terem ficado no mesmo grupo também chama a atenção, já que sexo com crianças e adolescentes não pode ser considerado uma categoria de trabalho e sim um crime, tanto de Abuso Sexual quanto de Exploração Sexual (quando envolve pagamento e lucro).

Na segunda reunião desse Comitê, em 06 de março de 2014, cada GT apresentou um plano de trabalho. Nada constou quanto ao que fazer com os agentes da rede de exploração sexual caso alguma situação fosse identificada ou houvesse alguma denúncia. De forma geral consta apenas: “Seguir o fluxo emergencial, encaminhar criança e adolescente para espaço de convivência”. Na agenda que se seguiu de fevereiro a junho, foi

realizado na programação do 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) um seminário sobre tráfico de pessoas e dois sobre exploração sexual: um na Zona Leste, no CEU (Centro de Educação Unificada) Jambeiro e outro no Instituto de Psicologia da USP. Nas atas dos seminários não há nada registrado que tenha entrado na metodologia das ações de combate à exploração sexual.

Nas atas das reuniões consta a participação de um representante da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária INFRAERO. Está registrado que a empresa disponibilizou guichês para ações de enfrentamento ao trabalho infantil, mas nada relacionado ao combate à exploração sexual. O que nos deixa um ponto de interrogação: por que não realizar essas campanhas nos aeroportos que são tão estratégicos para divulgar essa questão? Talvez porque a FIFA não tenha aceitado se envolver em nada que relacionasse oficialmente seu nome à exploração sexual e prostituição, nem sequer na campanha de prevenção de última hora que o governo fez.

Segundo os registros, durante o processo de articulação, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo compareceu apenas a uma reunião e, notificada pelo Ministério Público, contribuiu deixando disponível um número de telefone como referência, caso necessário. É de se notar que no sistema de garantia de direitos relacionados à violência contra as mulheres, tráfico humano e exploração sexual, a “segurança pública” participa muito mais em ações de repressão (na maioria das vezes em ações descontextualizadas e incluindo violação de direitos) do que em prevenção. Por exemplo, quando a polícia é acionada em casos de violência doméstica e é enviada viatura apenas com policiais homens e sem preparo para lidar com essa questão a não ser com o uso da força. Por que o único serviço público disponível (fora os de atendimento médico) que se locomove até uma situação dessa é justamente a polícia militar? O cenário para quem se arrisca a fazer uma denúncia de violação é a possibilidade de que aconteça outra violação, dessa vez vinda do Estado.

Em 03 de junho de 2014, a menos de 10 dias do início da Copa (cuja abertura aconteceu na cidade de São Paulo) foi realizada uma reunião expandida via CONDECA e CMDCA com participação de cidades do interior e do litoral. A ideia era que o representante de cada cidade pudesse apresentar seu plano de ação no âmbito da proteção das Crianças e Adolescentes para o período da Copa. Questionamo-nos: o que a cidade de São

Paulo, o Governo do Estado e o Governo Federal apresentaram? Segundo Edson Francisco, “a ideia foi ótima, o diálogo com a sociedade civil, mas na prática não havia estrutura de trabalho”. Em um sistema político em que a disputa é mais valorizada do que a colaboração, como essa metodologia de fato possibilitaria que os participantes contribuíssem para a articulação? Até que ponto todos colaboram com a questão, discutem seus reais problemas e fragilidades e não apenas se preocupam em “mostrar serviço”? O fato de acontecer uma reunião expandida apenas 10 dias antes do início do megaevento, já mostra o quão frágil esse trabalho estava.

Se a articulação relacionada à garantia do Direito das Crianças e Adolescentes é pra ser um dos maiores legados desses trabalhos, então por que essa rede de informação e colaboração entre as secretarias dos três níveis de governo ainda não é algo estruturado? O Brasil já recebe grandes eventos, como disse a ministra dos Direitos Humanos, mas a estrutura para recebê-los sem violar direitos humanos não existe nem sequer na capital, que é um dos principais centros de eventos e turismo de negócios. Uma ação comum como o uso de pulseiras de identificação para as crianças contendo nome, telefone e endereço, distribuídas no Itaquerão e nas Fan Fests, foi considerada “um sucesso” na garantia da segurança dos jovens.

Como se explica o maior enfoque desta iniciativa ter ficado em algo chamado política de recâmbio, na qual crianças e adolescentes perdidos que fossem identificados na região do Itaquerão e das Fan Fests seriam encaminhados para casa ou região de origem? Diferentemente do que seria proteção às pessoas, isso parece mais uma política de “limpeza” dos espaços dos eventos, dentro da lógica da crescente gentrificação urbana¹⁵ que dificulta a presença dos moradores/es mais pobres em áreas “enobrecidas”.

Na zona leste, a FATEC de Itaquera sediou espaço de trabalho de órgãos do governo e também do Comitê de Proteção Integral à Criança. O colégio Marista também cedeu espaço e forneceu lanche tanto para a equipe como para as crianças perdidas no Itaquerão e na Fan Fest que foram encaminhadas pra lá. Ou seja, um serviço privado foi o que mais teve estrutura para a equipe de trabalho. Nas palavras de Edson, “as instituições estão presentes, mas sem presença do governo o trabalho não tem estrutura. Não tínhamos carro, nem mesmo lanche para as crianças e equipe”.

15 <http://reporterbrasil.org.br/gentrificacao/sao-paulo-uma-cidade-gentrificada/>

Seguem mais trechos da entrevista com Edson Francisco:

– Como o trabalho do Combate à Exploração se deu no períodos dos jogos?

– Trabalhamos fortemente com o Disque 100.

– Na prática houve alguma denúncia, algum caso que se configurasse como Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes?

– Sim, na cidade de Taubaté, uma festa tinha presença de crianças em um sítio, mas isso não se efetivou como sendo verdade.

– Como foi verificado?

– Pedimos pra polícia ir até o local.

Com pouca equipe e sem o mínimo de estrutura como carro, telefone, alimentação, será que na prática houve um trabalho na linha de frente da defesa dos direitos de crianças e adolescentes durante a Copa por parte do Comitê de Proteção Integral à Criança? Essa falta de estrutura apareceu não só na conversa com o representante do CONDECA, mas também com representantes de outras instituições e jornalistas que acompanham essa pauta. Falam sobre a falta desses recursos básicos como em casos em que há denúncia e esta só poder ser verificada horas depois ou mesmo dias depois, por não haver transporte ou sequer telefone disponível.

Consta que houve duas reuniões com representantes da Prefeitura e da FIFA, no Comitê Integrado de Gestão Governamental Especial para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 – SPCOPA (que por sinal era composto por diversas secretarias municipais, mas não as de Assistência e Desenvolvimento Social, nem a de Direitos Humanos e Cidadania, nem a de Políticas para as Mulheres)¹⁶. Ao ser perguntado se houve tentativa de conversa dos participantes da Agenda de Convergência e do Comitê de Proteção Integral da Criança e do Adolescente de São Paulo com a FIFA para participar nos processos de articulação, Edson disse: “A FIFA não está nem aí para o Brasil, nós tentamos participar de reuniões com representante deles, eles não deixaram, não nos atenderam”.

Como é de praxe, o governo federal fala muito em números, e assim também se fez o balanço lançado sobre a chamada Agenda de Convergência. “Segundo a SDH, foram registradas 1.068 ocorrências de violações dos direitos de crianças e adolescentes nos plantões feitos nas capitais-sede dos

16 <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/copa/legislacao/index.php?p=142326>

jogos do Mundial, em pontos focais. Dessas, 251 referiam-se a trabalho infantil, 93 a crianças perdidas ou desacompanhadas de adulto, 17 a exploração sexual e 35 a crianças em situação de rua. Além disso, foram denunciados 448 fatos não classificados nessas categorias¹⁷.”

No balanço lançado não se fala nada sobre como os trabalhos foram realizados, segue-se a linha de um autoelogio sobre o suposto avanço que foi feito. Quais devem ter sido os problemas encontrados e qual de fato foi o encaminhamento e acompanhamento desses casos e dessas crianças? Até agora, a única resposta foi que “o governo fará uma análise mais aprofundada dos dados colhidos durante a Copa e prepara um levantamento detalhado com o que foi constatado em cada estado¹⁸”.

“Vou dizer algo que é maluco, mas menos democracia às vezes é melhor para se organizar uma Copa do Mundo”, afirmou descaradamente o secretário-geral da FIFA, Jérôme Valcke em 2013¹⁹. Sabendo que a Rússia, que vai sediar o próximo mundial, é um país de políticas consideradas nada democráticas relacionadas à liberdade de expressão, liberdade sexual e o fato de haver muitas crianças sob violência, abuso sexual e discriminação xenófoba ou homofóbica²⁰, qual vai ser o “legado” da Copa na Rússia? Aqui no Brasil, os dirigentes da FIFA provaram muito bem que se posicionam acima das leis e indisponíveis a processos que envolvam a participação popular.

Em 2013 se realizou na Câmara Municipal de São Paulo uma CPI para apurar a exploração sexual infantil no âmbito do município. A conclusão do relatório final²¹ foi de que falta um órgão que centralize e articule todas as ações de outros órgãos que deveriam lidar com a questão. Está claro que cada vez mais existem certas iniciativas nos governos e sociedade civil para se tratar disso e da violência contra a mulher e elencar suas causas e

17 <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/secretaria-de-direitos-humanos-divulga-balanco-da-agenda-de-convergencia-na-copa>

18 <http://www.sdh.gov.br/noticias/2014/agosto/sdh-pr-faz-balanco-da-agenda-de-convergencia-para-protecao-de-criancas-e-adolescentes-durante-a-copa>

19 <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/24/excesso-de-democracia-no-brasil-afeta-organizacao-da-copa-diz-valcke.htm>

20 <http://www.onu.org.br/onu-avalia-seis-paises-e-relata-preocupacao-com-abusos-sexuais-e-casamentos-infantis/>

21 http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18202:exploracao-sexual-infantil-muitos-envolvidos-nenhum-responsavel&catid=35:cpis&Itemid=92

consequências, promover e propagandear eventos e debates, gerar campanhas, produzir publicações, criar novos órgãos burocráticos e articulações, cobrar iniciativas uns dos outros e estimular a população a se empenhar em fazer mais denúncias de tipo “criminal” ou punitivo. O que pouco existe são atitudes que lidem diretamente com o problema na prática para transformar essa situação, tanto por parte do Estado quanto da população.

Essa Copa foi pra quem?

Quantos bilhões a FIFA lucrou com a Copa no Brasil, são dados de fácil acesso. Mas quanto o megaevento impactou a vida das pessoas, quem sabe é quem sentiu na pele vivendo em uma das 12 cidades que recebeu jogos. Quanto o mercado da exploração sexual de crianças e adolescentes e o mercado do tráfico de pessoas para a exploração sexual lucraram e impactaram as pessoas já são números bem difíceis de saber. Durante a pesquisa para produção desse texto nos deparamos com muitos “nãos” para a conversa e muita falta de informação.

Das conversas que tivemos com quem está trabalhando na linha de frente com as pessoas diretamente atingidas pela exploração sexual, está bem claro que o Estado está ausente em políticas que atendam às necessidades das pessoas exploradas sexualmente, no dia-a-dia. E quando está presente, é na forma de repressão policial ou penalização criminal. No período do Mundial não foi diferente. A questão da exploração sexual e da própria violência de gênero e abuso de crianças e adolescentes tem que ter mais visibilidade e necessita ser mais cuidada por todos. O Estado não atende plenamente à população, pois seus interesses estão ligados aos interesses de quem explora, e é por isso que é necessária a luta pelo poder popular.

Nossa luta não pode cair no mesmo equívoco das instâncias do Estado e da iniciativa privada - que atuam de cima para baixo - e ainda temos que nos aproximar mais e ouvir das pessoas mais diretamente atingidas pela repressão, pelo preconceito, pelo machismo e por todas as formas de exploração. A luta pelo fim da exploração sexual não começou com a Copa do Mundo de 2014 e não vai acabar com as Olimpíadas de 2016.

Mulheres do Comitê Popular da Copa,
março de 2015.

Obs: Ao procurarmos Kátia Cristina dos Reis, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo e do Comitê da Agenda de Convergência da Cidade de São Paulo, recebemos a seguinte resposta: “Com as escusas necessárias, infelizmente não foi possível atender a sua solicitação. Estamos em processo de realização de 89 Conferências dos Direitos de Crianças e Adolescentes na cidade, impossibilitando dar maior atenção ao seu pedido.”

Referências:

- ◇ Matérias de Andrea Dip, jornalista da Agência A Pública Jornalismo:
<http://apublica.org/2014/05/hq-meninas-em-jogo/>
<http://apublica.org/2013/04/mulheres-tem-ver-copa/>
- ◇ <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/redesocial/2014/05/1460442-brasil-ataca-de-ney-mar-contra-exploracao-sexual-na-copa-mas-sem-reta-guarda.shtml>
- ◇ <http://oglobo.globo.com/brasil/aliciadores-ja-atuam-em-cidades-da-copa-do-mundo-12310760#ixzz3EpqSUHwf>
- ◇ Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o *Estatuto da Criança e do Adolescente*:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- ◇ Matéria sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a Exploração Sexual Infantil no Âmbito do Município de São Paulo: http://www2.camara.sp.gov.br/apartes/05/revista_apartes_JANFEV14_25a29.pdf
- ◇ Relatório final da mesma CPI: http://www1.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/PRO%202.pdf
- ◇ Tráfico de pessoas - uma abordagem para os direitos humanos, cartilha da Secretaria Nacional de Justiça, 2013: http://monitoramentocedaw.com.br/wp-content/uploads/2013/08/Cartilha_TSH.pdf
- ◇ Livro: *As Meninas da Esquina*. Autora: Eliane Trindade. 2005



Intervenção Brazil-zil, do
Grupo Parlandas



**A Copa que a mídia
não mostra**



Durante a Copa do Mundo da Fifa, em 2014, no Brasil, milhares de pessoas foram às ruas de todo o país para denunciar o cenário de violência social acelerado pelo megaevento em questão. O que se viu foi um aumento no desvio de verbas nas obras de infraestrutura e dos estádios, morte de trabalhadoras/es durante as construções, despejos, aprovação de leis autoritárias que legitimam a violência do Estado, o projeto de lei “antiterrorismo”, que chegou a tramitar, mas não foi aprovado, e a Lei Geral da Copa, que trouxe isenções fiscais e cessão de território público para garantir o lucro de empresas transnacionais e corporações. Somam-se a isso o aumento da exploração sexual infanto-juvenil e de pessoas adultas, a exclusão das trabalhadoras/es informais como ambulantes, artistas de rua, entre outras.

Nesse cenário, a grande mídia, como já era de se esperar, informou apenas aquilo que lhe interessava política e comercialmente, omitindo informações importantes, dentre as quais a violência policial cometida contra os movimentos políticos que questionavam a Copa do Mundo. Porém, é interessante compreender a mudança no discurso dos veículos de comunicação de massa. Inicialmente, a imprensa se empolgou com a escolha do Brasil como país sede. Quando o país foi selecionado, em 2007, para receber o megaevento, os jornalistas da mídia corporativa celebraram, tentando criar uma propaganda positiva do Brasil no exterior, indicando a grande chance de recebermos um grande número de turistas e, com isso, gerar grandes lucros. Nessa onda pró-Copa, os discursos veiculados endossaram os gastos milionários nas obras, sem que os jornalistas exercessem sua real função social: questionar o que está posto, desvelar, desvendar, investigar, trazer à tona informações até então mantidas em segredo pelo Estado e pelas grandes empresas envolvidas no evento.

Em seguida, no início de 2014, a grande imprensa passou a adotar uma postura contrária à realização do mundial, mostrando sua síndrome do vira-lata, defendendo a tese do “imagina na Copa”. E vale recordar que o campeonato foi realizado poucos meses antes das eleições. Por isso, a imprensa corporativa passou também a questionar o uso de dinheiro público nas obras de infraestrutura, enquanto políticos e organizadores garantiam que não seriam utilizadas verbas públicas em investimentos diretos, mas em “incentivos fiscais”. Com a proximidade do evento (e do início das campanhas eleitorais), o clima foi esquentando com o aumento

dos protestos que questionaram o Mundial de Futebol e, ao mesmo tempo, um emprego ainda maior da violência por parte da polícia.

Protestos contra a Copa do Mundo e o papel da imprensa alternativa

Ainda com a influência das Jornadas de Junho, as manifestações com pautas relacionadas à Copa do Mundo de 2014 ganharam força já durante a Copa das Confederações, em 2013. O confronto social foi intensificado, motivo pelo qual chegou-se até mesmo a cogitar que o campeonato não chegaria ao fim.

A imprensa corporativa, quando percebeu o fortalecimento do debate político com pautas consideradas de esquerda, passou a diluir as pautas reivindicatórias mais progressistas e tratou os atos como ações cívicas e nacionalistas, pedindo o fim da corrupção, a não aprovação da PEC 37 e outras reivindicações que dificilmente causariam uma revolta social. A intenção era aproveitar o momento para desgastar o governo, tendo em vista as eleições de 2014, e combater qualquer articulação de movimentos abaixo e à esquerda.

Nesse caso foi possível notar mais uma vez a ação da imprensa corporativa de veicular matérias tendenciosas, utilizando dos meios de comunicação como uma ferramenta ideológica e de mercado. Isso se dá, em parte, pela ausência de uma lei de mídia, que não tem como função censurar conteúdo, mas sim definir regras ou regulamentar as que já existem na Constituição sobre a Comunicação Social. No Brasil existe um oligopólio da mídia, um império que se formou ao longo das décadas de 1940 e 1950, consolidado durante a ditadura civil-militar. É inegável o papel que a Rede Globo de Televisão teve em apoiar o regime ditatorial e as vantagens que obteve para consolidar seu império midiático.¹

Em contrapartida, na internet, os usuários das redes sociais e os canais “mídia alternativa” tiveram um importante papel nesse processo, que foi o de driblar a blindagem da grande imprensa ao divulgar a violência cometida pela polícia contra os manifestantes, antes considerados “baderneiros” e “violentos”. Cabe ressaltar que os editoriais dos jornais de grande circulação apro-

1 Mais informações em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/helena/2014/04/eua-confirmacao-de-roberto-marinho-nos-bastidores-da-ditadura-3931.html>

vavam a violência usada contra esses manifestantes. Porém, imagens, vídeos e textos mostravam o que realmente aconteciam nas ruas. A truculência do Estado contra as pessoas foi amplamente compartilhada através da internet e das redes sociais. Cenas de truculência e autoritarismo tornaram-se “virais”, principalmente quando os próprios jornalistas que cobriam as manifestações sentiram na pele o peso da violência do Estado. A partir disso, alguns deles passaram a questionar a situação política trazida pela Copa com base em uma perspectiva crítica, mesmo sem nunca endossar as práticas políticas e as reivindicações dos movimentos sociais.

Monopólio da transmissão dos jogos: garantia de lucros inestimáveis e manutenção do poder

A Rede Globo de Televisão é velha parceira da Federação Internacional de Futebol (Fifa) e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e, desde 1970, possui os direitos exclusivos de transmissão e venda das imagens dos jogos. Esse monopólio de transmissão traz consigo o direito de lotear os comerciais dos intervalos de jogos, garantindo lucros inestimáveis com cotas publicitárias que permitem meia dúzia de empresas parceiras transmitirem seus comerciais para milhares de telespectadores. Como se não bastasse, essas peças publicitárias reafirmam principalmente valores machistas, como as propagandas de cerveja em que a mulher é tratada como objeto sexual. Vale lembrar também o escândalo da Adidas, que criou camisetas oficiais do Mundial com clara conotações sexistas.²

A Rede Record publicou nota em que se diz surpresa com a decisão da Fifa de prorrogar o acordo de direitos de transmissão das Copas do Mundo de 2018 e 2022 para o Brasil com a Globo sem qualquer licitação. Segundo a mesma nota, o diretor de TV da Fifa, Niclas Ericson, prometeu que a licitação seria pública, transparente e aberta, em regime semelhante ao que a Fifa realiza em países do mundo inteiro. Porém, não foi o que aconteceu.³

2 Mais informações em: <https://comitepopularsp.wordpress.com/2014/02/25/naovaiterprotecao-conheca-denuncias-sobre-o-turismo-sexual-na-copa/>

3 Mais informações em: <http://esportes.r7.com/futebol/noticias/record-mostra-surpresa-com-a-maneira-como-a-fifa-negociou-copas-do-mundo-de-2018-e-2022-20120229.html> e <http://intervozes.org.br/fifa-e-globo-queremos-jogar-tambem/>



Intervenção Na Globo, do Grupo Parlandas em parceria com o Comitê Popular da Copa SP

O negócio para a transmissão da Copa 2014

Ao contrário do discurso feito pelo diretor da Fifa Niclas Ericson, a Globo não informou o valor pago à Federação para conquistar o direito de transmissão dos jogos, em negócio fechado oito anos antes, no fim de 2006. Mas a “parceria” entre as duas poderosas é ainda mais antiga: desde 1970, Globo e Fifa fazem acordos entre si. Para a detentora dos direitos, também não importa se o valor a ser pago é cada vez mais alto, pois o retorno é garantido. Só com o que é pago pelos patrocinadores, a Globo embolsou cerca de R\$ 1,44 bilhão. O preço de tabela por cota de patrocínio (das empresas que anunciavam durante os jogos) era de cerca de R\$ 180 milhões. Adicione à conta o que o grupo ganha com a retransmissão dos jogos para outros veículos. Tal medida transforma a principal festa do futebol mundial num grande comércio de venda de marcas e produtos e exclui as redes públicas de comunicação de todos os países de poderem oferecer este serviço.

No mesmo sentido, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), enquanto favorecia os negócios bilionários das operadoras de telecomunica-

ções, anunciou em comunicado oficial que, durante a Copa, reforçaria seu aparato de fiscalização – e repressão – às emissoras comunitárias.

Os serviços agregados aos direitos de transmissão dos jogos

O investimento na compra dos direitos de transmissão também volta para a TV Globo com uma mãozinha generosa do poder público. Um exemplo foi a festa que antecedeu o sorteio das eliminatórias da Copa, em 2011, no Rio de Janeiro. A Prefeitura e o Governo do Estado do Rio pagaram R\$ 30 milhões para a realização do evento, que foi comandado pela Globo. Entre recursos públicos e privados, o faturamento originado por toda a divulgação da Copa chega a um valor inestimável, já que não há transparência em sua divulgação.

O gasto com infraestrutura de telecomunicações e sua destinação após a Copa

Os serviços de telefonia e internet também entram nos acordos com a Fifa. As negociações foram feitas para que o Brasil pudesse oferecer, ainda na Copa das Confederações, uma internet com a qualidade que o país nunca conseguiu implantar. Essa exigência da Fifa foi a justificativa para que as operadoras de telecomunicações tivessem direito à isenções fiscais e para que modificações na legislação fossem feitas, tudo para oferecer uma comunicação que esteja de acordo com o padrão Fifa. Apenas para modernização da infraestrutura das telecomunicações e serviços de suporte às competições foram destinados R\$ 404,56 milhões, gasto que não foi objeto de discussão com a sociedade civil.

O anunciado legado positivo da Copa só existirá de fato para o setor privado. Enquanto isso, o Plano Nacional de Banda Larga mostrou-se um fracasso. A estabelecida para 2014 era de 35 milhões de domicílios com acesso à internet fixa. Porém, em agosto, os acessos à banda larga fixa chegavam a apenas 23,5 milhões de locais, segundo dados do Ministério das Comunicações (Minicom), que incluiu nessa conta não apenas residências, mas também estabelecimentos comerciais. Certamente, de agosto até o fim do ano, não se conseguiu superar o déficit de mais de 10 milhões de conexões para se alcançar o objetivo do Plano para 2014.

FAN FES
SAO PAULO

BEM-VINDOS





**A Copa do
Mundo 2014 e
a aceleração
do processo de
elitização do
futebol no Brasil**



Desde 2011, durante o período de articulação pré-Copa, o Comitê Popular da Copa de São Paulo se pautou pela pergunta “Copa pra Quem?”. Quando falávamos especificamente do futebol, a razão de ser da Copa organizada pela FIFA, também fizemos as perguntas “Estádios pra quem?”, “Futebol pra quem?”.

Mal acabou a Copa, ou há exatos trinta dias de seu fim, a própria torcida corinthiana, aquela que deveria se sentir em casa no estádio que foi construído para abrigar os jogos na cidade de São Paulo, respondeu essa pergunta de maneira bem direta: no dia 12 de agosto de 2014, lançou o manifesto “Por um Corinthians Popular”¹. O texto do manifesto deixa claro: “somos um grupo que se uniu pensando no corinthiano que esperou a vida inteira para ter a sua casa e agora está de fora”.

Perguntamos novamente: Estádio pra quem? Essa pergunta também vem sendo respondida de maneira indireta, mas consistente e contundentemente, pelas imagens que a TV mostra nos dias de jogo: muitas cadeiras vazias. Verdadeiros buracos nos setores que ficam nas laterais do campo. Mesmo a final da Copa do Brasil, realizada entre os dois grandes times de Minas Gerais, e que, portanto, deveria ser capaz de encher cinco Mineirões, mostrou a vergonha dos espaços em branco, pois parece que para os “modernos gestores” que têm tomado conta dos debates é preferível o lugar vazio do que ocupado por pessoas que não gastam 500 reais para ver uma partida.

Já a torcida que leva o nome de “Fiel”, conhecida por lotar estádios e não parar de cantar, corre o sério risco de não conseguir mais sustentar esse título. O estádio do Corinthians não foi feito para o corinthiano. O estádio foi feito para dar lucro a empresários e empreiteiras e, assim, houve uma redução drástica na capacidade dos setores “populares” no Itaquerão: são menos de 12 mil assentos atrás dos gols, enquanto no Pacaembu, o estádio municipal onde o Corinthians costumava mandar seus jogos, eram 25 mil. Essa distribuição de preços é semelhante ao modelo utilizado nos estádios brasileiros durante a Copa do Mundo. Dentre as 4 categorias de ingressos, os mais baratos eram menos que 10%

do total colocado à venda; já os mais caros, representaram 50% desse total.² “O estádio é de quem, afinal?”³

Se o caso alvinegro é grave, ele não é isolado. O Campeonato Carioca de 2015 começou marcado por uma briga que, de um lado, dividiu Flamengo, Fluminense e o Consórcio gestor do novo e descaracterizado Maracanã e, de outro, a corrupta federação, o Vasco do redivivo Eurico Miranda e os clubes menores. Num suposto embate entre o arcaico e o moderno (mais semelhantes do que se pensa), o primeiro grupo defende os preços abusivos que denunciámos, enquanto o segundo se aproveita do apoio popular para traçar os conflitos políticos de seu interesse.

O absurdo dessa situação é que o Consórcio, que ganhou de graça o direito de lucrar com o bilionário estádio, ameaça fechá-lo, pois considera deficitário o campeonato estadual, independentemente dos preços das entradas. Em outros tempos, não se pensava dessa forma, pelo mesmo motivo que não se questiona se o Parque do Ibirapuera dá lucro. Com isso, outro aspecto elitista e até autofágico se apresenta: os clubes pequenos do Rio, que outrora podiam fazer seus jogos no ex-maior do mundo sem se preocupar com taxas exorbitantes, ficam cada vez mais excluídos do principal palco do estado.

O processo de elitização do futebol

Muito antes do surgimento dos Comitês Populares da Copa - criados para fortalecer a resistência aos processos de elitização da Copa da FIFA 2014, o mundo do futebol já testemunhara outros processos de elitização. A Inglaterra de Thatcher foi a pioneira nesse processo, ao se aproveitar de uma tragédia que causou 96 mortes em jogo da copa local, em 1989. Graças ao trabalho malfeito da polícia, houve superlotação do estádio, que culminou em desastre. Ato contínuo, criou-se uma farsa judicial que alegava investigar o caso, mas trabalhava apenas no intuito de culpar torcedores e isentar a polícia e autoridades locais de qualquer responsabilidade sobre o evento.

2 ANCOP. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas. Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil. 2014.

3 https://www.facebook.com/porumcorinthianspopular/photos/a.918435031515479.1073741828.918429041516078/922107667814882/?type=1&relevant_count=1 Acessado em 12 de fevereiro de 2015



BRASIL
ESTÁDIO
DE
EXCEÇÃO

**Projeção durante o ato 15 M, em 2014,
organizado pelo Comitê Popular da Copa**

Após 25 anos de contestações da sociedade civil organizada,⁴ que reuniu informações e forçou a abertura de novo inquérito, o governo inglês, na figura de David Cameron, admitiu as mentiras do processo jurídico e pediu desculpas às famílias.⁵ Isso nos faz indagar o que fazia aquela caçamba cheia de pedras na famosa batalha do Pacaembu de 1995, ocorrida na final da Copinha

4 <http://hfsg.co.uk/> Acessado em 12 de fevereiro de 2015

5 <http://www.theguardian.com/football/2012/sep/12/david-cameron-hillsborough-report-statement>
Acessado em 12 de fevereiro de 2015

São Paulo, estopim para as medidas proibitivas nos estádios que até hoje se renovam e fracassam. E se cabe o benefício da dúvida na falta de provas para apontar a intenção dessa ação, no mínimo nos cabe cobrar desculpas por parte das autoridades locais pela total irresponsabilidade, incompetência e negligência que levou à morte o torcedor são-paulino, de apenas 16 anos.

De toda maneira, a reforma generalizada no futebol inglês - começando pela obrigatoriedade de abertura de capital na bolsa - veio a cavalo, e o modelo está mais do que consolidado. Hoje em dia, os mais tradicionais clubes ingleses são propriedade de magnatas e empresários de outras partes do mundo,⁶ que não vêm no futebol uma “paixão”, mas uma fonte de lucro bastante rentável. E, como bem notado por Vinícius C. Benvegnú no prefácio de “Futebol contra o Estado”, uma ironia da história que nos coloca um modelo de mercantilização do esporte que tem origem na Europa e é exportado para o redor do mundo.⁷

6 https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_English_football_club_owners Acessado em 12 de janeiro de 2015

7 Kuhn, G. Futebol contra o Estado: Confrontando Futebol e Políticas Libertárias. Porto Alegre: Liro. 2014





QUE CIDADE QUEREMOS?

DEBATE CENTRO DE SP E COPA DO MUNDO

**NELSON I OCUPA MAUA
ATELA I MOVIMENTO POP DE RUA
RUBENS ADORNO I PESQUISADOR
CRACOLANDIA**

O QUE PODE SER FEITO NA ANTIGA RODOVIÁRIA?

EM SP, SÓ AMOR NÃO BASTA

**DE SP
RDIPRESS.COM**

Com tamanho exemplo, não é difícil concluir que o processo de elitização do futebol é um projeto de apropriação, lucro e manutenção de privilégios, tal como ocorre em todo o mundo capitalista. Apesar de haver algumas diferenças e um grau de penetração diferente entre os países, o que se observa de comum em todos eles é que o projeto de mercantilizar ainda mais o futebol, visando o lucro absurdo de algumas poucas empresas, passa sempre pela mesma sórdida etapa de estigmatização das camadas mais pobres da sociedade, da construção de uma imagem que associa a pobreza à violência. Nessa lógica, o torcedor pobre é criminoso, vândalo, violento.

A imagem do torcedor violento vem sendo construída cuidadosamente desde a década de 70, quando, na Inglaterra, o termo *hooligan* passou a ser usado em associação à imagem de um torcedor selvagem e incontrolável, cuidadosamente ajustado ao medo burguês de um possível aumento na delinquência urbana contra si. Essa ideia é propagada por coberturas jornalísticas irresponsáveis, o que, inclusive, foi objeto do pedido de desculpas de Cameron, citado anteriormente: o Primeiro-Ministro inglês pediu oficialmente desculpas pela tentativa de se culpar as vítimas, difundida pela cobertura da mídia, que tinha as autoridades policiais como fontes para suas reportagens. A polícia, na tentativa de esconder sua própria falha, deliberadamente inventou e propagou situações, o que resultou na publicação em jornais e revistas de versões completamente inverídicas dos fatos, com falsas alegações de que os torcedores, na ocasião, estavam bêbados e violentos e que, inclusive, teriam roubado aqueles que estavam mortos.⁸

É o mesmo processo que também se observa em outros âmbitos da sociedade, em que um discurso orquestrado, difundido pela mídia e referendado pelo Estado, vai vendendo como verdade a falácia de que “se é pobre, tem menos instrução, menos cultura e, portanto, é uma pessoa mais violenta que não deve estar no mesmo espaço de convívio dos mais educados da sociedade”. No Brasil, processo bastante semelhante é a rotina dos procedimentos violentos da polícia e da cobertura da mídia. É chocante a desfaçatez com que narradores da Rede Globo apontam as crianças, pessoas idosas e mulheres nos estádios nos jogos aos finais de semana, no meio da tarde e insistem no bordão “Como é bom ver a família toda no estádio. Futebol é

8 <http://www.theguardian.com/football/2012/sep/12/david-cameron-hillsborough-report-statement>
Acessado em 12 de fevereiro de 2015

bonito assim, sem violência!”. Mas como poderão as crianças frequentarem os estádios durante a semana, no horário das 22h que a Rede Globo impõe? Como poderão ir ao estádio se, de fato, provavelmente estão dormindo e nem na TV podem acompanhar seu time do coração? Como poderão estar no estádio as pessoas que precisarão acordar cedo no dia seguinte para chegarem ao trabalho, à escola? E se a TV e o Estado dizem se preocupar com a segurança e conforto das pessoas que vão ao estádio torcer, se o interesse desses dois parceiros é coibir a violência relacionada ao futebol, por que impor para o público um jogo que termina à meia noite, forçando as pessoas a se locomoverem pela cidade no momento em que a oferta de serviços, da segurança à alimentação, mas principalmente, o transporte público, já não está disponível? Por que o estado pode ceder tão facilmente a essa imposição de uma empresa – a Rede Globo - que, na realidade, explora uma concessão pública (a televisão) para lucrar? A quem está servindo, na realidade, esse poder público, quando decide pela vantagem de uma empresa privada em detrimento da população, e disfarçando essa grande concessão através de um falso benefício, que só uma elite minoritária será capaz de usufruir?

E o torcedor-telespectador passivo, que assiste aos jogos somente pela TV, vai consumindo os produtos da propaganda, vai se acostumando a essa imagem deturpada do que acontece, perde sua capacidade crítica e aceita o que é aberração como se possível fosse. Um caso emblemático ocorreu na semi-final da Copa do Brasil de 2009, em um jogo entre Corinthians e Vasco no Pacaembu. Momentos antes do jogo, um torcedor corinthiano foi morto violentamente por outros torcedores. Toda a cobertura midiática, em todos os jornais e telejornais, repetia a imagem de cerca de 50 torcedores corinthianos detidos, supostamente culpados pela morte do outro corinthiano.⁹ Em entrevistas, a delegada responsável considerava a ação da polícia, após a detenção dos corinthianos, um sucesso. O Promotor de Justiça Paulo Castilho apressou-se em elogiar a PM paulista e pedir, mais uma vez, por “torcida única” nos estádios de futebol. A solicitação foi imediatamente endossada pela Polícia Militar e divulgada nos principais portais de notícias na internet.

Enquanto isso, o torcedor acostumado a frequentar o estádio se questionava: “Como pode ter sido um sucesso uma operação que prende apenas

9 <http://www.vermelho.org.br/noticia/54032-10> e <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/matou-um-igual-e-foi-assistir-ao-jogo> Acessados em 12 de fevereiro de 2015

corinthianos quando um outro corinthiano é assassinado? Por que, mais uma vez, uma briga a quilômetros do estádio resulta no discurso de “torcida única”? Que parte dessa notícia construída se aproxima da verdade?” E justamente por conhecerem bem esse método de se construir fatos e notícias para manipular a imagem dos torcedores menos endinheirados que frequentam o estádio, que alguns torcedores corinthianos foram atrás de fatos que explicassem o ocorrido. Era muito difícil acreditar que torcedores de um único ônibus do Corinthians fizessem emboscada para 15 ônibus com torcedores do Vasco, uma versão bastante inverossímil, mas que a imprensa comprou como verdade e repetiu sem ouvir testemunhas.

E à apuração dos fatos seguiu-se a hipótese de erro tático da PM, tendo em vista que o ônibus dos corinthianos foi retido numa blitz nas proximidades do Clube Espéria (a cerca de 7 quilômetros do Pacaembu), até que foram alcançados pelo comboio vascaíno, parado na mesma blitz. Em ampla maioria, os cariocas teriam iniciado o massacre, enquanto os policiais supostamente presentes não teriam sido capazes de impedir o conflito e evitar os linchamentos. Mais que isso, essa mesma força policial permitiu aos assassinos assistirem ao jogo, levando ainda como prêmio os pertences do jovem morto, como mostrou a reportagem do jornal Lance! feita logo após o final do jogo:

“Com orgulho selvagem, exibiram ao jornalista uma carteira de associado da Gaviões da Fiel, cuja imagem foi gravada pelo cinegrafista Alexandre Ribeiro, o ‘Cabeção’. Pertencia a um certo Clayton Ferreira de Souza, que segundo a data de nascimento deveria contar 27 anos de idade: – Bate-mos muito, acabamos com ele – gabava-se um fanático cruzmaltino”.¹⁰

Além da hipótese do erro tático, soma-se a de negligência já que, segundo o Promotor Paulo Castilho, 22 homens da PM escoltavam o comboio dos vascaínos, mas nos depoimentos colhidos pelo repórter Fabio Lucas Neves (jornal Lance!), os cruzmaltinos afirmaram ter chegado ao local do conflito sem qualquer proteção policial. Também vale questionar a razão pela qual a PM se recusou a realizar a escolta do grupo Rua São Jorge e se essa omissão não os levou a constituir a própria defesa. Mas esses fatos e questionamentos não apareceram nos grandes veículos da mídia, pois o que importava é que o rito sumário de construção da notícia já tinha sido concluído:

10 <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/matou-um-igual-e-foi-assistir-ao-jogo>
Acessado em 12 de fevereiro de 2015

A polícia fizera o possível. A exclusão da presença de adversários restituiria a tranquilidade ao mundo do futebol.

Essas coberturas jornalísticas viciadas contribuem para o uso contínuo da imagem de um suposto torcedor violento como desculpa para justificar o incremento de mecanismos de controle pelo Estado, que investe cada vez mais em tecnologias de vigilância e de uso de armamentos, os mais e os menos letais, dentro e fora dos estádios. Se houvesse qualquer preocupação de fato com a segurança de torcedores, o Estado estaria levando em conta que o torcedor violento, que é um indivíduo com atitudes violentas, procura por uma saída para o confronto físico e pouco se interessa pelo jogo. Se ele for banido dos estádios, ele não se tornará menos violento, apenas levará sua violência para outro lugar.¹¹

É um discurso perverso, carente de qualquer dado a fundamentá-lo como verdade, que generaliza a imagem de violência para representar toda uma massa de torcedores que, não por coincidência, são também aqueles em pior condição social. Esse mesmo discurso serve como base para justificar a expulsão das camadas mais pobres dos estádios de futebol. E o resultado disso é a concretização da grande vitória do capital privado: saem de cena (das arquibancadas) os torcedores, entram os consumidores. No Brasil, a chegada desse novo horizonte de lucro para empresários lhes trouxe tamanha alegria que eles não têm o menor pudor em esconder: diretores do Corinthians, à medida que se aproximavam da realidade da modernização do clube, começaram a se referir à Fiel Torcida como “consumidores”. Em cada entrevista que tratava de assuntos afeitos ao torcedor, era assim que eles eram chamados: consumidores.

“Não é pra qualquer um”

E não são consumidores quaisquer, são aqueles que podem pagar muito caro pelo “produto” em que transformaram o futebol. De acordo com uma pesquisa do Datafolha, realizada durante o jogo da Copa da FIFA entre Brasil x Chile, no dia 28 de junho de 2014, no novo Mineirão, 67% dos

11 Kuhn, G. Futebol contra o Estado: Confrontando Futebol e Políticas Libertárias. Porto Alegre: Liro. 2014

torcedores se declararam brancos e 90% pertenciam às classes A ou B¹². O mesmo Datafolha revelou que, dentre os consumidores brasileiros que estavam presentes nos estádios durante a Copa no Brasil, 90% eram das classes sociais A e B e 86% deles possuíam ensino superior (contra 16% da população como um todo). Da mesma forma, uma minoria dessas pessoas se declarava negras e pardas.¹³

Esse novo patamar de elitização do futebol e de seus consumidores, observado durante a Copa da FIFA no Brasil, representa um processo que vem sendo engendrado aos poucos, e já era observado nos Campeonatos Brasileiros dos últimos anos. Dados de uma pesquisa da Pluri Consultoria mostram que, entre 2003 e 2013, o valor médio dos ingressos nos estádios subiu 300%. No mesmo período, a inflação foi de 73%, segundo o IPCA-IBGE.¹⁴ O efeito desse aumento de preços foi mostrado em um recente ranking, apresentado pela mesma consultoria: o Campeonato Brasileiro aparece no 18º lugar em média de público dentre os 20 maiores campeonatos no mundo, ficando atrás de ligas com pouquíssima tradição e expressão mundial, como os campeonatos dos EUA e da China.¹⁴

Os dirigentes dos clubes não parecem estar preocupados com esse quadro, mas o cenário que está se desenhando pode representar um tiro no pé. Nas palavras de um dos representantes da campanha “Por Um Corinthians Popular”: “um garoto de três anos (ou mesmo 12) não trabalha, não pode pagar ingresso. O pai, no preço atual, pode comprometer seu salário inteiro levando a criança aos jogos. Então ele não vai ao estádio, ele não consegue entrar no treino, não encontra os jogadores na rua. O Barcelona está na sala dele, no videogame, com a camiseta vendendo. Se ele não vai ao estádio, que diferença vai fazer torcer pelo Corinthians ou pelo Barcelona? A distância é a mesma”.¹⁵

12 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1478120-brancos-e-ricos-sao-maioria-na-torcida-do-brasil-no-mineirao-diz-datafolha.shtml>

13 ANCOP. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas. Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil. 2014

14 Estádio só pra rico? Agência Pública, 23 de agosto de 2013.

15 <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2014/08/26/campanha-pede-corinthians-popular-com-precos-justos-e-transparencia.htm#comentarios> Acessado em 29 de janeiro de 2015

E se parece um exagero tal ameaça aos nossos clubes, de perder espaço em suas próprias cidades para concorrentes tão longínquos, uma matéria de novembro de 2014 da Revista Placar mostrou aquilo que (quase) ninguém quer ver: numa grande franquia de lojas esportivas, 60% das camisas de futebol vendidas para crianças até 12 anos são de clubes europeus. Talvez as gerações de crianças nascidas nesse momento pós-elitização do futebol nem cheguem a saber o que é ser uma pessoa apaixonada por um time, descobrir o caminho da casa para o estádio, certamente um dos primeiros eventos que apresenta jovens à sua própria cidade. Serão apenas consumidoras do “produto futebol” e todos os seus subprodutos, jogadas em “arenas multi-uso” e assépticas, no Brasil, na China, na Alemanha ou nos Estados Unidos, tanto faz. Vistos pela TV, as “arenas” são todas iguais.

Para os empresários que lucram com tal elitização, nada disso é surpresa. Ao contrário, é resultado de um planejamento e esforço que conta com a redução da capacidade de público nos estádios e a criação de espaços destinados a outras atividades de consumo, como restaurantes, bares, lojas, academias e centros de entretenimento. Esse lucrativo modelo de negócio deixa de se chamar estádio para se chamar “arena multi-uso”, mas não para abrigar outras atividades esportivas e atender ao público morador do bairro, mas para ser o que o ex-presidente do Corinthians e responsável pelo Itaquerao disse certa vez em entrevista: “um shopping com um campo de futebol no meio”.

Arena que não mais será lotada por torcedores, mas por consumidores-espectadores, que pouco se envolvem com a política e com o dia-a-dia do seu time, e que vão ao estádio assistir a uma partida como vão ao cinema de um shopping center. Não há espaço para assistir em pé aos jogos, para fazer as tradicionais coreografias das torcidas organizadas. Bandeirões, bandeiras, faixas, baterias, entrada de alimentos próprios... Nada disso é permitido mais. Toda a cultura das torcidas, o ambiente e os modos de socialização que surgiram de maneira espontânea e sempre característica de uma torcida ou comunidade em particular, tornando-as diferentes entre si, são substituídos por um modelo imposto pelos donos das empresas que lucram com cada estádio. Ou, no jargão da área, os que “ganham o direito de explorar” esse ou aquele estádio. Parece irônico, mas o nome é esse mesmo: explorar... E exploram tudo, até mesmo o nome do estádio.

Se antes dizíamos que o estádio era o lugar democrático onde, por excelência, as classes sociais se encontravam e confraternizavam, teremos de rever tal conceito. E enquanto as negociações continuam, o estádio do Corinthians não consegue vender seu nome comercial. E essa arena sem nome, construída para o Corinthians e para ser a sede dos jogos na cidade de São Paulo à custa de bastante dinheiro público, é o maior símbolo da gentrificação do futebol no estado de São Paulo.¹⁶ Como disse o arquiteto responsável pelo projeto e que também trabalha na venda dos camarotes, “não queremos alugar o estádio para qualquer um”.¹⁷

E é contra esse cenário de elitização e exclusão que o Comitê Popular da Copa – SP sempre se colocou. Nunca nos colocamos contra “a Copa” enquanto campeonato mundial de futebol, ao contrário, reconhecemos o futebol como grande manifestação cultural e o esporte mais popular em todo o mundo, visto como “grande paixão brasileira”. O que o Comitê questiona e luta contra, é a exploração do futebol como um dos produtos mais rentáveis do mundo contemporâneo. É a Copa utilizada para acelerar e consolidar o processo de elitização do futebol no Brasil, com a transformação dos estádios em “arenas”, dos torcedores em consumidores, dos jogadores em mercadorias, do prazer em dinheiro, dos organizadores em empresários, o que faz com que a paixão pelo esporte seja trocada por uma operação capitalista que nada tem a ver com o jogar e o torcer.

E foi num exercício de recuperar o futebol como paixão e prática popular que organizamos 4 edições de campeonatos de “futebol rebelde”: as Copas Rebeldes, que congregaram movimentos sociais, coletivos e indivíduos abaixo e à esquerda para um retorno ao futebol que inclui todas e todos, que é disputado, mas que celebra o encontro e a diversão. Lá havia trabalhadoras/es ambulantes vendendo comida e bebida a preços populares, o povo da rua fazendo uma roda de samba, mulheres incluídas dentro e fora de campo, e todas as culturas do torcedor eram bem-vindas. As regras do jogo eram definidas por quem joga e por quem torce. E é por isso, também, que o Comitê saúda as iniciativas de organização popular de torcedores de todos os clubes que também lutam por esse objetivo. Toda a força aos que lutam!

16 <http://www.newyorker.com/magazine/2014/01/13/samba-soccer> Acessado em 29 de janeiro de 2015

17 http://www.lancenet.com.br/corinthians/Arena_Corinthians-camarotes-Anibal_Coutinho_0_1229277256.html Acessado em 15 de janeiro de 2015

Referências


- ◇ Disponível em <https://www.facebook.com/porumcorinthianspopular/photos/a.918435031515479.1073741828.918429041516078/918434864848829/?type=1&theater> Acessado em 12 de fevereiro de 2015
- ◇ Relatório ANCOP
- ◇ Disponível em https://www.facebook.com/porumcorinthianspopular/photos/a.918435031515479.1073741828.918429041516078/922107667814882/?type=1&relevant_count=1 Acessado em 12 de fevereiro de 2015
- ◇ Disponível em <http://hfsg.co.uk/> Acessado em 12 de fevereiro de 2015
- ◇ Disponível em <http://www.theguardian.com/football/2012/sep/12/david-cameron-hillsborough-report-statement> Acessado em 12 de fevereiro de 2015
- ◇ Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_English_football_club_owners Acessado em 12 de janeiro de 2015
- ◇ Kuhn, G. Futebol contra o Estado: Confrontando Futebol e Políticas Libertárias. Porto Alegre: Liro. 2014
- ◇ Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/54032-10> Acessado em 12 de fevereiro de 2015
- ◇ Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/matou-um-igual-e-foi-assistir-ao-jogo> Acessado em 12 de fevereiro de 2015
- ◇ Estádio só pra rico? Agência Pública, 23 de agosto de 2013. Disponível em <http://apublica.org/2013/08/ingressos-disparam-nos-ultimos-dez-anos-brasil-novas-arenas-tem-precos-maiores-os-estadios-antigos-afastando-os-torcedores-tradicionais/> Acessado em 15 de janeiro de 2015.
- ◇ Disponível em <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2014/08/26/campanha-pede-corinthians-popular-com-precos-justos-e-transparencia.htm#comentarios> Acessado em 29 de janeiro de 2015

- ◇ Disponível em <http://www.newyorker.com/magazine/2014/01/13/samba-soccer>
- ◇ Disponível em http://www.lancenet.com.br/corinthians/Arena_Corinthians-camarotes-Anibal_Coutinho_0_1229277256.html Acessado em 15 de janeiro de 2015.



**CON-
DA-
DO**

CHOCQUE



**TIRO, PORRADA
E BOMBA:
AS PRÁTICAS
REPRESSIVAS
ALIMENTADAS
PELA COPA DO
MUNDO DE 2014**



“A Copa do Mundo aqui no Brasil domina a bola na ponta do fuzil”

(Anarcofunk – A Copa Mata)

Reintegrações de posse violentas e manifestações de rua reprimidas com brutalidade. Perseguição a militantes, prisões, relatos de torturas, assassinatos cometidos por policiais nem sempre fardados. Balas de borracha, bombas de estilhaço que ferem os corpos e de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, cassetetes e armas de fogo sendo utilizadas para atacar ativistas e pôr fim às manifestações públicas. Grampos telefônicos ilegais empregados pelo Estado contra militantes, monitoramento de e-mails e redes sociais admitidos publicamente pelo próprio Estado e aumento no número de infiltrados em movimentos sociais.

Não, o parágrafo acima não aborda a situação vivida pelo Brasil durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964. A situação apresentada trata de 2014, 50 anos pós-golpe, ano da Copa das Tropas. Como diz o Cordão da Lona Preta, “a história se repete como taça na boca da massa, mordança e repressão”.

Desde que o Brasil foi escolhido como país sede da Copa do Mundo da FIFA, em 2007, a perseguição histórica do Estado aos movimentos sociais só aumentou. Exemplos disso são as manifestações que têm sido impedidas de acontecer. Além da perseguição direta a pessoas envolvidas nas lutas sociais, houve um crescimento no processo de elitização e militarização das cidades, com segregação e cerco militar nos espaços públicos, principalmente durante os jogos que ocorreram nas 12 sedes do mundial de futebol, mas que começaram antes e se mantém até os dias de hoje.

Na lista das manifestações impedidas pela polícia de acontecer está o Dia Internacional de Lutas Contra a Copa do Mundo, em 15 de maio de 2014. Chamada pelo Comitê Popular da Copa de SP, a caminhada foi barrada com violência pela PM logo no início, quando milhares de pessoas caminhavam pela Rua da Consolação havia apenas 15 minutos. Nesse episódio, a PM mostrou mais uma vez seu papel terrorista: policiais sem identificação agredindo gratuitamente manifestantes e profissionais da imprensa¹.

¹ <https://comitepopularesp.wordpress.com/2014/05/16/15m-protesto-pacifico-contr-os-impac-tos-da-copa-em-sp-e-brutalmente-reprimido-2/>

Assim foi também na manhã de 12 de junho de 2014, dia da abertura da Copa do Mundo, quando a Polícia Militar do Estado de São Paulo barrou mais duas manifestações². A primeira, ocorrida em frente à saída da estação de metrô Carrão, na Zona Leste da capital, foi chamada pela frente “Se Não Tiver Direitos, Não Vai Ter Copa” e em cerca de 20 minutos foi dispersada pela polícia com violência, antes mesmo de iniciar a caminhada. Com essa ação, várias pessoas terminaram sendo presas e feridas, incluindo uma repórter e uma produtora da emissora internacional CNN, atingidas por estilhaços de bombas jogadas pela polícia.

Em, menos de duas horas depois, outro ato foi reprimido na região. Marcada em frente à quadra do Sindicato dos Metroviários, em repúdio à demissão de trabalhadoras/es em greve, a manifestação foi cercada pela tropa de choque e impedida de sair em caminhada. Mais bombas e balas de borracha foram lançadas, mas nesse caso, houve resistência de alguns grupos políticos ali presentes, com o uso de barricadas e a prática da autodefesa.

Um ponto ainda mais problemático nessa situação foi o fato de organizações políticas que integravam a manifestação, como a CSP-Conlutas e o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadoras/es Unificado), terem entrado no jogo do Estado ao tentar separar pessoas “pacíficas” das “violentas e arruaceiras”. A situação chegou a tal ponto que o “serviço de ordem” dessas organizações entrou na quadra do Sindicato dos Metroviários com o objetivo de fechar os portões, entregando para a Tropa de Choque da PM as pessoas que exerciam a autodefesa, impedindo inclusive a entrada de pessoas feridas. Em meio a isso, algumas pessoas que militam no Comitê Popular da Copa de SP foram impedidas por esses grupos de realizar o atendimento de primeiros socorros às pessoas atingidas pela polícia. Esse episódio deixa claro, mais uma vez, que algumas organizações políticas, ao não compreenderem a importância da multiplicidade de táticas e a solidariedade de classe, assumem uma função autoritária, acabando por ajudar o lado de lá da trincheira. As divergências entre as diferentes frentes de luta devem ser debatidas entre elas abertamente, mas sem que nenhuma das partes reproduza a criminalização das lutas sociais.

2 <https://comitepopularesp.wordpress.com/2014/06/14/nota-sobre-a-repressao-do-dia-12-de-junho/>

MILITARIZAÇÃO DAS CIDADES E TERRORISMO DE ESTADO

Para além da proibição à liberdade de manifestação, outras violações foram e vêm sendo cometidas pelo Estado, principalmente contra a população em situação de rua, que sofre cotidianamente com a violência da PM e da GCM, sendo expulsa dos espaços públicos e tendo seus objetos apreendidos. Somam-se a isso as várias reintegrações de posse ocorridas em datas próximas ao mundial. Em uma delas, dia 18 de junho de 2014, no Vale do Anhangabaú, centro da capital paulista, local onde também ocorria a FIFA Fan Fest, a ocupação TM13 foi invadida pela Inspetoria de Operações Especiais (IOPE), da Guarda Civil Metropolitana (GCM) sem mandado judicial.³ Durante a retirada à força das pessoas que lá estavam, crianças sofreram agressões e mulheres e homens foram arrastados nus para fora. Já no dia 25 de junho de 2014, na Rua Aurora, um senhor que é advogado e militante de movimentos de moradia foi agredido pela PM enquanto exercia sua função profissional.⁴ E os exemplos não param por aí. Basta retomar na memória o confronto que houve durante uma reintegração de posse de um prédio na Avenida São João, dia 16 de setembro, na qual moradoras/es e moradoras resistiram à ação policial, defendendo-se com barricadas e chuvas de coco e tinta contra a Tropa de Choque da Polícia Militar de São Paulo.⁵

Nos casos apresentados acima, assim como em tantos outros, nota-se a política do Estado de tratar conflitos sociais na base da truculência, nos três níveis de governo. E as violências cometidas por agentes do Estado não são casos isolados, já que são próprias dessa estrutura política, em defesa da propriedade e dos lucros privados. No âmbito municipal, durante o atual governo de Fernando Haddad (PT), a GCM ainda se mantém como uma das forças responsável pela perseguição ao trabalho ambulante e pela violência cometida cotidianamente contra a população em situação de rua, exercendo o lado mais

3 <https://comitepopularsp.wordpress.com/2014/06/18/cidade-para-quem-nota-sobre-reintegracao-de-posse-ilegal-em-zona-de-excecao-em-sp/>

4 <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/06/tropa-do-braco-e-usada-durante-reintegracao-de-posse-e-advogado-e-acusado-de-resistencia-a-prisao-9303.html/>

5 <http://ponte.org/reintegracao-de-posse-leva-caos-e-sofrimento-ao-centro-de-sp/>

brutal do higienismo social⁶. A GCM soma-se à PM na Operação Delegada, em que não faltam exemplos de violências contra trabalhadoras/es: em setembro, um trabalhador ambulante foi assassinado em plena luz do dia na Lapa⁷.

O governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) afirma que as ações truculentas da PM durante as manifestações de rua, como no caso citado acima do dia 12 de junho de 2014, são todas feitas em cumprimento ao dever legal da PM, de maneira legítima e correta. O ex-secretário de segurança pública de seu governo, Fernando Grella, defendeu o uso dos armamentos menos letais em manifestações com o objetivo de preservar a “ordem pública”.⁸

No governo federal, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo reforça o coro do grupo que pede uma postura mais firme da PM durante os protestos⁹ e se mantém omissos quanto à luta dos povos indígenas pela demarcação de suas terras. Essa situação tem agravado os confrontos entre fazendeiros e os povos originários¹⁰ e de acordo com o relatório anual sobre Conflitos no Campo feito pela Comissão Pastoral da Terra¹¹, só em 2013 foram computadas 15 mortes de indígenas em conflitos por terra. Em resposta, governo federal envia tropas da Força Nacional para controlar os povos indígenas que resistem.

VIOLÊNCIA, VIGILÂNCIA E CONTROLE

Reforçando essa lógica de aumento da violência policial, para a Copa do Mundo foram gastos quase R\$ 2 bilhões em equipamentos e táticas de repressão, da Polícia Militar até a Polícia Civil, passando pela Polícia Federal, Exército e Forças Armadas, e também para a GCM. Nesse valor estavam incluídas compras de armas “menos letais”. As balas de borracha que cegam, os gases que asfixiam e as bombas de estilhaços que cortam e mutilam as pes-

6 Confira mais informações: <https://www.facebook.com/pages/Coletivo-Autonomo-Dos-Trabalhadoras/es-Sociais/>

7 Video mostra momento em que PM mata camelô:

8 <http://spressosp.com.br/2014/06/14/alckmin-defende-acao-da-policia-para-grella-pm-protecteu-manifestantes/>

9 http://www.brasilpost.com.br/2014/05/31/cardozo-protestos_n_5423248.html

10 Confira mais informações sobre a situação dos povos indígenas no Brasil: <http://www.vyryrupa.org.br/>

11 <http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=23>

soas. Isso sem contar as tecnologias compradas, mas ainda não utilizadas, ao menos em São Paulo, como é o caso do caminhão de água (misturado ao gás tóxico) e do canhão sônico. Este último é utilizado há alguns anos em países como Estados Unidos, já tendo sido usado em Fortaleza em 2013, e consiste em um canhão que dispara um ruído insuportável que gera confusão mental, enjoos e até mesmo desmaios.

Em fevereiro de 2013, como se o Brasil se armasse para uma guerra, foram comprados quatro drones – veículos aéreos não-tripulados - por US\$ 25 milhões. Os aparelhos são de uso do Exército e passaram a ser usados durante a Copa das Confederações. O país que vendeu essa tecnologia foi Israel, um dos principais parceiros comerciais da indústria de armas do Brasil. As tecnologias e as armas desenvolvidas ou compradas por Israel são, em grande parte, testadas e utilizadas na repressão ao povo palestino, nos territórios ocupados.

Do mesmo modo, empresas brasileiras como a Condor S.A. Indústria Química, localizada na cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, fornecem armas menos letais para 41 países. Dentre eles, estão a Grécia, palco das revoltas contra os cortes de políticas sociais da Troika, e Turquia, local em que, assim como no Brasil, as bombas de gás foram responsáveis por mortes durante manifestações populares.¹² Essas mortes aconteceram por parada cardíaca, intoxicação nos pulmões e traumatismo craniano causado pelo impacto da bomba.

A produção da Condor não é voltada somente para o mercado externo. Para a Copa das Confederações, em 2013, e Copa do Mundo, em 2014, foram gastos mais de R\$ 49 milhões na compra de armas menos letais da Condor. A compra inclui 2,2 mil kits com sprays de pimenta, granadas de luz, de efeito moral e de gás lacrimogêneo e 449 kits com cartuchos de balas de borracha, além de mais 1,8 mil armas de eletrochoque, 50 mil frascos de sprays de pimenta, 8,3 mil granadas de luz e som, 8,3 mil granadas de gás lacrimogêneo e 8,3 mil bombas de efeito moral.¹³

Além das armas menos letais, também foram adquiridas câmeras de vigilância capazes de realizar o reconhecimento de até 400 rostos por segundo e armazenar as imagens em um banco de dados.¹⁴ Isso sem falar das câmeras já

12 http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130619_gas_lacrimogeneo_mj_cc

13 <http://www.brasilefato.com.br/node/13134>

14 <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=33997&sid=18#.VF2dlPLeyY>

existentes nas ruas brasileiras. Por exemplo: só na Grande São Paulo existem cerca de 1,5 milhão delas espalhadas em prédios e espaços públicos e privados.¹⁵

Vale notar que além do objetivo de controle social, essa lógica alimenta um poderoso mercado da indústria de segurança e indústria bélica, que conseguem contratos bilionários com o poder público em nome da “segurança”. Mas segurança pra quem?

Por fim, a PM de São Paulo também realizou treinamentos com forças repressivas de outros países, principalmente da Guarda Nacional da França, mas também Estados Unidos e Israel¹⁶. Com essa troca de informações e treinamentos, a polícia paulistana passou a utilizar novas ações bastante controversas, como o caso da Tropa do Braço e do Caldeirão de Hamburgo. Com a aplicação do Caldeirão, só no dia 22 de fevereiro de 2014, 262 pessoas foram cercadas e levadas para a delegacia de maneira abusiva simplesmente por estarem participando de uma manifestação.¹⁷ O argumento da polícia foi o de ter “previsto” que atos de “vandalismo” seriam praticados. Na verdade, o que ficou claro foi o objetivo de realizar um mapeamento dos movimentos sociais e das pessoas envolvidas na luta por um mundo sem dominação e sem exploração, buscando desta forma intimidar a população para não ocupar as ruas.

Nessa linha, é notável também o aumento do número de grampos telefônicos e policiais infiltrados nos movimentos para coletar informações de militantes e depois criminalizá-las/os. Desde as revoltas de junho de 2013, 22 integrantes do Movimento Passe Livre - SP foram intimadas/os cinco vezes e ameaçadas/os pelo então Secretário de Segurança Pública, Fernando Grela, de serem conduzidas/os coercitivamente para prestarem depoimento no Departamento Especial de Investigações Criminais (DEIC), órgão da Polícia Civil que age, em pleno século XXI, da mesma forma que o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), responsável pela perseguição política durante a ditadura civil-militar. Essas intimações realizadas pelo

15 <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/11/sistema-de-cameras-monitora-ruas-para-identificar-criminosos-em-sp.html>

16 Fonte: <http://www.g1.globo.com/brasil/noticia/2014/05/visando-copa-pms-aumentam-estoque-de-armas-nao-letais.html>

17 Nota do Comitê Popular da Copa SP sobre o ocorrido: <https://comitepopularsp.wordpress.com/2014/03/10/nao-comecou-em-2013-nao-vai-terminar-em-2014-uma-analise-sobre-os-atos-de-rua-e-os-movimentos-sociais-organizados/>

DEIC alimentam um inquérito ilegal que investiga, desde o ano passado, centenas de pessoas que participaram de atos pela cidade.

Com medo de que manifestações pudessem atrapalhar o andamento dos jogos da Copa do Mundo, afetando diretamente o lucro da FIFA e das empresas patrocinadoras, políticos tentaram aprovar projetos de leis (PL's)¹⁸ com o objetivo de criminalizar os movimentos sociais. A lista inclui até mesmo propostas de criação de leis antiterrorismo (PL's 728/2011 e 499/2013).

Entre eles está o projeto 508/2013¹⁹, de autoria do senador Armando Monteiro (PTB), que propõe a punição com pena de multa mais 4 à 12 anos de prisão para quem idealiza e/ou estimula a participação em manifestações que terminam no chamado “vandalismo”. Isso incluía desde quem supostamente fosse responsável pela organização da manifestação como quem divulgasse, seja por panfletos ou pela internet. Devido à falta de clareza do PL original, o senador e relator do projeto Pedro Taques (PDT) sugeriu um texto substitutivo com algumas modificações, incluindo um aumento na pena no caso de uso de máscara, capacete ou outro objeto que dificulte a identificação, além de classificar o crime de dano ao patrimônio em manifestações públicas. Nesse caso, a pena pode chegar a 5 anos de prisão mais multa. Mesmo com essas modificações, o PL não foi aprovado. Tramitam até esse momento outras dezenas de projetos de lei para tipificar o terrorismo tendo como alvo organizações e movimentos sociais e suas formas de ação: a ocupação de vias públicas e prédios, a greve, entre outras formas de luta. Entre eles, o PL 499/2013 avança a passos largos.

Em relação à proibição do anonimato durante as manifestações, só em São Paulo circularam 3 projetos, mas apenas o PL 675/2013 foi aprovado. Apresentada pelo então vereador integrante da bancada da bala e ex-policia! Conte Lopes (PTB), a norma proíbe o uso de máscaras durante manifestações populares na cidade e prevê a detenção das pessoas que se negarem a obedecer à ordem dos policiais para que se identifiquem. Nesse caso, é de conhecimento público o fato dos policiais agirem em manifestações e reintegrações de posse sem a identificação obrigatória de seus nomes nas fardas, o que é uma ação ilegal. Isso sem contar as recentes manifestações contra o aumento da tarifa no transporte público de 2015 em que os PMs, além

18 Conheça outros Projetos de Lei (PLs) sobre protestos: <http://www.artigo19.org/protestos/projetos.php>

19 http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=115638

de estarem sem identificação, passaram também a usar máscaras por debaixo de seus capacetes e armaduras de “robocop”.

No nível federal, um documento preocupante que vem sendo aplicado desde 2013 é a Garantia de Lei e Ordem (GLO).²⁰ Assinado pelo ministro da defesa Celso Amorim (PT), foi publicado para guiar as Forças Armadas em ações nas cidades, principalmente durante megaeventos como a Copa. O texto considera os movimentos sociais como “forças oponentes” e lista como ameaças: greves, distúrbios urbanos, bloqueio de ruas e ocupações de prédios públicos e privados. Esse documento também foi utilizado nas ocupações militares em comunidades do Rio de Janeiro, como é o caso do Complexo de Favelas da Maré, em que o exército, com o discurso de “pacificação”, instalou bases, tanques de guerra pelas ruas do local e grupos de homens com armamento pesado, atacando a população moradora da Maré cotidianamente, empregando violência e revistas vexatórias, proibindo manifestações populares e culturais como o funk, entre outras. As perguntas que ficam são: ações como essas são a insistência cega na lucrativa e fracassada “guerra às drogas” ou mero investimento no violento controle e domínio aos bairros mais pobres das cidades? A quem isso interessa? Quem lucra com isso?

LETALIDADE POLICIAL

Quem acha que os legados da Copa do Mundo da FIFA no Brasil são apenas as novas “arenas” de futebol construídas para o torneio está redondamente enganado. Durante a eleição ocorrida em outubro, 3 meses após o final do Mundial de futebol, parte das campanhas eleito-

20 http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf





rais, principalmente as dos partidos conservadores, trazia como propostas um pulso mais firme do Estado no controle aos movimentos sociais, a redução da maioria penal e o comprometimento com a punição severa dos crimes, desconsiderando que temos hoje a terceira maior população carcerária do mundo. Afinal, fala-se de impunidade pra quem?

Chama atenção nesse processo o fato dessas políticas de controle e aumento da violência do Estado não estarem presentes apenas no programa de governo dos partidos historicamente conservadores. Basta lembrar que foi o atual governo federal (PT) o responsável pela implementação dos Centros de Comando e Controle (CCC) durante a Copa do Mundo. Essa ação consiste em estimular a troca de informações entre todas as polícias, videomonitoramento integrado e tomada de decisões conjuntas em um mesmo local, tendo como principal ponto de convergência a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE/MJ), criada em 2011 numa parceria dos ministérios da Justiça e da Defesa. Os Centros de Comando e Controle foram utilizados nas 12 cidades-sede dos jogos. Considerados um “sucesso” pela presidenta da república Dilma Rousseff (PT), os CCC’s foram um dos motes de sua campanha pela reeleição, prometidos para serem instalados em todas as capitais do país. Mesmo assim, é importante não perder de vista o crescimento, em São Paulo, de uma frente da extrema direita institucionalizada conhecida como Bancada da Bala. Ela é formada por vereadores e deputados ligados diretamente à Polícia Militar.

Esse grupo que leva para as políticas institucionais a defesa da lógica do “bandido bom é bandido morto” é composto por figuras bastante conhecidas dos movimentos sociais antifascistas e de luta pela desmilitarização, como o coronel Paulo Telhada (PSDB), defensor das polícias e do separatismo paulista, e o ex-PM Conte Lopes (PTB), responsável pela morte de mais de 40 pessoas entre os anos de 1970 e 1980²¹. Com isso, é possível perceber, em maior ou menor grau, como tem sido uma prática dos governos, tanto dos partidos ditos de esquerda quanto dos de direita tratar a desigualdade econômica e os demais conflitos sociais a partir do genocídio, da repressão e da punição. A resposta dada pelo Estado a esses conflitos limita-se ao encarceramento em massa e ao extermínio da população preta, pobre e periférica.

21 <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ex-policiais-da-rota-eleitos-em-sp-somam-77-mortes,942652>

Um dado que ilustra essa realidade é o aumento na letalidade das ações policiais. Números da própria Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo apontam que, entre os meses de janeiro e setembro de 2014, 478 pessoas foram assassinadas pela PM de São Paulo. O índice representa um aumento de 99% quando comparado às 240 mortes durante o mesmo período de 2013²². Isso sem contar as mortes não computadas e os desaparecimentos, as abordagens violentas, os espancamentos, estupros e outras formas de humilhações realizadas pela polícia cotidianamente nas quebradas e favelas.

Nesse sentido, entendemos que a Copa 2014 representou um laboratório de experimentação e implementação de novas tecnologias de controle, intervenções e ocupações militares nos territórios das cidades, reforço no armamento das forças militares contra a própria população e intensificação da lógica de extermínio e encarceramento. Ou seja, mais uma oportunidade com tons de “emergência” – ou um pretexto para “garantir a segurança do evento” (das corporações e seus lucros), para promover ocupação militar nas favelas, suspender direitos de manifestação e de ir e vir, estado de exceção como técnica de governo, dentro do que se chama ironicamente “democracia”.

TODA PRISÃO É POLÍTICA

Com o aumento das práticas repressivas por conta da Copa do Mundo, a prisão de militantes se tornou uma ação constatante não só em São Paulo, mas em todo o país. Em decorrência disso, diversos grupos passaram a pedir a libertação das pessoas chamadas de “presas políticas”. Um dos casos mais emblemáticos foi o da prisão de Rafael Braga, ocorrida no dia 21 de junho de 2013, no bairro da Lapa, Rio de Janeiro. Durante uma manifestação realizada na região, Rafael foi abordado por PMs. Com ele, não foi encontrado nenhum material ilegal, somente duas garrafas plásticas com produtos de limpeza. Na ocasião, o jovem que não participava da manifestação e apenas transitava pela região, foi preso sob a acusação de portar coquetéis molotov. Mesmo após o laudo do esquadrão antibombas do Rio de Janeiro afirmar que o material apreendido não possuía potencial explosivo ou incendiário, ele foi condenado inicialmente a 5 anos e 10 meses de prisão, e depois teve sua pena reduzida para 4 anos e 8 meses em regime semiaberto – sendo obrigado

22 <http://www.brasildefato.com.br/node/30366>

a trabalhar de dia e voltar ao cárcere de noite. Esse caso é bastante ilustrativo e levanta um aspecto muito importante na discussão sobre o sistema penal e sua seletividade. Mesmo após ter declarado não integrar nenhum movimento social e nem ter participado do ato em questão, alguém se atreveria a dizer que a prisão de Rafael Braga, jovem e negro em situação de rua, não foi uma prisão política? No caso, a política de encarceramento em massa e a seletividade do sistema penal são explícitas.

Só a partir do entendimento de que o encarceramento, além de ser uma prática de tortura, é também uma política utilizada pelo Estado para a resolução dos conflitos e para a manutenção do controle sobre a população, é possível compreender o caráter político das prisões. Sendo assim, cai por terra a definição que separa uma prisão comum de uma prisão política. Toda prisão é política, pois a existência da prisão como forma de mascarar os conflitos sociais é independente da ação pela qual uma pessoa vai presa. Além disso, vale reforçar que essa não é uma política adotada por um ou outro governo, e sim uma política própria do Estado, que para manter a “ordem pública” e garantir o direito à propriedade privada, mantém prisões cada vez mais superlotadas. Isso sem falar do novo fenômeno das cadeias privatizadas, nas quais, obviamente, quanto mais pessoas presas, maior o lucro.

Segundo dados do Diagnóstico de Pessoas Presas²³, da Secretaria Nacional de Justiça, o Brasil ocupa atualmente o 3º lugar no ranking de maior população carcerária no mundo, com um índice que chega a 711.463 pessoas presas. Esse número inclui tanto as pessoas que cumprem pena em prisões quanto em prisão domiciliar. Desse total, 41% cumprem prisão provisória, ou seja, sequer foram julgados. Sendo assim, é preciso superar essa diferenciação (prisão comum X prisão política) e fortalecer a luta pelo desencarceramento e extinção das práticas punitivas, assim como pautar a desmilitarização da polícia e de todas as forças de repressão. Seria possível imaginar, assim como em outras áreas da vida, uma realidade em que as próprias pessoas, coletivamente, pudessem cuidar de sua segurança e resolver seus conflitos em comunidade? A partir disso, nós gostaríamos de propor um momento de reflexão: feche os olhos e imagine uma vida sem polícia, sem grades e sem catracas...

É a partir dessa perspectiva que o Comitê Popular da Copa de São Paulo vê a necessidade de prestar solidariedade a todas/os que foram feridas/os,

23 http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf

vítimas da violência física e psicológica por parte do Estado, e principalmente a todas/os que se encontram encarceradas/os por participarem de manifestações políticas. Porém, é importante reforçar mais uma vez que toda prisão é uma prisão política, pois parte da lógica punitivista, que além de tratar os conflitos sociais como crime, tem por objetivo encarcerar, seletivamente, a população preta, pobre e periférica, bem como as pessoas que ousam carregar um mundo diferente do que está dado, em seus corações.

A privação da liberdade política e as outras violações cometidas são próprias do capitalismo, do Estado e da democracia burguesa, que no caso brasileiro ainda é carregada de heranças e fantasmas da ditadura civil-militar



de 1964. Mesmo após 50 anos do golpe, o militarismo ainda está nas ruas e na cabeça de parte da população. Essas pessoas alimentam a lógica que tenta a todo custo calar a voz dos movimentos sociais, mas nunca conseguirão. Mesmo com a ampliação das práticas repressivas, as lutas e articulações políticas feitas para impedir as violações trazidas e potencializadas pela Copa do Mundo fortaleceram a organização autônoma e popular, que não começou em junho de 2013 e certamente não vai acabar em 2014.



TIPOLOGIA: Electra LT Std [texto]
Impact [títulos]

PAPEL: Off Set 90 gr/m2 [miolo]
Triplex 375 gr/m2 [capa]

IMPRESSÃO: RD Gráfica [abril de 2015]